



MUNICÍPIO DE AMARANTE

Assinado por: **Carlos Manuel Azevedo Pereira**  
Num. de Identificação: 08167225  
Data: 2023.04.17 18:13:33+01'00'

Assinado por: **Sílvia Isabel Brochado Araújo**  
Num. de Identificação: 14427701  
Data: 2023.04.17 18:15:33+01'00'

Assinado por: **Manuel Alexandre Machado de Oliveira**  
Num. de Identificação: 12053462  
Data: 2023.04.17 18:17:56+01'00'

Assinado por: **Hugo Miguel da Costa Carvalho**  
Num. de Identificação: 13184928  
Data: 2023.04.17 18:22:26+01'00'

Assinado por: **António Jorge Vieira Ricardo**  
Num. de Identificação: 09900271  
Data: 2023.04.17 18:25:08+01'00'

Assinado por: **Ana Cristina Torres Varejão dos Reis**  
Num. de Identificação: 13230045  
Data: 2023.04.17 18:26:24+01'00'

Assinado por: **ANA RITA BROCHADO MARINHO BASTOS BATISTA**  
Num. de Identificação: 12971936  
Data: 2023.04.17 18:29:34+01'00'

Assinado por: **Adriano Teixeira Alves dos Santos**  
Num. de Identificação: 05948462  
Data: 2023.04.17 18:34:20+01'00'

Assinado por: **José Luís Gaspar Jorge**  
Num. de Identificação: 08223519  
Data: 2023.04.18 12:54:16+01'00'

# RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2022

Assinado por: **Pedro Leonel Dias Marques da Cunha**  
Num. de Identificação: 02445365  
Data: 2023.04.28 23:31:40+01'00'



Assinado por: **Carlos Marques da Silva Macedo**  
Num. de Identificação: 02716796  
Data: 2023.04.28 23:37:29+01'00'



Assinado por: **Sara Moreira Machado**  
Num. de Identificação: 13538374  
Data: 2023.04.28 23:40:42+01'00'



# AMARANTE

CÂMARA MUNICIPAL

ALAMEDA TEIXEIRA  
DE PASCOALES  
4500-011 AMARANTE

T. 255 420 200  
F. 255 420 201  
geral@cm-amarante.pt





# Relatório de gestão e contas



<b>ÍNDICE</b>	
MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	6
INTRODUÇÃO .....	8
CAPITULO I – ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS .....	9
CAPITULO II – REPORTING FINANCEIRO .....	12
1. ANÁLISE ORÇAMENTAL .....	12
1.1. RECEITA .....	16
1.1.1. RECEITA PRÓPRIA.....	18
1.1.2. TRANSFERÊNCIAS OBTIDAS .....	20
1.1.3. FINANCIAMENTO BANCÁRIO .....	21
1.2. DESPESA .....	22
1.2.1. DESPESA POR NATUREZA ECONÓMICA – DESPESA CORRENTE E DESPESA DE CAPITAL ....	22
1.2.2. DESPESA POR AGREGADOS ECONÓMICOS .....	24
1.2.2.1 ENCARGOS DE FUNCIONAMENTO .....	24
1.2.2.2 INVESTIMENTO GLOBAL .....	27
1.2.2.3 SERVIÇO DA DÍVIDA .....	28
1.3. RESULTADO ORÇAMENTAL .....	29
1.4. PRINCIPAIS INDICADORES ORÇAMENTAIS.....	31
2. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA .....	33
2.1. DESEMPENHO FINANCEIRO .....	34
2.2. Desempenho Económico.....	37
2.2.1. ANÁLISE DOS RENDIMENTOS .....	38
2.2.2. ANÁLISE DOS GASTOS.....	39
2.2.3. RESULTADOS .....	40
3. LIMITES LEGAIS.....	41
3.1. AFERIÇÃO DO LIMITE DA DÍVIDA TOTAL (LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO) .....	41
3.2. Equilíbrio Corrente (artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) .....	44
4. CONTABILIDADE DE GESTÃO .....	46
5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS E PONTO 4.1 DA INSTRUÇÃO N.º1/2019 DO TdC .....	49
CAPITULO III – <i>REPORTING</i> DE ATIVIDADES .....	51
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO .....	61
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	62
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	64
DOCUMENTOS ORÇAMENTAIS.....	105



## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género .....	10
Quadro 1A - Trabalhadores por cargo/carreira segundo o escalão etário e género .....	11
Quadro 2 - Síntese da Execução Orçamental .....	12
Quadro 3 – Síntese da Execução Orçamental da Receita.....	13
Quadro 4 - Síntese da Execução Orçamental da Despesa .....	13
Quadro 5 - Resumo do Desempenho Orçamental.....	14
Quadro 6 - Análise Orçamental da Receita .....	14
Quadro 7 - Análise Orçamental da Despesa .....	15
Quadro 8 - Análise orçamental da Receita .....	17
Quadro 9 – Evolução da Receita Própria.....	18
Quadro 10 - Evolução da Receita Própria Proveniente de Impostos.....	18
Quadro 11 - Evolução de Outras Receitas Próprias .....	19
Quadro 12 - Evolução das Transferências Obtidas .....	20
Quadro 13 - Evolução da Utilização/Amortização de Empréstimos MLP .....	21
Quadro 14 - Evolução da Despesa por Classificação Económica Período Homólogo .....	23
Quadro 15 – Evolução da despesa por Classificação Económica.....	23
Quadro 16 - Evolução da Despesa por Agregados Económicos.....	24
Quadro 17 - Trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género .....	25
Quadro 18 - Evolução da Despesa Aquisição de Bens e Serviços Período Homólogo.....	26
Quadro 19 - Desagregação do Investimento Direto.....	28
Quadro 20 - Resultado Orçamental (Receita vs Despesa vs Saldo de Gerência).....	29
Quadro 21 - Resultado Orçamental.....	30
Quadro 22 - Evolução dos principais indicadores orçamentais .....	31
Quadro 23 - Estrutura do Ativo .....	34
Quadro 24 – Fundos próprios e passivo.....	35
Quadro 25 – Demonstração de Resultados.....	37
Quadro 26 – Estrutura e evolução dos rendimentos.....	38
Quadro 27 – Estrutura e evolução dos gastos.....	39
Quadro 28 – Resultados.....	40
Quadro 29 – Apuramento da capacidade de endividamento para o ano de 2022.....	42
Quadro 30 – Equilíbrio orçamental .....	44
Quadro 31 – Mapa de Cálculo de Amortizações Médias de Empréstimos.....	45
Quadro 32 – Contas analíticas de gastos.....	46
Quadro 33 – Classificação funcional dos gastos .....	47
Quadro 34 – Classificação dos gastos por grandes áreas funcional .....	48
Quadro 35 – Execução Orçamental das GOP's por Objetivos Estratégicos.....	60





## ÍNDICE DE GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 1 - Distribuição dos trabalhadores pelas diferentes Unidades orgânicas .....	9
Gráfico 1 - Evolução da receita cobrada.....	16
Gráfico 2 – Distribuição da receita.....	16
Gráfico 3 – Evolução dos principais impostos diretos.....	19
Gráfico 4 – Evolução da despesa paga .....	22
Gráfico 5 – Receita vs Despesa vs Saldo de Gerência .....	29
Gráfico 6 – Evolução da poupança corrente.....	30
Gráfico 7 – Classificação funcional dos gastos.....	48



## MENSAGEM DO PRESIDENTE

Depois de dois anos em que o mundo foi fustigado pelos efeitos da pandemia Covid-19, com consequências nefastas para famílias e instituições, quando no início de 2022 se perspetivava o regresso a uma aparente normalidade, assistimos à invasão da Ucrânia pela Rússia e o escalar de um conflito com implicações muito significativas na já precária situação de estabilidade que a comunidade internacional vivia nas últimas décadas.

Os efeitos desta guerra manifestaram-se em todo o mundo, verificando-se alterações profundas nos diferentes mercados com o ajustamento entre a oferta e a procura de recursos, conduzindo a uma situação de grande incerteza ao nível social e económico.

Não obstante este contexto, Amarante continuou a avançar na sua estratégia de desenvolvimento.

Como já referido, a atividade municipal em 2022 desenvolveu-se num contexto de grande instabilidade económica, tendo-se registado aumentos dos custos de energia e combustíveis, com efeitos na generalidade dos bens e serviços, para valores nunca dantes atingidos, e que conduziram o país para níveis de inflação que não registava há muitos anos.

Ao longo de 2022, foi necessário introduzir os ajustamentos aos instrumentos orçamentais, de forma a incorporarem os efeitos deste acréscimo abrupto da generalidade dos preços dos bens e serviços, com implicação direta na atividade municipal e ainda, de forma a dar a resposta mais eficaz às necessidades das nossas populações.

Naturalmente que as limitações impostas nos últimos anos pelos efeitos da pandemia Covid-19 e da invasão da Ucrânia pela Rússia, não nos fizeram esmorecer nem conformar, pelo contrário, com redobrada determinação e energia, procuramos a concretização de projetos e ações para dar continuidade à estratégia de afirmação de Amarante.

Não obstante este quadro de grande exigência para a gestão municipal, em linha com anos anteriores, continuamos a implementar a estratégia de desenvolvimento sustentada na concretização de projetos e ações estruturantes para o futuro de Amarante, que encontra no Portugal 2020 uma importante fonte de financiamento.

A aprovação de candidaturas aos diversos programas de apoio comunitário, tendo garantido nos últimos anos o financiamento para a concretização de um conjunto alargado de projetos determinante para o desenvolvimento do concelho, registando-se, em 2022 a arrecadação de 5,3 milhões de euros de receita de fundos comunitários.

Continuou em 2022 a desenvolver-se o conjunto dos projetos financiados no âmbito do Portugal 2020, alguns concluídos outros em fase de conclusão, que contribuem significativamente para a modernização do concelho e para o reforço da competitividade e melhoria das condições de vida dos Amarantinos, destacam-se: Recuperação do Bairro Cancela de Abreu, Recuperação do Solar dos Magalhães, Recuperação do Cine-Teatro de Amarante, diversos projetos no âmbito da candidatura Mobilidade Urbana Sustentável de Amarante (PAMUS), diversas Intervenções estruturais de desobstrução, reabilitação fluvial e contenção de cheias (POSEUR), operações Verde por Natureza 2.0, (POSEUR) projetos no âmbito do PROVERE - Valorização do Cluster turístico das Serras do Marão e Aboboreira, o projeto "Amarante Transformação Digital".

Para além da concretização destes projetos estruturantes, registe-se a execução de um conjunto de outros investimentos de requalificação urbanística e requalificação realizados nas freguesias e reforçaram-se outros investimentos não menos importantes como o apoio às juntas de freguesia, o apoio e parcerias com as instituições sociais, culturais, e desportivas



do concelho e a concretização de projetos e ações nos diversos domínios de atuação municipal.

O presente Relato, elaborado pelo segundo ano de acordo com as respetivas Normas Contabilísticas Públicas (NCP), num exercício de transparência e prestação de contas públicas da governança, comporta para além da análise à atividade municipal, a análise do desempenho orçamental e económico-financeiro, sendo esta prestação de contas públicas um momento de aferição e avaliação desse mesmo desempenho e que espelha os compromissos assumidos num ano que não deixou de ser marcado pela incerteza e por grandes desafios à gestão.

Naturalmente as contas são apresentadas numa base de rigor e em observação dos normativos legais aplicáveis e importa também realçar que as contas municipais para além da verificação dos órgãos municipais, são auditadas por Revisor Oficial de Contas, apreciadas pelo Tribunal de Contas e pela Direção-Geral das Autarquias Locais.

Da leitura dos documentos e, de forma resumida, o que espelham os números das contas do Município de Amarante de 2022:

- Relativamente à execução orçamental, incluindo o saldo da gerência anterior, o volume de receita arrecadada situou-se cerca dos 54,7 milhões de euros, correspondendo ao exercício económico com maior volume de receita arrecadada;
- Em linha com o ano anterior, a execução orçamental de 2022 foi francamente positiva, para além de se terem liquidado todas as faturas validadas com entrada até 31 de dezembro, o Município transitou para 2023 com um saldo orçamental de 5,74 milhões de euros, indicador de uma situação financeira equilibrada;
- No tocante ao endividamento, o município apresenta uma dívida total em 31-12-2022 de € 21.065.977, cujo limite se situa nos € 45.523.663, representando uma margem absoluta de endividamento de € 24.457.686, representando uma capacidade de endividamento utilizada de 46% e uma margem disponível de 54%;
- Quanto ao equilíbrio corrente "*...a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.*", ainda que no ano de 2022 a sua aplicação se encontre suspensa, no final de 2022 o município apresenta uma margem superior a 6 milhões de euros;
- No que respeita a pagamentos a fornecedores, conforme já referido, foram liquidadas todas as faturas validadas com entrada até 31 de dezembro, ou seja, pelo terceiro ano consecutivo terminamos o ano sem faturas por pagar, o que para além de representar um outro indicador de equilíbrio das finanças municipais, representa também um forte contributo para o reforço da liquidez das empresas fornecedoras do município.

Como nota de conclusão, não obstante a situação de grande instabilidade que o país e o mundo têm atravessado, longe do conformismo e com grande determinação continuamos em 2022 a materializar a estratégia de desenvolvimento definida, espelhando os documentos de prestação de contas os compromissos assumidos de afirmar Amarante e demonstram a situação financeira equilibrada, resultado de uma gestão rigorosa e responsável do executivo municipal.



## INTRODUÇÃO

Depois de 20 anos de implementação e consolidação do sistema contabilístico das autarquias locais, Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), instrumento que permitiu conferir maior fiabilidade e uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira das autarquias locais, surgiu em 2020 um novo normativo contabilístico aplicável às Administrações Públicas.

O arranque do novo referencial contabilístico em 2020 aconteceu num contexto de grande exigência técnica e num quadro de algumas dificuldades de implementação principalmente associadas às plataformas informáticas de suporte ao SNC-AP e a sua articulação com as plataformas da DGAL e Tribunal de Contas, que ainda apresentam limitações.

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo. A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública.

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas. Este conjunto de normas integrantes do novo normativo representa um modelo importante de normalização contabilística e implica alterações profundas na contabilidade pública.

Conforme consta do seu articulado, O SNC -AP permite o cumprimento de objetivos de gestão, de análise, de controlo, e de informação, nomeadamente:

- a) Evidencia a execução orçamental e o respetivo desempenho face aos objetivos da política orçamental;
- b) Permite uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de determinada entidade;
- c) Proporciona informação para a determinação dos gastos dos serviços públicos;
- d) Proporciona informação para a elaboração de todo o tipo de contas, demonstrações e documentos que tenham de ser enviados à Assembleia da República, ao Tribunal de Contas e às demais entidades de controlo e supervisão;
- e) Proporciona informação para a preparação das contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais;
- f) Permite o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos;
- g) Proporciona informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão.

Assim, no presente relatório analisa-se não só a execução do orçamento do Município de Amarante em 2022, como se analisa a sua situação económico-financeira, apresentando em anexo as demonstrações financeiras.

Conforme estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais – RFALEI) as contas do Município de Amarante foram auditadas por um Revisor Oficial de Contas.

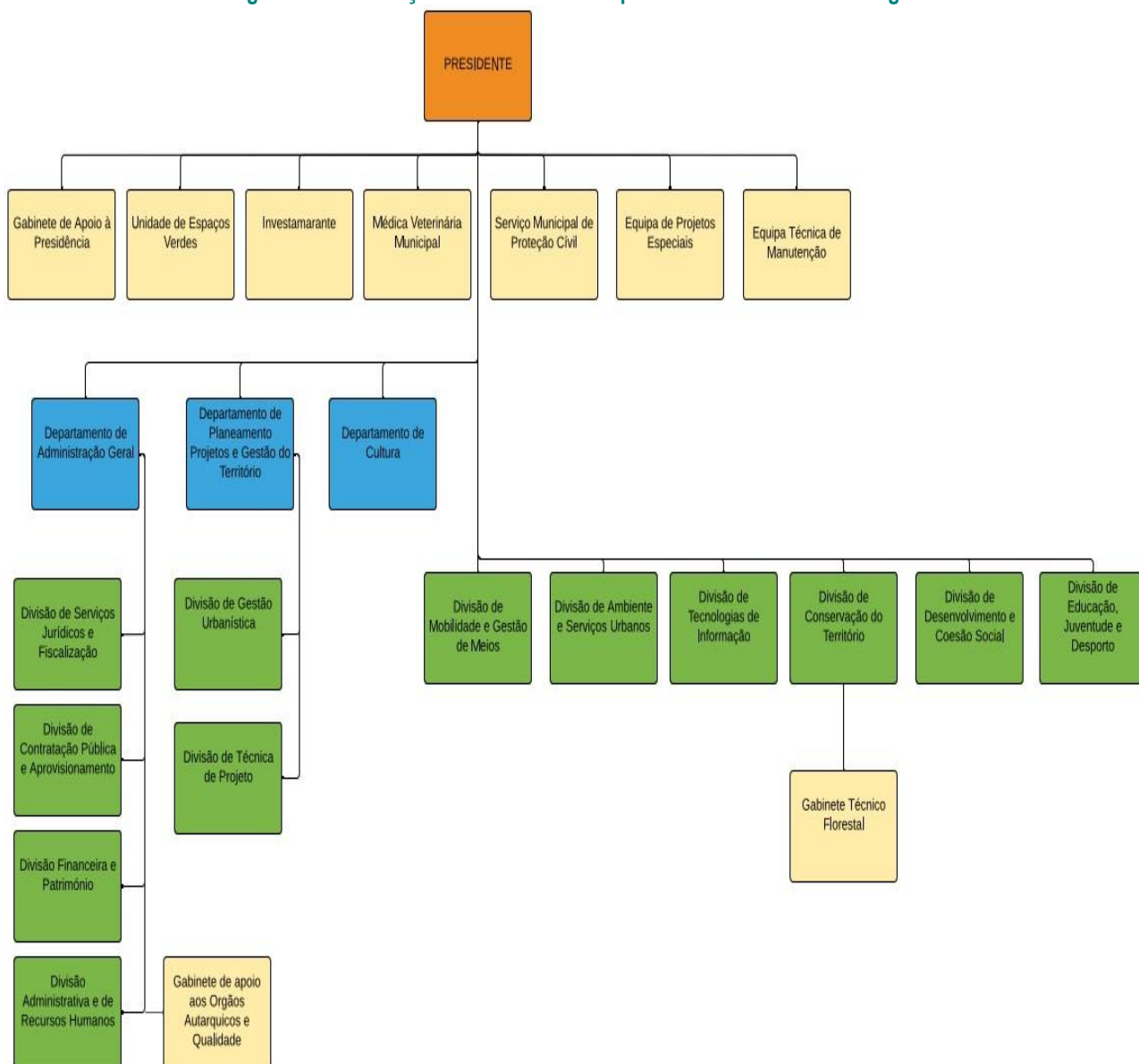




## CAPITULO I – ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS

A estrutura organizacional do Município de Amarante, para o exercício das atribuições que lhes estão cometidas, designadamente nas áreas de equipamento rural e urbano, energia, transporte e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente, salubridade e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo e cooperação externa, em 31 de dezembro de 2022, é a constante do organograma seguinte:

Figura 1 – Distribuição dos trabalhadores pelas diferentes Unidades orgânicas





A 31 de dezembro de 2022 o quadro de pessoal do Município integrava 831 trabalhadores, cuja contagem por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e gênero se apresenta no quadro seguinte.

**Quadro 1 - Trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e gênero**

		Dirigente - Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
Comissão de Serviço	H:	12	0	0	0	0	4	16
	M:	6	0	0	0	0	3	9
	T:	18	0	0	0	0	7	25
CTFP por tempo indeterminado	H:	0	25	58	195	7	0	285
	M:	0	57	84	309	0	0	450
	T:	0	82	142	504	7	0	735
CTFP a termo resolutivo certo	H:	0	28	0	0	0	0	28
	M:	0	33	0	0	0	0	33
	T:	0	61	0	0	0	0	61
CTFP a termo resolutivo incerto	H:	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	10	0	0	10
	T:	0	0	0	10	0	0	10
Outra	H:	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0
Total	H:	12	53	58	195	7	4	329
	M:	6	90	84	319	0	3	502
	T:	18	143	142	514	7	7	831

Reportando a 31 de dezembro, podemos constatar que em termos de gênero existem 502 colaboradores do sexo feminino e 329 colaboradores do sexo masculino.

Do total de 831 trabalhadores, as três principais carreiras representadas são as de assistente operacional (61,85%), técnico superior (17,21%) e assistente técnico (17,09%).



O quadro seguinte retrata a distribuição dos trabalhadores do município, por cargo/carreira segundo o escalão etário e género

**Quadro 1A - Trabalhadores por cargo/carreira segundo o escalão etário e género**

		Dirigente - Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
<b>Menos de 20 Anos</b>	H:	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0
<b>20-24</b>	H:	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	3	0	0	3
	T:	0	0	0	3	0	0	3
<b>25-29</b>	H:	0	6	1	5	0	1	13
	M:	0	19	0	6	0	0	25
	T:	0	25	1	11	0	1	38
<b>30-34</b>	H:	0	7	0	12	0	0	19
	M:	0	10	7	10	0	1	28
	T:	0	17	7	22	0	1	47
<b>35-39</b>	H:	0	6	9	8	3	0	26
	M:	0	10	13	22	0	0	45
	T:	0	16	22	30	3	0	71
<b>40-44</b>	H:	2	10	10	21	0	0	43
	M:	1	19	17	38	0	1	76
	T:	3	29	27	59	0	1	119
<b>45-49</b>	H:	3	12	8	20	1	2	46
	M:	3	18	13	51	0	1	86
	T:	6	30	21	71	1	3	132
<b>50-54</b>	H:	4	3	7	31	0	1	46
	M:	1	8	13	53	0	0	75
	T:	5	11	20	84	0	1	121
<b>55-59</b>	H:	2	1	4	48	0	0	55
	M:	0	3	9	63	0	0	75
	T:	2	4	13	111	0	0	130
<b>60-64</b>	H:	0	4	14	34	2	0	54
	M:	1	2	9	56	0	0	68
	T:	1	6	23	90	2	0	122
<b>65-69</b>	H:	1	4	5	16	1	0	27
	M:	0	1	3	17	0	0	21
	T:	1	5	8	33	1	0	48
<b>70 ou mais anos</b>	H:	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	H:	12	53	58	195	7	4	329
	M:	6	90	84	319	0	3	502
	T:	18	143	142	514	7	7	831

Do total de 831 trabalhadores, as faixas etárias que concentram maior número de trabalhadores são dos 45-49 anos com 132 trabalhadores, 55-59 anos com 130 trabalhadores, dos 60-64 anos com 122 trabalhadores e dos 50-54 anos com 121 trabalhadores.

Quanto à prevenção de riscos de saúde ocupacional, em 2022, em linha com anos anteriores, continuou a promover-se a realização de consultas no âmbito da medicina no trabalho.

O processo de formação contínua e a valorização pessoal e profissional dos funcionários e agentes dos funcionários, assume-se como determinante no contexto do desenvolvimento da atividade autárquica, em consonância com as políticas de desenvolvimento, inovação e mudança da administração autárquica, assim, no ano de 2022, continuou a ser ministrada formação interna e externa.



## CAPITULO II – REPORTING FINANCEIRO

### Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)

Com entrada em vigor em 2020, o SNC-AP aportou uma nova visão de prestação de contas que integra, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível

internacional. O foco está cada vez mais no reporte de informação útil (financeira e não financeira), que reflita, de forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades públicas e nas necessidades sentidas pelos utilizadores.

O novo normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão. A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental. A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

Neste capítulo é efetuada uma análise da contabilidade orçamental, financeira e de gestão. Destacamos as divergências existentes entre os valores referentes a rendimentos e gastos (contabilidade financeira) e de receitas e despesas (contabilidade orçamental) pela natureza distinta dos conceitos aplicados em cada uma.

### 1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

Os pontos seguintes traduzem a análise da dimensão orçamental do exercício económico de 2022.

Da análise aos documentos referentes à contabilidade orçamental, e referidos ao orçamento final, verificamos que no ano 2022, o orçamento registou uma taxa de execução global da receita cobrada de 97,23%, e uma taxa de execução global da despesa de 87,02%.

**Quadro 2 - Síntese da Execução Orçamental**

Análise Orçamental	Orçada	Executada	Saldo	Taxa de Execução
Total da Receita*	56 226 764,73	54 670 536,91	1 556 227,82	97,23%
Despesa Total	56 226 764,73	48 930 420,99	7 296 343,74	87,02%

\*Receita cobrada líquida. Inclui saldo da gerência anterior

No quadro seguinte constata-se que das previsões corrigidas de receita no montante de 56.226.764,73 euros, se cobraram 54.670.536,91 euros, equivalente a uma taxa de execução de 97,23%.

A arrecadação das receitas correntes foi de 37.627.694,60 euros, o que corresponde a uma taxa de execução de 96,56% face às previsões corrigidas.





Quanto à arrecadação das receitas de capital, registou-se um montante cobrado de 10.354.020,16 euros, o que representa uma taxa de execução de 98,07%.

**Quadro 3 - Síntese da Execução Orçamental da Receita**

Análise Orçamental	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada	Saldo	Taxa de Execução
Receita Corrente	38 966 189,00	37 627 694,60	1 338 494,40	96,56%
Receita de Capital	10 558 226,00	10 354 020,16	204 205,84	98,07%
Outras Receitas	6 702 349,73 €	6 688 822,15 €	13 527,58	99,80%
<b>Total da Receita</b>	<b>56 226 764,73</b>	<b>54 670 536,91</b>	<b>1 556 227,82</b>	<b>97,23%</b>

No que respeita aos agregados da despesa verificamos que a despesa total paga atingiu 48.930.420,99 euros, a que corresponde uma taxa de execução de 87,02%.

As despesas correntes, no montante de 29.098.904,03 euros de despesa paga, registaram uma taxa de execução de 89,79%, enquanto as despesas de capital com um montante de 19.831.516,96 euros, apresentam uma taxa de execução de 83,25%.

**Quadro 4 - Síntese da Execução Orçamental da Despesa**

Análise Orçamental	Dotação Corrigida	Despesa Paga	Saldo	Taxa de Execução
Despesa Corrente	32 406 530,96	29 098 904,03	3 307 626,93	89,79%
Despesa de Capital	23 820 233,77	19 831 516,96	3 988 716,81	83,25%
<b>Despesa Total</b>	<b>56 226 764,73</b>	<b>48 930 420,99</b>	<b>7 296 343,74</b>	<b>87,02%</b>

Analisando os movimentos financeiros realizados na gerência de 2022, conforme mapa seguinte, constata-se que as entradas de fundos ascenderam a 48.959.496,59 euros, dos quais 48.001.597,18 euros têm origem em receitas orçamentais e 957.899,41 euros são provenientes de Operações de Tesouraria.

A saída de fundos totalizou 49.522.944,15 euros, dos quais 48.930.420,99 euros respeitam a pagamento de despesas orçamentais e 592.523,16 euros a pagamentos de Operações de Tesouraria.

No quadro 5 apresenta-se o resumo do desempenho orçamental, assinala-se que o Município transitou para 2023 com um saldo orçamental de 5.740.115,92 euros.



**Quadro 5 - Resumo do Desempenho Orçamental**

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
Saldo transitado de 2021	6 668 939,73	1 890 180,06	8 559 119,79
Receita Total	48 001 597,18	957 899,41	48 959 496,59
Despesa Total	48 930 420,99	592 523,16	49 522 944,15
Saldo a transitar para 2023	5 740 115,92	2 255 556,31	7 995 672,23

No ano de 2022 a receita cobrada atingiu um montante cerca de 54,67 milhões de euros.

De seguida, no quadro 6 podemos analisar, em detalhe, a receita orçamental previsões corrigidas e a cobrada no ano de 2022.

**Quadro 6 - Análise Orçamental da Receita**

Análise Orçamental		Previsões Corrigidas	Receita Cobrada	Taxa de Execução
<b>Rubrica</b>	<b>Receita Corrente</b>	<b>38 966 189,00</b>	<b>37 627 694,60</b>	<b>96,56%</b>
R11	Impostos Diretos	8 629 705,02	8 242 225,11	95,51%
R12	Impostos Indiretos	10,00	0,00	0,00%
R3	Taxas, Multas e Outras Penalidades	1 631 338,60	1 471 700,87	90,21%
R4	Rendimentos da Propriedade	2 505 955,67	2 483 990,57	99,12%
R5	Transferências Correntes	22 833 828,39	22 833 128,59	100,00%
R6	Vendas de Bens/Serv. Correntes	3 178 201,03	2 513 650,06	79,09%
R7	Outras Receitas Correntes	187 150,29	82 999,40	44,35%
<b>Rubrica</b>	<b>Receita de Capital</b>	<b>10 558 226,00</b>	<b>10 354 020,16</b>	<b>98,07%</b>
R8	Vendas de Bens de Investimento	199 540,00	198 500,16	99,48%
R9	Transferências Capital	7 370 404,21	7 250 842,70	98,38%
R12	Receita com Ativos Financeiros	70,00	0,00	0,00%
R13	Receita com Passivos Financeiros	2 904 541,79	2 904 472,55	100,00%
R10	Outras Receitas Capital	83 670,00	204,75	0,24%
<b>Rubrica</b>	<b>Outras Receitas</b>	<b>6 702 349,73</b>	<b>6 688 822,15</b>	<b>99,80%</b>
R11	Reposições não abatidas nos pagamentos	33 410,00	19 882,42	59,51%
R14	Saldo da gerência anterior	6 668 939,73	6 668 939,73	100,00%
<b>Total da Receita</b>		<b>56 226 764,73</b>	<b>54 670 536,91</b>	<b>97,23%</b>

Regista-se que a receita corrente cobrada face à receita corrente previsões corrigidas teve uma execução de 96,56%. De



entre as rubricas que compõem a receita corrente destacam-se a rubrica de Transferências Correntes e Impostos Diretos, com um montante arrecadado de 22,83 milhões de euros e 8,24 milhões de euros, respetivamente.

A receita de capital cobrada apresenta uma execução de 98,07% face à receita de capital previsões corrigidas. Destacam-se as rubricas Transferências de Capital com 7,24 milhões de euros, Receitas com Passivos Financeiros com 2,90 milhões de euros e Outras Receitas com 6,69 milhões de euros.

A receita total cobrada (54,67 milhões de euros) face ao total da receita previsões corrigidas (56,23 milhões de euros) apresenta uma execução de 97,23%.

No quadro 7 está espelhada a decomposição da despesa orçamentada, a corrigida e a paga por grandes grupos.

**Quadro 7 - Análise Orçamental da Despesa**

Análise Orçamental		Dotação Corrigida	Despesa Paga	Taxa de Execução
<b>Rubrica Despesa Corrente</b>		<b>32 406 530,96</b>	<b>29 098 904,03</b>	<b>89,79%</b>
D1	Despesas com o pessoal	15 079 689,00	14 747 131,14	97,79%
D2	Aquisição de bens e serviços	13 430 763,97	11 141 186,67	82,95%
D3	Juros e outros encargos	219 392,03	196 275,74	89,46%
D4	Transferências e subsídios correntes	2 698 540,00	2 359 939,02	87,45%
D5	Outras despesas correntes	978 145,96	654 371,46	66,90%
<b>Rubrica Despesa de Capital</b>		<b>23 820 233,77</b>	<b>19 831 516,96</b>	<b>83,25%</b>
D6	Aquisição de bens de capital	19 231 797,79	15 794 922,15	82,13%
D7	Transferências e subsídios de capital	2 984 760,00	2 648 038,29	88,72%
D9	Despesa com ativos financeiros	10 610,00	0,00	0,00%
D10	Despesa com passivos financeiros	1 543 036,95	1 388 556,52	89,99%
D8	Outras despesas de capital	50 029,03	0,00	0,00%
<b>Despesa Total</b>		<b>56 226 764,73</b>	<b>48 930 420,99</b>	<b>87,02%</b>

No que respeita à despesa corrente paga apresenta uma execução de 89,79%. De entre as rubricas que integram a despesa corrente, a rubrica Despesas com Pessoal com 14,75 milhões de euros, Aquisição de Bens e Serviços com 11,14 milhões de euros e Transferências e Subsídios Correntes com 2,36 milhões de euros, destacam-se das demais.

A despesa de capital paga regista uma execução de 83,25%. As rubrica em evidência é a de Aquisição de Bens de Capital cujo montante de despesa paga atingiu os 15,79 milhões de euros, com uma taxa de execução de 82,13%.

A despesa total paga (48,93 milhões de euros) face ao total da despesa corrigida (56,27 milhões de euros) apresenta uma execução de 87,02 %.

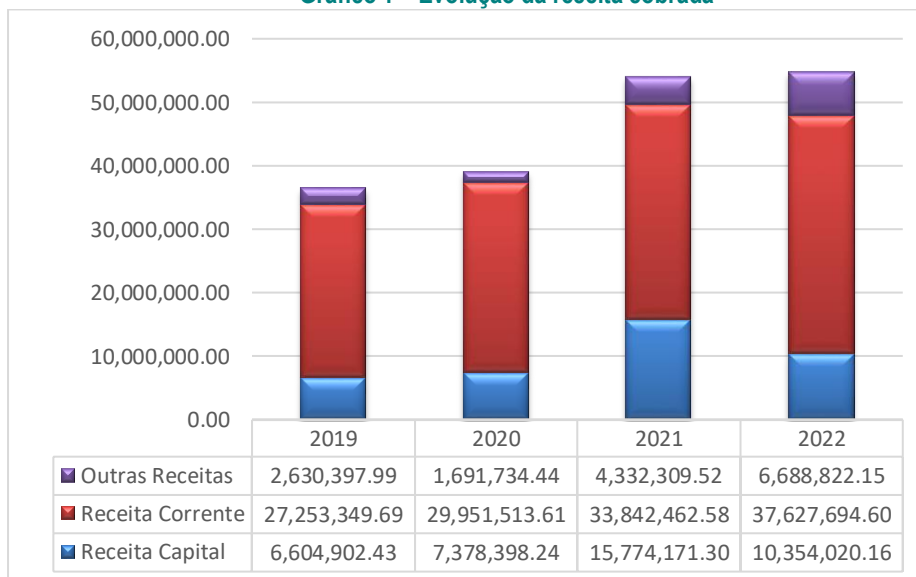


### 1.1. RECEITA

No Gráfico 1 apresenta-se a evolução da receita cobrada nos últimos quatro anos.

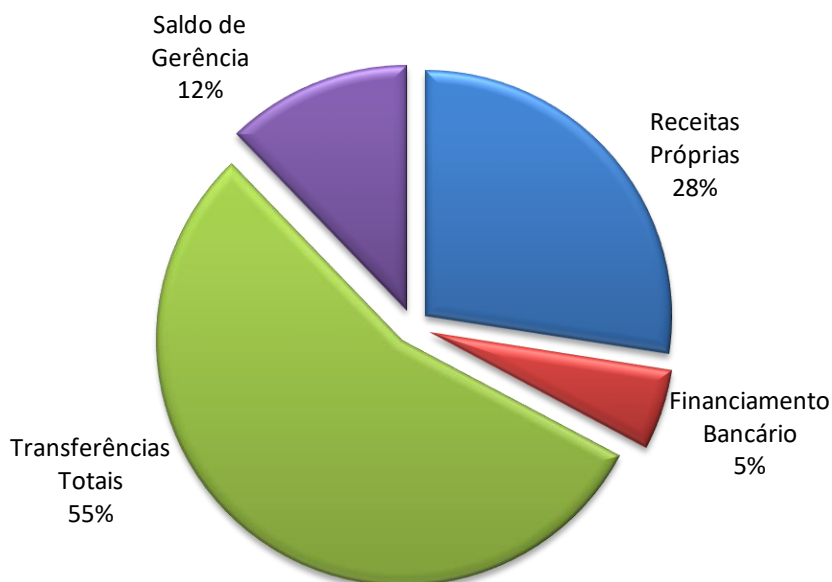
Verifica-se uma inclinação crescente da receita total cobrada desde o ano de 2019. Face a 2021, o ano de 2022 encerra com um ligeiro crescimento na receita total cobrada na ordem dos 0,72 milhões de euros.

**Gráfico 1 – Evolução da receita cobrada**



No próximo gráfico pode-se verificar a distribuição da receita no ano 2022, por rubricas gerais.

**Gráfico 2 – Distribuição da receita**



No final de 2022 a receita total cobrada ascendeu a cerca de 54,67 milhões de euros, correspondendo 30,08 milhões de euros de transferências totais (55%), 15,01 milhões de euros a receitas próprias (28%), 2,90 milhões de euros de financiamento bancário (5%) e 6,67 milhões de euros a saldo transitado da gerência anterior (12%).





De seguida, procede-se à análise da evolução da receita por grandes rubricas.

### Quadro 8 - Análise orçamental da Receita

Designação	2022			2021			Δ face período homólogo
	Previsão Corrigida	Cobrada	% de Execução	Previsão Corrigida	Cobrada	% de Execução	
Impostos directos	8 629 705,02	8 242 225,11	95,5%	8 041 432,60	7 768 147,57	96,6%	6,1%
Impostos indirectos	10,00	0,00	0,0%	10,00	0,00	0,0%	0,0%
Taxas, multas e outras penalidades	1 631 338,60	1 471 700,87	90,2%	1 314 482,89	1 150 705,75	87,5%	27,9%
Rendimentos da propriedade	2 505 955,67	2 483 990,57	99,1%	1 558 255,31	1 528 574,08	98,1%	62,5%
Transferências correntes	22 833 828,39	22 833 128,59	100,0%	21 420 002,84	21 269 368,17	99,3%	7,4%
Venda de bens e serviços correntes	3 178 201,03	2 513 650,06	79,1%	3 263 091,91	2 061 369,17	63,2%	21,9%
Outras receitas correntes	187 150,29	82 999,40	44,3%	247 774,45	64 297,84	26,0%	29,1%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>38 966 189,00</b>	<b>37 627 694,60</b>	<b>96,6%</b>	<b>35 845 050,00</b>	<b>33 842 462,58</b>	<b>94,4%</b>	<b>11,2%</b>
Venda de bens de investimento	199 540,00	198 500,16	99,5%	52 040,00	50 525,85	97,1%	0,0%
Transferências de capital	7 370 404,21	7 250 842,70	98,4%	10 522 133,41	8 937 667,99	84,9%	-18,9%
Activos financeiros	70,00	0,00	0,0%	70,00	0,00	0,0%	0,0%
Passivos financeiros	2 904 541,79	2 904 472,55	100,0%	6 814 090,32	6 785 175,07	99,6%	-57,2%
Outras receitas de capital	83 670,00	204,75	0,2%	84 429,27	802,39	1,0%	-74,5%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>10 558 226,00</b>	<b>10 354 020,16</b>	<b>98,1%</b>	<b>17 472 763,00</b>	<b>15 774 171,30</b>	<b>90,3%</b>	<b>-34,4%</b>
Reposições não abatidas nos pagamentos	33 410,00	19 882,42	59,5%	23 360,00	9 802,43	42,0%	102,8%
Saldo da gerência anterior	6 668 939,73	6 668 939,73	100,0%	4 322 507,09	4 322 507,09	100,0%	54,3%
<b>Outras Receitas</b>	<b>6 702 349,73</b>	<b>6 688 822,15</b>	<b>99,8%</b>	<b>4 345 867,09</b>	<b>4 332 309,52</b>	<b>99,7%</b>	<b>54,4%</b>
<b>Receitas Totais</b>	<b>56 226 764,73</b>	<b>54 670 536,91</b>	<b>97,2%</b>	<b>57 663 680,09</b>	<b>53 948 943,40</b>	<b>93,6%</b>	<b>1,34%</b>

Comparando com o período homólogo, as receitas correntes cobradas registaram um crescimento de 11,2%, com maior enfoque para as transferências correntes, cuja variação positiva de 7,4% representa em valores absolutos um incremento no montante de 1,56 milhões de euros.

As receitas de capital cobradas registaram um decréscimo (34,4%) face a 2021 justificado essencialmente pela redução de passivos financeiros, com uma variação de -57,2% que representa em valores absolutos 3,88 milhões de euros e das transferências de capital, com uma variação negativa de -18,9% que representa em valores absolutos 1,7 milhões de euros.



### 1.1.1. RECEITA PRÓPRIA

Em 2022 a receita própria cobrada atingiu os 15 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo de 2,38 milhões de euros, face ao período homólogo.

De seguida apresenta-se a evolução da receita própria nos últimos 4 anos.

**Quadro 9 - Evolução da Receita Própria**

Designação	2019	2020	2021	2022	Δ 2022-2021
Impostos Locais	7 039 633	7 486 860	7 768 148	8 242 225	6,1%
Taxas Multas e Outras Penalidades	506 702	811 272	1 150 706	1 471 701	27,9%
Rendit. Propriedades	1 662 170	1 536 257	1 528 574	2 483 991	62,5%
Venda Bens e Prestação de Serviços	1 847 032	1 615 838	2 061 369	2 513 650	21,9%
Outras Receitas Correntes	103 748	47 856	64 298	82 999	29,1%
Venda de Bens de Investimento	21 362	0	50 526	198 500	292,9%
Outras Receitas de Capital	30 935	20 440	10 605	20 087	89,4%
<b>Total das Receitas Próprias</b>	<b>11 211 581</b>	<b>11 518 523</b>	<b>12 634 225</b>	<b>15 013 153</b>	<b>18,8%</b>

Em termos relativos, as receitas próprias registaram em 2022 um acréscimo, de 18,8%, quando comparados com os registados em 2021.

**Quadro 10 - Evolução da Receita Própria Proveniente de Impostos**

Impostos	2019	2020	2021	2022	Δ 2022-2021
Impostos Diretos	6 793 449	7 486 860	7 768 148	8 242 225	6,1%
Imposto Municipal sobre Imóveis	4 101 950	4 209 775	4 239 642	4 466 277	5,3%
Imposto Único de Circulação	1 264 131	1 291 976	1 188 991	1 419 043	19,3%
Imposto Municipal sobre Transmissões	1 067 360	1 583 247	1 859 255	1 779 294	-4,3%
Derrama	360 008	401 861	480 259	577 611	20,3%
Outros	0	0	0	0	0,0%
Impostos Indiretos*	246 184	0	0	0	-
Loteamentos e Obras	233 187	0	0	0	0,0%
Outros	12 997	0	0	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>7 039 633</b>	<b>7 486 860</b>	<b>7 768 148</b>	<b>8 242 225</b>	<b>6,1%</b>

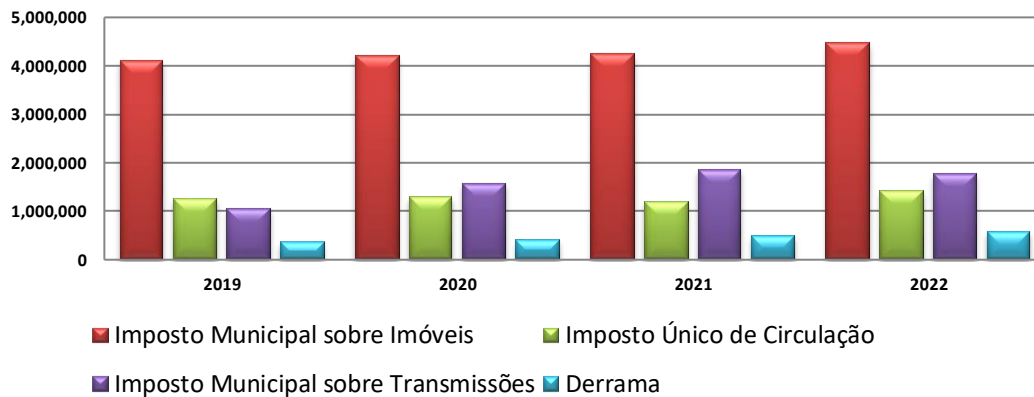
\* Em 2020, conforme comunicação da DGAL, as receitas passaram a ser classificadas em Taxas, Multas e Outras Penalidades

Relativamente às receitas provenientes dos impostos verifica-se um acréscimo de 6,1%, relativamente ao registado no ano anterior, representando um diferencial cerca de 474 mil euros.

No que respeita aos impostos indiretos, em 2022 regista-se a não arrecadação de qualquer montante devido a alteração de registo orçamental, por comunicação da DGAL, as receitas que até 2019 eram registadas como impostos indiretos passaram a partir de 2020 a ser registadas como taxas multas e outras penalidades.



Gráfico 3 – Evolução dos principais impostos diretos



No que respeita à evolução de outras receitas próprias (quadro 11), comparativamente a 2021, verificou-se um acréscimo de 39,1%, correspondendo a um valor absoluto cerca de 1,9 milhões de euros, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 11 - Evolução de Outras Receitas Próprias

Outras Receitas Próprias	2019	2020	2021	2022	Δ 2022-2021
Taxas, Multas e Outras Penalidades*	506 702	811 272	1 150 706	1 471 701	27,9%
Mercados e Feiras				45 586	-
Loteamentos e obras	430 234	591 482	892 191	618 948	-30,6%
Ocupação da via pública	102	116 924	125 958	141 526	12,4%
Taxa municipal de direitos de passagem	0	14 853	14 937	16 672	11,6%
Licença sobre o ruído	0	0	1 823	5 815	219,0%
Outras	22 864	37 872	71 439	511 575	616,1%
Multas e outras penalidades	53 502	50 140	44 358	131 578	196,6%
Rendimentos de Propriedade	1 662 170	1 536 257	1 528 574	2 483 991	62,5%
Juros - Sociedades Financeiras	0	0	31	62	99,3%
Dividendos e Participação nos lucros de sociedades	32 848	21 624	20 843	20 225	-3,0%
Participação nos lucros de administrações públicas	0	0	0	23 221	-
Rendas	1 629 322	1 511 539	1 507 095	2 439 783	61,9%
Outras	0	3 094	605	699	15,5%
Vendas de Bens e Serviços Correntes	1 847 032	1 615 838	2 061 369	2 513 650	21,9%
Venda de Bens	30 119	25 557	33 521	65 115	94,3%
Serviços	1 579 698	1 378 239	1 821 982	2 199 965	20,7%
Rendas	237 215	212 042	205 867	248 570	20,7%
Outras Receitas Correntes	103 748	47 856	64 298	82 999	29,1%
Venda de Bens de Investimento	21 362	0	50 526	198 500	-
Terrenos	0	0	14 423	198 500	1276,3%
Edifícios	0	0	0	0	-
Outros	21 362	0	36 103	0	-
Outras Receitas Capital	7 533	625	802	205	-74,5%
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	23 402	19 815	9 802	19 882	102,8%
<b>Total</b>	<b>4 171 948</b>	<b>4 031 663</b>	<b>4 866 078</b>	<b>6 770 928</b>	<b>39,1%</b>

\* Em 2020, conforme comunicação da DGAL, passaram a ser registadas receitas que antes eram classificadas em Impostos Indiretos



### 1.1.2. TRANSFERÊNCIAS OBTIDAS

As transferências obtidas atingiram os 30,1 milhões de euros em 2022. Tendo-se mantido em linha com o período homólogo registando um ligeiro decréscimo de 123 mil euros (-0,4%).

A redução verificada na rubrica “Transferências de competências - Lei 50/2018 no domínio da educação” deve-se a alteração em 2022 da rubrica de registo desta tipologia de receita, passando a integrar o agregado “Outras”.

Relativamente às transferências de capital, comparativamente com o período homólogo, verifica-se uma diminuição de 1,35 milhões de euros nas transferências do Portugal 2020 e 0,43 milhões de euros relativo às transferências “RFALEI - Artº 35º, N.º.3 da Lei N.º.73/2013”.

Mais pormenorizadamente, apresenta-se no quadro 12, a evolução das transferências obtidas nos últimos anos.

**Quadro 12 - Evolução das Transferências Obtidas**

Transferências	2019	2020	2021	2022	Δ 2022-2021
<b>Transferências Correntes</b>	16 094 065	18 453 431	21 269 368	22 833 129	7,4%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	12 191 142	13 251 044	14 416 341	15 419 974	7,0%
Fundo Social Municipal	1 188 159	1 188 159	1 188 159	943 968	-20,6%
Participação Variável no IRS	1 236 501	1 297 118	1 428 541	1 489 328	4,3%
Transferências de competências - Lei 50/2018	0	800 503	2 339 689	0	-
Participação no IVA - Art.26º-A da Lei N.º.73/2013	0	215 895	179 486	158 658	-11,6%
Outras	1 478 263	1 700 712	1 717 152	4 821 201	180,8%
<b>Transferências de Capital</b>	2 598 204	4 754 440	8 937 668	7 250 843	-18,9%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1 354 571	1 472 338	1 601 816	1 713 330	7,0%
Cooperação Técnica e Financeira	120 983	0	62 399	45 791	-26,6%
RFALEI - Artº 35º, N.º.3 da Lei N.º.73/2013	418 826	538 824	616 631	189 064	-69,3%
PORTUGAL 2020	703 824	2 743 278	6 656 822	5 302 658	-20,3%
<b>Total</b>	<b>18 692 269</b>	<b>23 207 871</b>	<b>30 207 036</b>	<b>30 083 971</b>	<b>-0,4%</b>



### 1.1.3. FINANCIAMENTO BANCÁRIO

Durante o ano de 2022 e no que se refere a financiamentos bancários, o Município utilizou o montante de 2.904.473 euros de empréstimos de médio e longos prazos, e amortizou 1.388.557 euros, correspondendo a uma diferença entre utilização e amortização de 1.515.916 euros.

**Quadro 13 - Evolução da Utilização/Amortização de Empréstimos MLP**

(Un.: euros)

Designação	2019	2020	2021	2022
<b>1. Utilização Médio e Longo Prazo</b>	<b>3 277 804</b>	<b>2 623 334</b>	<b>6 785 175</b>	<b>2 904 473</b>
Caixa G. Depósitos	0			
Caixa Agrícola	165 996			
BPI	1 150 106	1 416 682	5 145 517	2 255 957
Santander Totta	1 325 557		1 394 880	648 516
AD&C	636 145	1 206 651	244 778	
<b>2 . Amortização Médio e Longo Prazo</b>	<b>1 748 375</b>	<b>1 714 192</b>	<b>1 617 347</b>	<b>1 388 557</b>
Caixa G. Depósitos	1 000 575	959 696	831 479	836 479
Caixa Agrícola	188 410	188 410	201 495	114 909
BPI	559 390	566 086	584 372	363 081
Santander Totta				
AD&C				74 088
<b>3. Diferença entre Utilização e Amortização (3=1-2)</b>	<b>1 529 430</b>	<b>909 142</b>	<b>5 167 828</b>	<b>1 515 916</b>



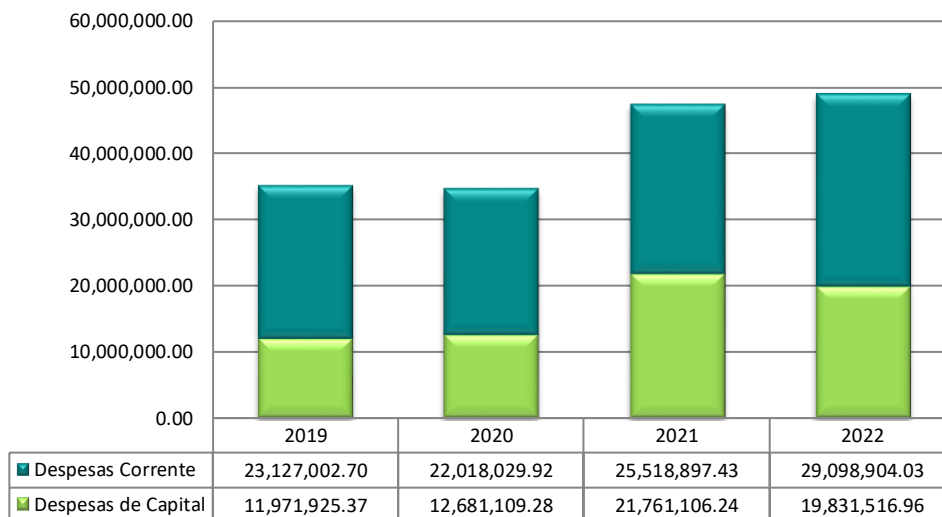


## 1.2. DESPESA

No final de 2022, as despesas totais atingiram o montante de 48.930.421 euros, sendo as despesas correntes de 59% e as de capital de 41%. Comparativamente ao ano 2021, verifica-se um acréscimo da despesa total cerca de 1,65 milhões de euros.

O gráfico 4 apresenta a evolução da despesa corrente e de capital de 2019 a 2022.

**Gráfico 4 – Evolução da despesa paga**



### 1.2.1. DESPESA POR NATUREZA ECONÓMICA – DESPESA CORRENTE E DESPESA DE CAPITAL

Em 2022 a despesa corrente paga relativamente à dotação corrigida teve uma execução de 89,8% (29,1 milhões de euros) e a despesa de capital paga relativamente à dotação corrigida de 83,3% (19,8 milhões de euros). A despesa total paga relativamente à dotação corrigida teve uma execução de 87,0% (48,93 milhões de euros)

O quadro seguinte apresenta a variação da despesa paga por classificação económica relativamente ao período homólogo, verifica-se um aumento de 14,0% nas despesas correntes pagas (3,58 milhões de euros) e um decréscimo de 8,9% nas despesas de capital (1,9 milhões de euros), sendo que as despesas totais registaram um acréscimo de 3,49% (1,65 milhões de euros)



**Quadro 14 - Evolução da Despesa por Classificação Económica Período Homólogo**

Class. Econ.	Designação	2022			2021			Δ 2021-2022
		Dotação Corrigida	Pago	% de Execução	Dotação Corrigida	Pago	% de Execução	
01	Despesas com o pessoal	15 079 689,00	14 747 131,14	97,8%	14 386 101,46	14 012 068,36	97,4%	5,2%
02	Aquisição de bens e serviços	13 430 763,97	11 141 186,67	83,0%	12 562 576,96	8 639 859,13	68,8%	29,0%
03	Juros e outros encargos	219 392,03	196 275,74	89,5%	163 070,02	123 560,05	75,8%	58,9%
04	Transferências e subsídios correntes	2 698 540,00	2 359 939,02	87,5%	2 611 071,00	2 326 481,54	89,1%	1,4%
06	Outras despesas correntes	978 145,96	654 371,46	66,9%	716 864,52	416 928,35	58,2%	57,0%
	<b>Despesas Correntes</b>	<b>32 406 530,96</b>	<b>29 098 904,03</b>	<b>89,8%</b>	<b>30 439 683,96</b>	<b>25 518 897,43</b>	<b>83,8%</b>	<b>14,0%</b>
07	Aquisição de bens de capital	19 231 797,79	15 794 922,15	82,1%	22 786 399,13	18 275 634,06	80,2%	-13,6%
08	Transferências e subsídios de capital	2 984 760,00	2 648 038,29	88,7%	2 737 060,00	1 842 139,51	67,3%	43,7%
09	Despesa com ativos financeiros	10 610,00	0,00	0,0%	26 087,00	25 986,09	0,0%	0,0%
10	Despesa com passivos financeiros	1 543 036,95	1 388 556,52	90,0%	1 617 879,99	1 617 346,58	100,0%	-14,1%
11	Outras despesas de capital	50 029,03	0,00	0,0%	56 570,01	0,00	0,0%	-
	<b>Despesas de Capital</b>	<b>23 820 233,77</b>	<b>19 831 516,96</b>	<b>83,3%</b>	<b>27 223 996,13</b>	<b>21 761 106,24</b>	<b>79,9%</b>	<b>-8,9%</b>
	<b>Despesas Totais</b>	<b>56 226 764,73</b>	<b>48 930 420,99</b>	<b>87,0%</b>	<b>57 663 680,09</b>	<b>47 280 003,67</b>	<b>82,0%</b>	<b>3,49%</b>

A evolução da despesa paga por classificação económica dos últimos quatro anos é apresentada pelo quadro que se segue.

De uma forma geral constata-se que não se registam alterações significativas entre 2019 e 2022.

**Quadro 15 - Evolução da despesa por Classificação Económica**

Class. Econ.	Designação	2019		2020		2021		2022	
		Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
01	Pessoal	10 678 227,34	28,1%	11 092 630,40	33,3%	14 012 068,36	29,6%	14 747 131,14	30,1%
02	Aquisição Bens e Serv. Correntes	9 330 870,31	24,2%	8 501 968,50	30,2%	8 639 859,13	18,3%	11 141 186,67	22,8%
03	Encargos Correntes Dívida	147 212,04	0,3%	136 152,15	0,4%	123 560,05	0,3%	196 275,74	0,4%
04	Transferências Correntes	1 946 965,83	6,2%	2 008 424,06	6,7%	2 326 481,54	4,9%	2 359 939,02	4,8%
06	Outras Despesas Correntes	1 023 727,18	2,1%	278 854,81	2,4%	416 928,35	0,9%	654 371,46	1,3%
	<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>23 127 002,70</b>	<b>60,9%</b>	<b>22 018 029,92</b>	<b>73,1%</b>	<b>25 518 897,43</b>	<b>54,0%</b>	<b>29 098 904,03</b>	<b>59,5%</b>
07	Aquisição Bens Investimento	7 266 773,08	27,9%	9 304 302,48	15,3%	18 275 634,06	38,7%	15 794 922,15	32,3%
08	Transferências Capital	1 368 348,44	7,1%	1 662 615,22	5,5%	1 842 139,51	3,9%	2 648 038,29	5,4%
09	Activos Financeiros	822 089,50	0,6%	0,00	0,9%	25 986,09	0,1%	0,00	0,0%
10	Passivos Financeiros	2 448 374,60	3,4%	1 714 191,58	5,2%	1 617 346,58	3,4%	1 388 556,52	2,8%
11	Outras Despesas de Capital	66 339,75	0,2%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
	<b>Total Despesas Capital</b>	<b>11 971 925,37</b>	<b>39,1%</b>	<b>12 681 109,28</b>	<b>26,9%</b>	<b>21 761 106,24</b>	<b>46,0%</b>	<b>19 831 516,96</b>	<b>40,5%</b>
	<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>35 098 928,07</b>	<b>100,0%</b>	<b>34 699 139,20</b>	<b>100,0%</b>	<b>47 280 003,67</b>	<b>100,0%</b>	<b>48 930 420,99</b>	<b>100,0%</b>



## 1.2.2. DESPESA POR AGREGADOS ECONÓMICOS

**Quadro 16 - Evolução da Despesa por Agregados Económicos**

Designação	2019		2020		2021		2022	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
<b>Encargos de Funcionamento</b>	<b>22 979 790,66</b>	<b>65,5%</b>	<b>21 881 877,77</b>	<b>63,1%</b>	<b>25 395 337,38</b>	<b>53,7%</b>	<b>28 902 628,29</b>	<b>59,1%</b>
Pessoal	10 678 227,34	30,4%	11 092 630,40	32,0%	14 012 068,36	29,6%	14 747 131,14	30,1%
Aquisição Bens e Serv. Correntes	9 330 870,31	26,6%	8 501 968,50	24,5%	8 639 859,13	18,3%	11 141 186,67	22,8%
Transferências Correntes	1 946 965,83	5,5%	2 008 424,06	5,8%	2 326 481,54	4,9%	2 359 939,02	4,8%
Outras Despesas Correntes	1 023 727,18	2,9%	278 854,81	0,8%	416 928,35	0,9%	654 371,46	1,3%
<b>Investimento Global</b>	<b>9 523 550,77</b>	<b>27,1%</b>	<b>10 966 917,70</b>	<b>31,6%</b>	<b>20 143 759,66</b>	<b>42,6%</b>	<b>18 442 960,44</b>	<b>37,7%</b>
Investimento Directo	7 266 773,08	20,7%	9 304 302,48	26,8%	18 275 634,06	38,7%	15 794 922,15	32,3%
Transferências Capital	1 368 348,44	3,9%	1 662 615,22	4,8%	1 842 139,51	3,9%	2 648 038,29	5,4%
Outras Despesas de Capital	66 339,75	0,2%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Activos Financeiros	822 089,50	2,3%	0,00	0,0%	25 986,09	0,1%	0,00	0,0%
<b>Serviço da Dívida</b>	<b>2 595 586,64</b>	<b>7,4%</b>	<b>1 850 343,73</b>	<b>5,3%</b>	<b>1 740 906,63</b>	<b>3,7%</b>	<b>1 584 832,26</b>	<b>3,2%</b>
Juros	147 212,04	0,4%	136 152,15	0,4%	123 560,05	0,3%	196 275,74	0,4%
Amortização	2 448 374,60	7,0%	1 714 191,58	4,9%	1 617 346,58	3,4%	1 388 556,52	2,8%
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>35 098 928,07</b>	<b>100,0%</b>	<b>34 699 139,20</b>	<b>100,0%</b>	<b>47 280 003,67</b>	<b>100,0%</b>	<b>48 930 420,99</b>	<b>100,0%</b>

### 1.2.2.1 ENCARGOS DE FUNCIONAMENTO

Os encargos de funcionamento com o montante de 28.902.628,29 euros aumentaram 3.507.190,91 euros relativamente ao ano de 2021, e representaram 59,1% do total das despesas do município.

#### a. Encargos com pessoal

Os encargos com pessoal, no montante de 14.747.131,14 euros (30,1% do total das despesas), cresceram 735.062,78 euros relativamente ao ano anterior, essencialmente em consequência da transferência de competências no domínio da educação e valorizações remuneratórias.

A 31 de dezembro de 2022 o quadro de pessoal do Município integrava 831 colaboradores, cuja contagem por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género se apresenta no quadro seguinte.



**Quadro 17 - Trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género**

		Dirigente - Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
Comissão de Serviço	H:	12	0	0	0	0	4	16
	M:	6	0	0	0	0	3	9
	T:	18	0	0	0	0	7	25
CTFP por tempo indeterminado	H:	0	25	58	195	7	0	285
	M:	0	57	84	309	0	0	450
	T:	0	82	142	504	7	0	735
CTFP a termo resolutivo certo	H:	0	28	0	0	0	0	28
	M:	0	33	0	0	0	0	33
	T:	0	61	0	0	0	0	61
CTFP a termo resolutivo incerto	H:	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	10	0	0	10
	T:	0	0	0	10	0	0	10
Outra	H:	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0
Total	H:	12	53	58	195	7	4	329
	M:	6	90	84	319	0	3	502
	T:	18	143	142	514	7	7	831

Reportando a 31 de dezembro, podemos constatar que em termos de género existem 502 colaboradores do sexo feminino e 329 colaboradores do sexo masculino.

Recorreu-se aos trabalhadores inscritos no I.E.F.P através do Programa – Contrato Emprego Inserção, tendo sido obtida uma receita de 107.021,38 euros.

Em conclusão: o montante global de despesas com o pessoal, efetuado pelo Município ascendeu a 14.747.131,14 euros, representando cerca de 39% do total das receitas correntes do ano.

#### **b. Aquisição de bens e serviços**

A aquisição de bens e serviços, com o montante de 11.141.186,67 euros, registou um aumento de 2.501.327,54 euros relativamente ao ano de 2021.

O quadro seguinte traduz de forma detalhada a evolução da despesa com aquisição de bens e serviços período homólogo



**Quadro 18 - Evolução da Despesa Aquisição de Bens e Serviços Período Homólogo**

Class. Econ.	Designação	2022		2021		Δ 2021-2022	
		Pago	Peso %	Pago	Peso %	Valor	%
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	11 141 186,67	100,0%	8 639 859,13	100,0%	2 501 327,54	29,0%
0201	AQUISIÇÃO DE BENS	1 872 648,77	16,8%	1 341 102,63	15,5%	531 546,14	39,6%
020101	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	297 215,34	2,7%	444 219,47	5,1%	-147 004,13	-33,1%
020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	1 171 787,65	10,5%	549 235,14	6,4%	622 552,51	113,3%
02010201	Gasolina	15 769,57	0,1%	9 077,40	0,1%	6 692,17	73,7%
02010202	Gasóleo	368 831,74	3,3%	267 485,94	3,1%	101 345,80	37,9%
02010299	Outros	787 186,34	7,1%	272 671,80	3,2%	514 514,54	188,7%
020104	LIMPEZA E HIGIENE	34 553,14	0,3%	32 739,80	0,4%	1 813,34	5,5%
020106	ALIMENTAÇÃO- GÉNEROS PARA CONFECCIONAR	28 478,36	0,3%	27 853,05	0,3%	625,31	2,2%
020107	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	41 728,27	0,4%	41 713,77	0,5%	14,50	0,0%
020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	67 810,23	0,6%	42 795,09	0,5%	25 015,14	58,5%
020112	MATERIAL DE TRANSPORTE - PEÇAS	51 662,68	0,5%	40 973,61	0,5%	10 689,07	26,1%
020116	MERCADORIAS PARA VENDA	59 120,02	0,5%	25 900,67	0,3%	33 219,35	128,3%
02011603	Outros	59 120,02	0,5%	25 900,67	0,3%	33 219,35	128,3%
020118	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	73,14	0,0%	488,56	0,0%	-415,42	-85,0%
020121	OUTROS BENS	120 219,94	1,1%	135 183,47	1,6%	-14 963,53	-11,1%
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	9 268 537,90	83,2%	7 298 756,50	84,5%	1 969 781,40	27,0%
020201	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	941 421,85	8,4%	917 859,69	10,6%	23 562,16	2,6%
020202	LIMPEZA E HIGIENE	102 150,61	0,9%	47 275,52	0,5%	54 875,09	116,1%
020203	CONSERVAÇÃO DE BENS	318 003,00	2,9%	314 146,51	3,6%	3 856,49	1,2%
020206	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
020209	COMUNICAÇÕES	96 744,51	0,9%	86 977,92	1,0%	9 766,59	11,2%
020210	TRANSPORTES	1 720 498,41	15,4%	1 043 987,96	12,1%	676 510,45	64,8%
020212	SEGUROS	155 375,83	1,4%	161 046,78	1,9%	-5 670,95	-3,5%
020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
020214	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	324 769,90	2,9%	203 117,43	2,4%	121 652,47	59,9%
020215	FORMAÇÃO	19 335,10	0,2%	16 633,60	0,2%	2 701,50	16,2%
020216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	451 698,74	4,1%	368 449,94	4,3%	83 248,80	22,6%
020218	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	29 324,35	0,3%	32 976,84	0,4%	-3 652,49	-11,1%
020219	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	458 065,76	4,1%	286 522,54	3,3%	171 543,22	59,9%
020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	1 679 105,26	15,1%	1 414 189,96	16,4%	264 915,30	18,7%
020224	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	248 615,61	2,2%	238 945,17	2,8%	9 670,44	4,0%
020225	OUTROS SERVIÇOS	2 723 428,97	24,4%	2 166 626,64	25,1%	556 802,33	25,7%
02022501	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	790 355,40	7,1%	801 471,44	9,3%	-11 116,04	-1,4%
02022599	DIVERSOS	1 933 073,57	17,4%	1 365 155,20	15,8%	567 918,37	41,6%

A aquisição de bens com 1.872.648,77 euros representa 16,8% do total da aquisição de bens e serviços e, a aquisição de serviços com 9.268.537,90 euros representa 83,2%.

### c. Transferências correntes

Relativamente às transferências correntes regista-se em 2022 o montante de 2.359.939,02, sensivelmente em linha com o ano anterior.



**d. Outras despesas correntes**

A rubrica Outras Despesas Correntes, com o montante de 654.371,46 euros, aumentou 237.443,11 euros em relação ao ano de 2021, justificado essencialmente pelo acréscimo da rubrica de “realizações de interesse municipal”.

**1.2.2.2 INVESTIMENTO GLOBAL**

O investimento global foi de 18.442.960,44 euros, tendo registado uma diminuição de 1.700.799,22 euros em relação ao ano de 2021.

**a. Investimento direto**

O investimento direto da Autarquia, no montante de 15.794.922,15 euros, diminuiu 2.480.711,91 euros relativamente ao ano anterior e a sua desagregação pelas diferentes rubricas está evidenciada no quadro seguinte.

**b. Transferências de capital**

As transferências de capital para as Juntas de Freguesia, Associações Municipais e Instituições atingiram o montante de 2.648.038,29 euros, representando um acréscimo de 805.898,78 euros, em relação ao período homólogo de 2021.

**c. Outras despesas de capital**

Relativamente a outras despesas de capital, constata-se um valor nulo, sem variação relativamente ao ano anterior.

**d. Ativos financeiros**

Finalmente nos ativos financeiros regista também se um valor nulo.





**Quadro 19 - Desagregação do Investimento Direto**

Objectivo	Valor	Peso
Terrenos	480 340,01	3,0%
Habitacões	718 704,08	4,6%
Instalações de serviços	2 119 838,96	13,4%
Instalações desportivas e recreativas	483 268,29	3,1%
Escolas	222 343,36	1,4%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	1 914 136,47	12,1%
Iluminação Pública	190 285,02	1,2%
Viação Rural	2 254 505,87	14,3%
Sinalização e trânsito	93 327,36	0,6%
Outros - Construções diversas	4 007 136,26	25,4%
Outros edifícios	991 894,47	6,3%
Material de transporte	569 597,51	3,6%
Equipamento informático	124 144,75	0,8%
Software informático	227 092,33	1,4%
Equipamento básico	84 229,52	0,5%
Ferramentas e utensílios	54 949,50	0,3%
Investimentos incorpóreos	64 353,60	0,4%
Equipamento administrativo	69 943,89	0,4%
Outros investimentos	1 124 830,90	7,1%
<b>TOTAL</b>	<b>15 794 922,15</b>	<b>100,0%</b>

### 1.2.2.3 SERVIÇO DA DÍVIDA

O serviço da dívida bancária atingiu o montante de 1.584.832,26 euros, dos quais 1.388.556,52 euros correspondem a amortização de empréstimos de médio e longo prazos e 196.275,74 euros a juros. A rubrica regista um decréscimo de 156.074,37 euros relativamente ao ano anterior.

O montante global representou 3,2% do total da despesa e 8,1% do total recebido com o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e da participação fixa no IRS.



### 1.3. RESULTADO ORÇAMENTAL

No quadro seguinte observa-se a receita total cobrada (inclui saldo da gerência anterior) e a despesa total paga nos últimos quatro anos, bem como os respetivos saldos de gerência a incorporar no orçamento seguinte.

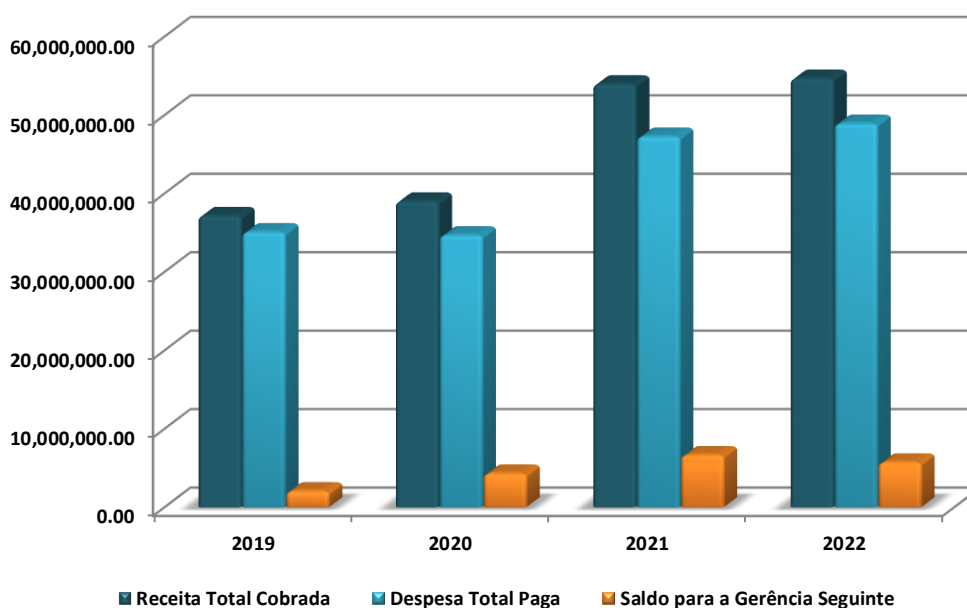
Verifica-se que o saldo da gerência desde o ano 2019 é superior a 2 milhões de euros por ano e, registe-se que o saldo da gerência que transita de 2022 para 2023 ascende a 5,7 milhões de euros.

**Quadro 20 - Resultado Orçamental (Receita vs Despesa vs Saldo de Gerência)**

Designação	2019	2020	2021	2022
Receita Total Cobrada	37 169 817,93	39 021 646,29	53 948 943,40	54 670 536,91
Despesa Total Paga	35 098 928,07	34 699 139,20	47 280 003,67	48 930 420,99
Saldo para a Gerência Seguinte	2 070 889,86	4 322 507,09	6 668 939,73	5 740 115,92

A representação gráfica do quadro anterior é a que consta no gráfico 5 seguinte.

**Gráfico 5 - Receita vs Despesa vs Saldo de Gerência**



No quadro 21 é exposto o resultado orçamental de 2022, verificando-se uma poupança corrente no montante de 8,5 milhões de euros, utilizada para cobrir parte da despesa de capital paga, uma vez que a receita de capital cobrada (10,4 milhões de euros) demonstrou ser insuficiente para pagar a despesa de capital.

Note-se que o saldo da gerência que transita de 2022 para 2023 ascende a 5,7 milhões de euros.

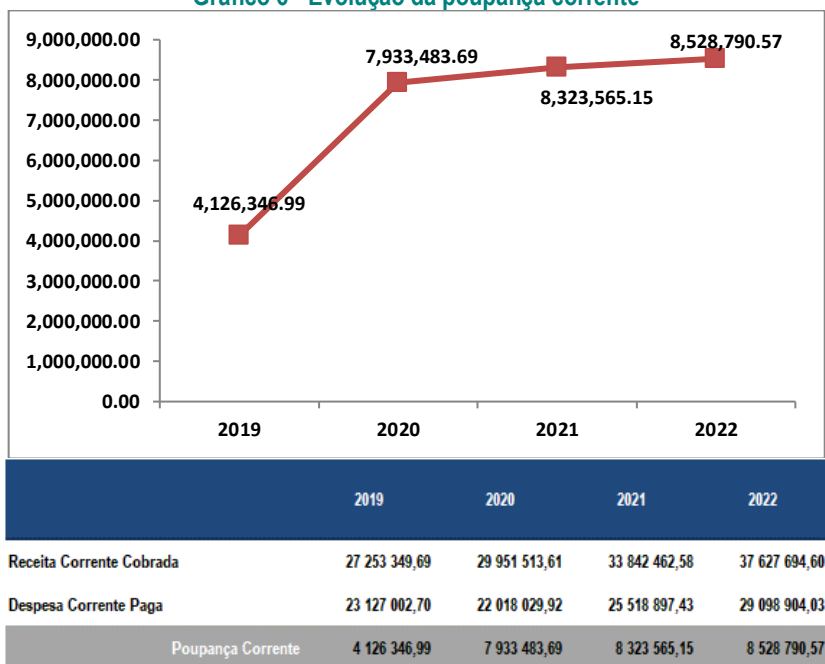


**Quadro 21 - Resultado Orçamental**

Resultado Orçamental	2022
Receita Corrente Cobrada	37 627 694,60
Despesa Corrente Paga	29 098 904,03
<b>Poupança Corrente</b>	<b>8 528 790,57</b>
Receita de Capital Cobrada	10 373 902,58
Despesa de Capital Paga	19 831 516,96
<b>Saldo de Capital</b>	<b>-9 457 614,38</b>
Receita Total Cobrada	48 001 597,18
Despesa Total Paga	48 930 420,99
Saldo da Gerência Anterior	6 668 939,73
<b>Saldo Orçamental</b>	<b>5 740 115,92</b>

O gráfico seguinte ilustra a evolução da poupança corrente nos últimos quatro anos. O ano de 2022 atingiu uma poupança no montante cerca de 8,5 milhões de euros, cerca de 205 mil de euros superior ao período homólogo de 2021.

**Gráfico 6 - Evolução da poupança corrente**



#### 1.4. PRINCIPAIS INDICADORES ORÇAMENTAIS

Atualmente, a gestão autárquica assenta num conjunto de informação complexa e diversificada, tornando-se necessário desenvolver e implementar modelos de gestão pública que permitam analisar e apreciar a gestão dos recursos públicos segundo critérios de racionalidade não só económica, mas também social.

Consequentemente, será determinante dispor de elementos de informação técnico-financeira adequados à pilotagem e acompanhamento da gestão.

Os indicadores são instrumentos que permitem analisar aspetos relevantes da entidade, o diagnóstico, a aprendizagem e a melhoria constante, constituindo-se como ferramenta auxiliar à monitorização e acompanhamento do desenvolvimento da gestão.

Contudo, importa realçar as autarquias não se movem por objetivos de maximização dos lucros, mas visam essencialmente alcançar objetivos sociais de maximização da satisfação de necessidades dos munícipes, com os recursos disponíveis.

No quadro seguinte apresenta-se um conjunto de indicadores orçamentais.

**Quadro 22 - Evolução dos principais indicadores orçamentais**

Indicadores Orçamentais					
Nº	Fórmula de Cálculo do Rácio	2019	2020	2021	2022
<b>Receitas</b>					
1	<u>Receita Corrente</u> <u>Receita Total</u>	74,87%	76,76%	62,73%	68,83%
2	<u>Receita de Capital</u> <u>Receita Total</u>	25,13%	23,24%	37,27%	31,17%
3	<u>Receita Corrente</u> <u>Despesa Corrente</u>	119,03%	136,03%	132,62%	129,31%
4	<u>Receita de Capital</u> <u>Despesa de Capital</u>	77,19%	71,52%	92,40%	85,94%
5	<u>Passivos Financeiros (receita)</u> <u>Despesa Total</u>	11,33%	7,56%	14,35%	5,94%
6	<u>Receitas Próprias</u> <u>Despesa Total</u>	32,73%	33,20%	26,72%	30,68%
7	<u>Receitas Próprias</u> <u>Receita Total</u>	31,24%	29,52%	23,42%	27,46%
8	<u>Passivos Financeiros (receita)</u> <u>Receita Total</u>	10,82%	6,72%	12,58%	5,31%
9	<u>Transf. Corrent. e de capit. obtidas da U.E</u> <u>Receita Total</u>	3,18%	7,18%	12,42%	9,78%
<b>Despesas</b>					
10	<u>Despesa Corrente</u> <u>Despesa Total</u>	65,89%	63,45%	53,97%	59,47%
11	<u>Despesa de Capital</u> <u>Despesa Total</u>	34,11%	36,55%	46,03%	40,53%
12	<u>Aquisição de Bens de Capital</u> <u>Despesa Total</u>	20,70%	26,81%	38,65%	32,28%
13	<u>Transferências de capital(despesa)</u> <u>Despesa Total</u>	3,90%	4,79%	3,90%	5,41%
14	<u>Pessoal</u> <u>Despesa Total</u>	30,42%	31,97%	29,64%	30,14%
15	<u>Aquisição de Bens e Serviços Correntes</u> <u>Despesa Total</u>	26,58%	24,50%	18,27%	22,77%
16	<u>Serviço da Dívida</u> <u>Despesa Total</u>	7,40%	5,33%	3,68%	3,24%
17	<u>Amortização de Empréstimos de MLP</u> <u>Despesa Total</u>	6,98%	4,94%	3,42%	2,84%
<b>Outros</b>					
18	<u>Receita Total</u> <u>Nº de Habitantes</u>	690,14 €	732,39 €	1 035,11 €	1 049,02 €
19	<u>Despesa Total</u> <u>N.º de Habitantes</u>	658,76 €	651,26 €	907,15 €	938,88 €
20	<u>Despesa de Investimento</u> <u>Nº de Habitantes</u>	224,70 €	174,63 €	350,65 €	303,07 €



Em relação ao quadro anterior apresenta-se de seguida a descrição do conteúdo de cada rácio, pela ordem sequencial atribuída

1	Mede o peso da receita corrente na receita total
2	Mede o peso da receita de capital na receita total
3	Mede a capacidade das receitas correntes cobrirem as despesas correntes
4	Mede a capacidade das receitas de capital cobrirem as despesas de capital
5	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia provenientes de empréstimos de terceiros
6	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias da autarquia
7	Mede o peso das receitas próprias no total das receitas arrecadadas
8	Mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total da autarquia
9	Mede o peso das transferências comunitárias na receita total da autarquia
10	Mede o peso da despesa corrente na despesa total
11	Mede o peso da despesa de capital na despesa total
12	Mede o peso do investimento direto na despesa total
13	Mede o peso do investimento indiretamente realizado pela autarquia, através de transferência de capital para outras entidades, na despesa total
14	Mede o peso da despesa com pessoal na despesa total
15	Mede o peso da despesa com a aquisição de bens e serviços decorrentes da atividade da autarquia na despesa total
16	Mede o peso da despesa com custos financeiros (juros + amortizações) decorrentes de empréstimos na despesa total
17	Permite apurar o peso da amortização de empréstimos de médio e longo prazos na despesa total
18	Representa o volume de receitas arrecadadas, em termos per capita
19	Representa o volume das despesas efetuadas, em termos per capita
20	Representa o impacto de despesas de investimento pagas, em termos per capita



## 2. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

O Município de Amarante iniciou a aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para administrações públicas - SNC-AP em 1 de janeiro de 2020 e, desde essa data que a prestação de contas foi efetuada com base no novo referencial contabilístico.

De entre outras finalidades, no âmbito do SNC-AP, o relato financeiro das entidades públicas visa permitir uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações e do desempenho financeiro da entidade, permitir o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos e proporcionar informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

Importa referir que, dada a natureza da entidade pública, as suas atribuições e competências, os fins e objetivos que visa alcançar, nomeadamente de proporcionar melhor qualidade de vida aos cidadãos, naturalmente que o seu desempenho não se esgota ou resume a qualquer avaliação económico-financeira.

Contudo, dada a importância da sustentabilidade das finanças municipais para o desenvolvimento da sua atividade e para alcançar os objetivos que se propõe e, naturalmente para medir o desempenho económico-financeiro da entidade e fornecer informação verdadeira e apropriada da posição financeira para os diversos utilizadores dessa mesma informação, neste capítulo procede-se a uma abordagem do desempenho financeiro e económico, através da análise do balanço e da demonstração de resultados.





## 2.1. DESEMPENHO FINANCEIRO

As estruturas do ativo e fundos próprios e passivo desagregam-se conforme se demonstra no quadro seguinte:

Quadro 23 - Estrutura do Ativo

Ativo	2022	Estrutura	2021	Estrutura	Δ 2022/2021	
					Absoluta	Relativa
<b>Ativo não corrente</b>						
Ativos fixos tangíveis	142 115 701,43 €	87,7%	132 775 394,94 €	86,7%	↑ 9 340 306,49 €	7,0%
Propriedades de investimento	106 527,82 €	0,1%	100 016,75 €	0,1%	↑ 6 511,07 €	6,5%
Ativos intangíveis	527 520,27 €	0,3%	634 812,13 €	0,4%	↓ -107 291,86 €	-16,9%
Participações financeiras	4 950 253,82 €	3,1%	4 952 607,17 €	3,2%	↓ -2 353,35 €	0,0%
Clientes contribuintes e utentes	507,40 €	0,0%	1 328,22 €	0,0%	↓ -820,82 €	-61,8%
	<b>147 700 510,74 €</b>	<b>91,1%</b>	<b>138 464 159,21 €</b>	<b>90,4%</b>	<b>↑ 9 236 351,53 €</b>	<b>6,7%</b>
<b>Ativo corrente</b>						
Inventários	38 271,70 €	0,0%	26 392,09 €	0,0%	↑ 11 879,61 €	45,0%
Devedores p/ transf. e subsídios não reembolsáveis						
Clientes, contribuintes e utentes	39 772,82 €	0,0%	84 859,83 €	0,1%	↓ -45 087,01 €	-53,1%
Estado e outros entes públicos	30 498,27 €	0,0%	219,80 €	0,0%	↑ 30 278,47 €	13775,5%
Outras contas a receber	6 119 122,75 €	3,8%	5 980 009,55 €	3,9%	↑ 139 113,20 €	2,3%
Diferimentos	142 049,53 €	0,1%	96 939,18 €	0,1%	↑ 45 110,35 €	46,5%
Caixa e depósitos	7 995 672,23 €	4,9%	8 559 119,79 €	5,6%	↓ -563 447,56 €	-6,6%
	<b>14 365 387,30 €</b>	<b>8,9%</b>	<b>14 747 540,24 €</b>	<b>9,6%</b>	<b>↓ -382 152,94 €</b>	<b>-2,6%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>162 065 898,04 €</b>	<b>100,0%</b>	<b>153 211 699,45 €</b>	<b>100,0%</b>	<b>↑ 8 854 198,59 €</b>	<b>5,8%</b>

O *ativo líquido* fixou-se nos 162,06 M€, crescendo 8,8 M€ (+5,8%) face ao ano transato, alavancado essencialmente pela componente de ativo não corrente – *Ativos fixos tangíveis*.

O *ativo não corrente* ascendeu a 147,7 M€ e representa 91,1% do ativo total.

O *ativo corrente* ascendeu a 14,36 M€ e representa 8,9% do ativo total.

A componente de *outras contas a receber* no valor 6,12 M€, representando 3,8% do ativo total respeita basicamente a devedores e credores por acréscimos (periodização económica) relativos a impostos e taxas imputados ao período, mas cujo recebimento ocorrerá no ano seguinte, como IMI, Derrama e outros.

A componente de *caixa e depósitos*, a 31 de dezembro de 2022, assume um peso de 4,9% na estrutura do ativo e totaliza 8,0 M€.



### Quadro 24 - Fundos próprios e passivo

Património Líquido e Passivo	2022	Estrutura	2021	Estrutura	Δ 2022/2021	
					Absoluta	Relativa
<b>Património líquido</b>						
Património/Capital	89 218 446,67 €	55,1%	89 218 446,67 €	58,2%	⇒	0,00 € 0,0%
Reservas	2 751 609,00 €	1,7%	2 751 609,00 €	1,8%	⇒	0,00 € 0,0%
Resultados transitados	-127 298,97 €	-0,1%	-1 393 757,66 €	-0,9%	↑	1 266 458,69 € -90,9%
Ajustamentos em ativos financeiros	710 116,68 €	0,4%	710 116,68 €	0,5%	⇒	0,00 € 0,0%
Outras variações no património líquido	31 893 191,73 €	19,7%	27 183 632,66 €	17,7%	↑	4 709 559,07 € 17,3%
Resultado líquido do período	1 188 257,14 €	0,7%	1 176 458,69 €	0,8%	↑	11 798,45 € 1,0%
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>125 634 322,25 €</b>	<b>77,5%</b>	<b>119 646 506,04 €</b>	<b>78,1%</b>	↑	<b>5 987 816,21 € 5,0%</b>
<b>Passivo não corrente</b>						
Provisões	756 858,18 €	0,5%	652 550,16 €	0,4%	↑	104 308,02 € 16,0%
Financiamentos obtidos	20 427 808,91 €	12,6%	18 694 369,88 €	12,2%	↑	1 733 439,03 € 9,3%
Fornecedores de investimentos	499 399,99 €	0,3%		0,0%	↑	499 399,99 € -
Diferimentos	7 522 476,34 €	4,6%	7 485 248,22 €	4,9%	↑	37 228,12 € 0,5%
Outras contas a pagar	2 165 276,84 €	1,3%		0,0%	↑	2 165 276,84 € -
	<b>31 371 820,26 €</b>	<b>19,4%</b>	<b>26 832 168,26 €</b>	<b>17,5%</b>	↑	<b>4 539 652,00 € 16,9%</b>
<b>Passivo corrente</b>						
Fornecedores	146 858,86 €	0,1%	214 069,84 €	0,1%	↓	-67 210,98 € -31,4%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	83 470,40 €	0,1%		0,0%	↑	83 470,40 € -
Estado e outros entes públicos	321 819,99 €	0,2%	313 168,52 €	0,2%	↑	8 651,47 € 2,8%
Financiamentos obtidos	1 798 480,46 €	1,1%	2 237 224,30 €	1,5%	↓	-438 743,84 € -19,6%
Fornecedores de investimentos	300 300,01 €	0,2%	13 502,34 €	0,0%	↑	286 797,67 € 2124,1%
Outras contas a pagar	2 408 825,81 €	1,5%	3 955 060,15 €	2,6%	↓	-1 546 234,34 € -39,1%
	<b>5 059 755,53 €</b>	<b>3,1%</b>	<b>6 733 025,15 €</b>	<b>4,4%</b>	↓	<b>-1 673 269,62 € -24,9%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>36 431 575,79 €</b>	<b>22,5%</b>	<b>33 565 193,41 €</b>	<b>21,9%</b>	↑	<b>2 866 382,38 € 8,5%</b>
<b>Total Património Líquido e Passivo</b>	<b>162 065 898,04 €</b>	<b>100,0%</b>	<b>153 211 699,45 €</b>	<b>100,0%</b>	↑	<b>8 854 198,59 € 5,8%</b>

O *património líquido* e o passivo situaram-se nos 162,06 M€.

A rubrica *outras variações no património líquido* verificou uma variação na ordem de 4,7M€ resultante de transferências e subsídios para investimentos obtidos, deduzidos da sua imputação anual a rendimentos.

O total do *passivo* ascende a 36,43 M€, registando um acréscimo de 2,87 M€, em resultado do acréscimo verificado na componente do *passivo não corrente*.

O *passivo não corrente* ascende a 31,37 M€, tendo registado um acréscimo cerca de 4,54 M€ relativamente ao exercício anterior, sendo que destes cerca de 1,73 M€ correspondem a acréscimo da rubrica de *financiamentos obtidos* (montante exigível a mais de um ano) em resultado da utilização de empréstimos contratados em exercícios anteriores. A rubrica *Outras contas a pagar*, registou uma variação de 2,16 M€ que se deve somente a alteração no registo contabilístico respeitante a garantias de fornecedores de imobilizado, até aqui registadas em *passivo corrente* e em 2022 passaram a relevar-se em *passivo não corrente* (cujo montante se encontra refletido no ativo na componente depósitos bancários). A rubrica *fornecedores de investimentos*, respeita à contabilização de aquisição de terreno a pagar em mais que um



exercício económico. Cerca de 0,10 M€ a acréscimo na rubrica de *provisões* em conformidade com os dados relativos aos processos judiciais em curso e em função do grau de risco associado a cada processo.

O *passivo corrente* totaliza 5,06 M€, registando um decréscimo cerca de 1,67 M€ relativamente ao exercício económico anterior. Relativamente à componente *fornecedores* e a *fornecedores de investimentos* importa referir que todas as faturas validadas, com entrada até 31 de dezembro, foram liquidadas na sua totalidade, significando que os valores que apresentam, respeitam a documentos não validados a 31 de dezembro e por consequência não se encontravam em condições de ser liquidados e ainda ao reconhecimento de compromisso a liquidar no ano seguinte relativamente à aquisição de terreno a pagar em mais que um exercício económico. Relativamente à rubrica *outras contas a pagar* reafirma-se o referido no parágrafo anterior e que esta componente refere-se essencialmente ao reconhecimento no corrente exercício dos gastos com férias e subsídio de férias a pagar em 2023, que apresentam um valor de 1,98M€ e outros acréscimos de gastos no montante de 0,34M€.



## 2.2. DESEMPENHO ECONÓMICO

No tocante ao desempenho financeiro, os rendimentos e gastos do período são expressos na demonstração de resultados que se segue.

**Quadro 25 – Demonstração de Resultados**

Rendimentos e Gastos	Exercício	
	2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	9 798 152,44 €	9 423 159,70 €
Vendas	65 239,37 €	33 520,65 €
Prestações de serviços e concessões	3 863 664,72 €	2 963 109,86 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	22 760 778,35 €	21 283 969,52 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	20 225,08 €	5 506,45 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 199 946,06 €	-586 456,25 €
Fornecimentos e serviços externos	-11 040 173,37 €	-8 479 889,93 €
Gastos com pessoal	-14 686 605,63 €	-14 021 025,84 €
Transferências e subsídios concedidos	-4 976 454,79 €	-4 147 252,92 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-137 115,85 €	48 946,02 €
Provisões (aumentos/reduções)	-104 308,02 €	-549 418,53 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-2 353,35 €	-2 304,22 €
Outros rendimentos	3 946 153,26 €	1 765 223,50 €
Outros gastos	-626 936,69 €	-562 442,88 €
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>7 680 319,46 €</b>	<b>7 174 645,13 €</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-6 302 171,73 €	-5 857 925,28 €
<b>Resultado operacional (antes de resultados financeiros)</b>	<b>1 378 147,73 €</b>	<b>1 316 719,85 €</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	23 283,06 €	30,96 €
Juros e gastos similares suportados	-213 173,65 €	-140 292,12 €
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>1 188 257,14 €</b>	<b>1 176 458,69 €</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>1 188 257,14 €</b>	<b>1 176 458,69 €</b>



### 2.2.1 ANÁLISE DOS RENDIMENTOS

No ano de 2022 os rendimentos ascenderam a 35,52M€, o que representa um crescimento de 4,18M€ em termos absolutos e de 13,3% em termos relativos, comparativamente com o ano 2020.

**Quadro 26 – Estrutura e evolução dos rendimentos**

Rendimentos	2022	Peso (%)	2021	Peso (%)	Δ 2022/2021	
					Absoluta	Relativa
Impostos, contribuições e taxas	9 798 152,44 €	24,2%	9 423 159,70 €	26,5%	↑ 374 992,74 €	4,0%
Vendas	65 239,37 €	0,2%	33 520,65 €	0,1%	↑ 31 718,72 €	94,6%
Prestações de serviços e concessões	3 863 664,72 €	9,5%	2 963 109,86 €	8,3%	↑ 900 554,86 €	30,4%
Transferências e subsídios correntes obtidos	22 760 778,35 €	56,2%	21 283 969,52 €	59,9%	↑ 1 476 808,83 €	0,0%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	20 225,08 €	0,0%	5 506,45 €	0,0%	↑ 14 718,63 €	267,3%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,0%	48 946,02 €	0,1%	↓ -48 946,02 €	0,0%
Provisões (aumentos/reduções)		0,0%		0,0%	⇒ 0,00 €	0,0%
Outros rendimentos	3 946 153,26 €	9,7%	1 765 223,50 €	5,0%	↑ 2 180 929,76 €	123,5%
Juros e rendimentos similares obtidos	23 283,06 €	0,1%	30,96 €	0,0%	↑ 23 252,10 €	75103,7%
<b>Total de Rendimentos</b>	<b>40 477 496,28 €</b>	<b>100,0%</b>	<b>35 523 466,66 €</b>	<b>100,0%</b>	<b>↑ 4 954 029,62 €</b>	<b>13,9%</b>

Os rendimentos totais de 2022 ascenderam a 40,48 M€, destacando-se as rubricas de *transferências e subsídios correntes obtidos* e *impostos, contribuições e taxas*, com um peso de 56,2% e 24,2%, respetivamente, representam as rubricas com maior peso na estrutura dos rendimentos.

O total de rendimentos registou au acréscimo de 4,95 M€ relativamente a 2021, representando um aumento de 13,9%, tendo contribuído para este acréscimo essencialmente as rubricas *transferências e subsídios correntes obtidos* e *outros rendimentos*.



## 2.2.2 ANÁLISE DOS GASTOS

Quadro 27 – Estrutura e evolução dos gastos

Gastos	2022	Peso (%)	2021	Peso (%)	Δ 2022/2021	
					Absoluta	Relativa
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 199 946,06 €	3,1%	586 456,25 €	1,7%	↑ 613 489,81 €	104,6%
Fornecimentos e serviços externos	11 040 173,37 €	28,1%	8 479 889,93 €	24,7%	↑ 2 560 283,44 €	30,2%
Gastos com pessoal	14 686 605,63 €	37,4%	14 021 025,84 €	40,8%	↑ 665 579,79 €	4,7%
Transferências e subsídios concedidos	4 976 454,79 €	12,7%	4 147 252,92 €	12,1%	↑ 829 201,87 €	20,0%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	137 115,85 €	0,3%		0,0%	↑ 137 115,85 €	-
Provisões (aumentos/reduções)	104 308,02 €	0,3%	549 418,53 €	1,6%	↓ -445 110,51 €	-81,0%
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	2 353,35 €	0,0%	2 304,22 €	0,0%	↑ 49,13 €	2,1%
Outros gastos	626 936,69 €	1,6%	562 442,88 €	1,6%	↑ 64 493,81 €	11,5%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	6 302 171,73 €	16,0%	5 857 925,28 €	17,1%	↑ 444 246,45 €	7,6%
Juros e gastos similares suportados	213 173,65 €	0,5%	140 292,12 €	0,4%	↑ 72 881,53 €	51,9%
<b>Total de Gastos</b>	<b>39 289 239,14 €</b>	<b>100,0%</b>	<b>34 347 007,97 €</b>	<b>100,0%</b>	<b>↑ 4 942 231,17 €</b>	<b>14,4%</b>

No tocante aos gastos do período que totalizaram 39,29 M€, destacam-se os *gastos com pessoal* com 37,4%, *fornecimentos e serviços externos* com 28,1%, *gastos/reversões de depreciação e amortização* com 16,0% e *transferências e subsídios concedidos* com 12,7%.

Relativamente a 2021, regista-se um acréscimo gastos totais de 14,4% no montante de 4,94 M€, com grande expressão na componente *fornecimentos e serviços externos*. A rubrica *gastos com pessoal*, registou acréscimos em resultado do processo de transferência de competências da área da educação e de atualizações de remunerações. NA rubrica de *transferências e subsídios concedidos* verificou-se um acréscimo de 0,83 M€.





### 2.2.3 RESULTADOS

#### Quadro 28 – Resultados

Resultados	2022	2021
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	7 680 319,46 €	7 174 645,13 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	1 378 147,73 €	1 316 719,85 €
Resultado antes de impostos	1 188 257,14 €	1 176 458,69 €
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>1 188 257,14 €</b>	<b>1 176 458,69 €</b>

Da análise do desempenho económico, verifica-se que o resultado líquido do período ascende a 1,19 M€.



### 3. LIMITES LEGAIS

#### 3.1. AFERIÇÃO DO LIMITE DA DÍVIDA TOTAL (LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO)

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro estabelece no artigo 52.º a dívida total como limite à dívida municipal.

Os n.ºs 1 a 3 do artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelecem:

##### **Artigo 52.º**

##### **Limite da dívida total**

1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 — A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3 — Sempre que um município:

- a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III;
- b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Em conformidade com o n.º 2 do artigo 103.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho (Orçamento do Estado para 2022), “2 — Em 2022, a margem de endividamento prevista na alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 7 de setembro, é aumentada para 40 %, exclusivamente para assegurar o financiamento nacional de projetos cofinanciados na componente de investimento não elegível.”

No quadro seguinte apresenta-se o cálculo do limite e a dívida total do município, reportada a 31 de dezembro de 2022.



### Quadro 29 – Apuramento da capacidade de endividamento para o ano de 2022

#### Apuramento da Capacidade de Endividamento para o ano de 2022

#### DÍVIDA TOTAL

(art.º 52.º e 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e n.º 1 do art.º 2.º da Lei n.º 35/2020, de 13 de agosto)

Situação a 31/12/2022

Apuramento do limite da "Dívida Total"			2022
Total receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 exercícios			91 047 326 €
Receita cobrada em 2019	27 253 349,69 €		
Receita cobrada em 2020	29 951 513,61 €		
Receita cobrada em 2021	33 842 462,58 €		
Média da receita			30 349 109 €
<b>1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 exercícios</b>			<b>45 523 663 €</b>
Apuramento da Dívida Total - 31.12.2022			
Endividamento de Curto e Médio e Longo Prazos			21 065 977 €
Conta	Designação	Dívida	
25.1.1.2.1.1.1+ 25.1.1.2.2.1.1	Empréstimos bancários de MLP não excecionados	18 819 128,13 €	
25.1.3	Locações financeiras	893 959,97 €	
22.1	Fornecedores	146 858,86 €	
24.2	Retenção de impostos sobre rendimentos	61 815,77 €	
24.5	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	258 719,74 €	
27.1.1+27.1.2	Fornecedores de investimentos c/c	799 700,00 €	
27.6	Adiantamentos por conta de vendas/prestações de serviços	83 470,40 €	
27.8.5	Sindicatos	1 296,37 €	
27.8.9.2.9.1.9.3	Outras entidades	1 021,88 €	
27.8.9.2.9.1.9.9	Outros credores	6,15 €	
<b>Dívida total operações orçamentais do Município</b>			<b>21 065 977 €</b>
<b>Dívida das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total (Art.º 54.º)*</b>			<b>- €</b>
<b>DÍVIDA TOTAL</b>			<b>21 065 977 €</b>
Capacidade de Endividamento			
LIMITE DA DÍVIDA TOTAL EM 2022 (n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)	(1)		45 523 662,94 €
Montante da dívida Total a 31/12/2022 (excluindo operações extraorçamentais e FAM)	(2)		<b>21 065 977,27 €</b>
Margem Absoluta (3 = 1 - 2)	(3) = (1) - (2)		24 457 685,67 €
Margem utilizável a 31/12/2022 (20%(3))	(4)		4 891 537,13 €
Montante da dívida Total a 01/01/2022 (excluindo operações extraorçamentais e FAM)	(5)		19 212 037,24 €
Margem utilizável a 01/01/2022	(6)		5 262 323,14 €
Margem Disponível por Utilizar a 31/12/2022 (7 = 6 - (2 - 5))	(7)		3 408 383,11 €

\* As restantes entidades que relevam para efeitos de limites da dívida total, à data não forneceram informação.

O município apresenta um limite da dívida total em 31 de dezembro de 2022 no valor de € 45.523.663.

Da avaliação do quadro contata-se que o município apresenta uma dívida total em 31-12-2022 de € 21.065.977, cujo limite se situa nos € 45.523.663, representando uma **margem absoluta de endividamento de € 24.457.686**.

A 31 de dezembro de 2022, o município tem utilizada cerca de 46% da sua capacidade de endividamento.



Relativamente à dívida municipal, a Lei n.º 73/2013 estabelece mecanismos de alerta precoce e de recuperação financeira municipal e as regras para a sua aferição.

#### **Artigo 57.º**

##### **Mecanismos de recuperação financeira municipal**

1 — Os municípios que ultrapassem o limite da dívida total previsto no artigo 52.º recorrem aos seguintes mecanismos de recuperação financeira, nos termos dos artigos seguintes:

a) Saneamento financeiro;

b) Recuperação financeira.

2 — A adesão aos mecanismos de recuperação financeira é facultativa ou obrigatória consoante o nível de desequilíbrio financeiro verificado a 31 de dezembro de cada ano.

#### **Artigo 61.º**

##### **Recuperação financeira municipal**

1 — O município é obrigado a aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal sempre que se encontre em situação de rutura financeira.

2 — A situação de rutura financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total prevista no artigo 52.º seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

#### **Artigo 58.º**

##### **Saneamento financeiro**

1 — O município deve contrair empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros, quando, no final do exercício:

a) Ultrapasse o limite da dívida total previsto no artigo 52.º; ou

b) O montante da dívida, excluindo empréstimos, seja superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o município pode contrair empréstimos para saneamento financeiro, desde que verificada a situação prevista no n.º 1 do artigo 56.º.

#### **Artigo 56.º**

##### **Alerta precoce de desvios**

1 — Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis



pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte.

A 31 de dezembro de 2022, o município não viola qualquer das situações tipificadas nos mecanismos de recuperação financeira municipal e saneamento financeiro, nem qualquer indicador de alerta precoce, denotando solidez nas finanças municipais.

### 3.2. EQUILÍBRIO CORRENTE (ARTIGO 40.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO)

O artigo 40.º a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais) estabelece no n.º 2, que:

*"...a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos."*

Contudo, atendendo ao estabelecido no n.º 3 do artigo 103.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho (Orçamento do Estado para 2022), "3 — Excecionalmente e dada a influência da receita dos impostos de 2020 relevantes para o apuramento das transferências para as autarquias locais, é suspensa a aplicação do n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 7 de setembro, na sua redação atual."

Ainda que a aplicabilidade do Equilíbrio Orçamental se encontre suspensa, apresenta-se no quadro seguinte a situação do município a 31 de dezembro de 2022.

**Quadro 30 – Equilíbrio orçamental**

Data: 31/12/2022

Receita Corrente Bruta Cobrada (1)	Despesa Corrente (2)	Amortizações Médias Empréstimos MLP (3)	Margem (4 = 1-2-3)
38 021 637	29 098 904	2 146 252	6 776 481

O quadro anterior corresponde à aferição do equilíbrio orçamental relativo ao exercício de 2022, verificando-se o cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a existência de uma margem de 6.776.481€, face ao limite.

No mapa seguinte apresenta-se o cálculo das amortizações médias dos empréstimos em vigor.



**Quadro 31 - Mapa de Cálculo de Amortizações Médias de Empréstimos**

Identificação do empréstimo	Finalidade do empréstimo	Capital		Capital em dívida no ano 2022		Amortizações médias de capital (Artigo 40.º RFALEI)	
		Contratado	Utilizado	Em 01.01.2022	Em 31.12.2022	Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)	Empréstimos contratados após 01/01/2014
Caixa Geral de Depósitos	32 Habitações sociais	560 568,99	560 568,99	74 877,53	49 918,35	24 920,33	
Caixa Geral de Depósitos	Vários Investimentos	1 055 910,00	1 055 910,00	223 984,48	96 968,36	105 591,00	
Caixa Geral de Depósitos	Zona Desportiva de Vila Meã - Estádio Municipal - Execução do Relvado Sintético incluindo Balneários	500 000,00	500 000,00	200 273,75	148 348,94	48 895,08	
Caixa Geral de Depósitos	Vários Investimentos	4 530 618,00	4 530 618,00	2 718 370,80	2 265 309,00		377 551,50
Caixa Geral de Depósitos	Pavimentação do ex CM 1208 (atual EM 750) - Fridão	362 383,00	362 383,00	266 308,08	230 722,73		30 198,58
Caixa Geral de Depósitos	Repavimentação da EM 577 desde Bustelo à EN 15 - Bustelo	371 146,00	371 146,00	272 747,77	236 301,89		30 928,83
Caixa Geral de Depósitos	Aquisição de Terrenos	344 000,00	344 000,00	244 382,87	210 609,45		28 666,67
Caixa Geral de Depósitos	Arranjo Jardim Baden-Powell	141 500,00	141 500,00	103 985,53	90 090,47		11 791,67
Caixa Geral de Depósitos	Construção, manutenção ou reabilitação de diversos muros e/ou caminhos florestais	400 000,00	400 000,00	284 166,07	244 788,13		33 333,33
Caixa Geral de Depósitos	Repavimentação da EM575 desde o entroncamento da EM769 até à Ponte s/ o Rio Marão (Ansiães)	96 376,00	96 376,00	68 466,97	59 004,91		8 031,33
Caixa Geral de Depósitos	Requalificação da EN que liga Lamas a Belesse - Gouveia (S. Simão)	111 811,00	111 811,00	79 432,20	68 454,75		9 317,58
Banco BPI	Vários Investimentos	4 461 883,00	4 461 883,00	234 850,08	0,00	426 179,36	
Banco BPI	Vários Investimentos	512 001,00	512 001,00	31 443,80	0,00	54 375,58	
Banco BPI	Pavimentação da Estrada Municipal 567, entre a Estrada Nacional 312 e o Largo de Pidre	339 963,00	339 963,00	237 974,16	203 977,88		28 330,25
Banco BPI	Parque Linear Arq Sidónio Pardal	70 503,00	70 503,00	51 114,82	44 064,50		5 875,25
Banco BPI	Aquisição de terrenos e/ou outros imóveis	1 128 210,00	1 096 260,00	1 096 260,00	1 096 260,00		54 813,00
Banco BPI	Intervenções estruturais de desobstrução e reabilitação fluvial e contenção de cheias	797 953,29	571 060,39	571 060,39	571 060,39		28 553,02
Banco BPI	Construção do Pavilhão Amadeo de Souza-Cardoso	987 920,00	987 920,00	974 262,82	919 631,26		49 396,00
Banco BPI	Aquisição do Património Imóvel das "Minas de Vieiros"	79 810,00	79 810,00	79 810,00	78 701,37		3 990,50
Banco BPI	Vários Investimentos	4 396 950,00	3 800 527,91	2 786 123,19	3 800 527,91		190 026,40
Banco BPI	Vários Investimentos	4 600 000,00	3 432 683,80	2 191 131,80	3 432 683,80		171 634,19
Crédito Agrícola	Aquisição de bem imóvel - Área 1	1 135 945,80	1 135 945,80	1 086 068,00	1 024 354,31		56 797,29
Crédito Agrícola	Aquisição de bem imóvel - Área 2	1 022 722,80	1 022 722,80	967 323,22	922 253,85		51 136,14
Crédito Agrícola	Aquisição de bem imóvel - Área 3	165 996,35	165 996,35	163 983,80	155 857,88		8 299,82
Banco Santander Totta	Bairro Cancela de Abreu - IFRRU/BEI	803 250,41	798 936,32	639 149,06	798 936,32		39 946,82
Banco Santander Totta	Bairro Cancela de Abreu - IFRRU/BST	923 835,56	918 873,86	735 099,09	918 873,86		45 943,69
Banco Santander Totta	Reabilitação do Cine-Teatro - IFRRU/BST	1 439 676,16	883 212,62	720 089,78	883 212,62		44 160,63
Banco Santander Totta	Reabilitação do Cine-Teatro - IFRRU/BEI	437 202,80	268 215,20	218 677,84	268 215,20		13 410,76
		<b>31 778 136,16</b>	<b>29 020 828,04</b>	<b>17 321 417,90</b>	<b>18 819 128,13</b>	<b>659 961,35</b>	<b>1 322 133,25</b>
Banco Santander Totta	Reabilitação do Cine-Teatro - IFRRU/FEI/CPN	814 557,28	499 714,65	407 421,05	499 714,65		24 985,73
ADC - Agência p/ o Desenvolvemento	Reabilitação do Bairro Cancela de Abreu - Eficiência Energética	787 246,79	262 415,60	262 415,60	242 229,78		17 494,37
ADC - Agência p/ o Desenvolvemento	Reabilitação da Casa da Cadeia	46 733,86	46 733,86	46 733,86	43 138,94		3 115,59
ADC - Agência p/ o Desenvolvemento	Escola Básica de Figueiró	469 438,31	312 958,88	312 958,88	288 885,12		20 863,93
ADC - Agência p/ o Desenvolvemento	Escola Básica de Mancelos	511 549,16	341 032,78	341 032,78	314 799,48		22 735,52
ADC - Agência p/ o Desenvolvemento	Reabilitação do Solar de Magalhães	1 142 748,15	380 916,05	380 916,05	380 662,74		25 394,40
ADC - Agência p/ o Desenvolvemento	Mobilidade Urbana Sustentável - Amarante	1 496 218,21	498 739,40	498 739,40	498 407,74		33 249,29
ADC - Agência p/ o Desenvolvemento	Intervenções estruturais de desobstrução, reabilitação fluvial e contenção de cheias, em zonas de inundações frequentes e danos elevados em Amarante	734 333,54	244 777,85	244 777,85	244 777,85		16 318,52
		<b>6 002 825,30</b>	<b>2 587 289,07</b>	<b>2 494 995,47</b>	<b>2 512 616,30</b>	<b>0,00</b>	<b>164 157,36</b>
		<b>37 780 961,46</b>	<b>31 608 117,11</b>	<b>19 816 413,37</b>	<b>21 331 744,43</b>	<b>659 961,35</b>	<b>1 486 290,61</b>
				<b>Amortizações Médias Totais</b>		<b>2 146 251,96</b>	



#### 4. CONTABILIDADE DE GESTÃO

A contabilidade de gestão, conforme o disposto na NCP 27, é um sistema obrigatório e constitui um importante instrumento de gestão para análise e controlo de custos, bem como dos rendimentos e dos resultados das atividades.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos, com uma desagregação dos custos por bens, serviços e funções. Esta contabilidade vem completar a contabilidade orçamental e a contabilidade financeira, permitindo uma melhor gestão municipal em geral, e de cada unidade funcional, em particular.

O SNC-AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação.

O Município de Amarante tem vindo a desenvolver os trabalhos necessários à integral implementação da contabilidade de gestão, com a noção de que nesta fase há ainda necessidade de aperfeiçoar muito o sistema, de consolidar e transitar de uma contabilidade meramente de custos para uma contabilidade mais abrangente, designadamente transpondo para um sistema de contabilidade de gestão, é o grande objetivo.

Atendendo ao descrito anteriormente, apresentam-se de seguida os elementos disponíveis relativos à contabilidade de gestão.

No quadro seguinte apresentam-se o total de gastos diretos e indiretos do exercício:

**Quadro 32 – Contas analíticas de gastos**

Código	Designação	DÉBITO	CRÉDITO
90	CONTAS REFLETIDAS		39 300 217,51
90.60	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS		4 976 454,79
90.61	CMVMC		1 199 946,06
90.62	FSE		11 040 173,37
90.63	GASTOS COM PESSOAL		14 686 605,63
90.64	DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		6 302 171,73
90.65	PERDAS POR IMPARIDADE		139 469,20
90.67	PROVISÕES		115 286,39
90.68	OUTROS GASTOS		626 936,69
90.69	GASTOS POR JUROS E OUTROS ENCARGOS		213 173,65
92/93	RECLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS/ATIVIDADES	39 300 217,51	
<b>TOTAL DE GASTOS DIRETOS E INDIRETOS</b>		<b>39 300 217,51</b>	<b>39 300 217,51</b>





A reclassificação dos gastos do período assenta numa classificação funcional dos gastos, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo DL n.º 192/2015 de 11 de setembro e com base na NCP 27 «Contabilidade de Gestão» do SNC-AP e é traduzida pelo quadro seguinte:

**Quadro 33 – Classificação funcional dos gastos**

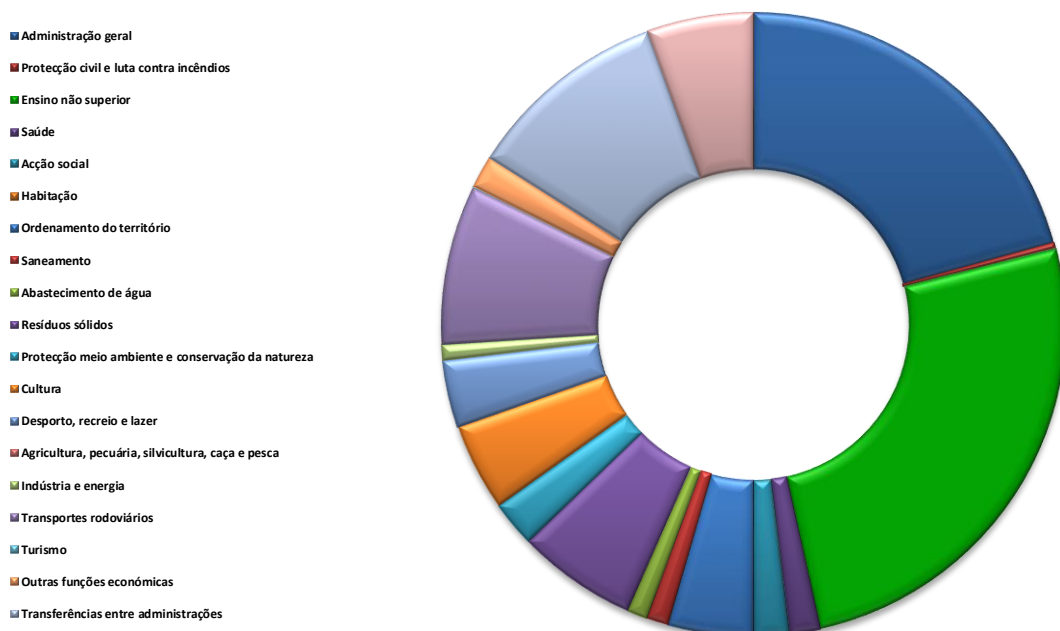
Código	Designação	Gastos Diretos e Indiretos a Bens e Serviços
<b>1.</b>	<b>Funções Gerais</b>	<b>8 278 990</b>
1.1.1.	Administração geral	8 150 777
1.2.1.	Proteção civil e luta contra incêndios	128 212
<b>2.</b>	<b>Funções Sociais</b>	<b>20 474 905</b>
2.1.1.	Ensino não superior	10 004 273
2.2.0.	Saúde	633 778
2.3.2.	Ação social	727 972
2.4.1.	Habituação	12 520
2.4.2.	Ordenamento do território	1 717 636
2.4.3.	Saneamento	448 838
2.4.4.	Abastecimento de água	419 872
2.4.5.	Resíduos sólidos	2 429 318
2.4.6.	Proteção meio ambiente e conservação da natureza	938 264
2.5.1.	Cultura	1 782 110
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	1 360 324
<b>3.</b>	<b>Funções Económicas</b>	<b>4 257 732</b>
3.1.0.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	2 384
3.2.0.	Indústria e energia	323 755
3.3.1.	Transportes rodoviários	3 248 870
3.4.2.	Turismo	14 558
3.5.0.	Outras funções económicas	668 165
<b>4.</b>	<b>Outras Funções</b>	<b>6 288 590</b>
4.2.0.	Transferências entre administrações	4 121 070
4.3.0.	Diversas não especificadas	2 167 520
<b>Total de gastos diretos e indiretos por funções</b>		<b>39 300 218</b>

O quadro anterior traduz os gastos por funções, em resultados das funções no domínio das atribuições da autarquia.



A representação gráfica dos custos por funções constantes do quadro anterior, é a que se segue.

**Gráfico 7 - Classificação funcional dos gastos**



No quadro seguinte apresenta-se o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenção que são: as funções gerais, sociais, económicas e outras funções e na prossecução das suas atribuições

**Quadro 34 – Classificação dos gastos por grandes áreas funcional**

Código	Designação	Gastos Diretos e Indiretos a Bens e Serviços	Peso Relativo %
1.	Funções Gerais	8 278 990	21,1%
2.	Funções Sociais	20 474 905	52,1%
3.	Funções Económicas	4 257 732	10,8%
4.	Outras Funções	6 288 590	16,0%
<b>Total de gastos diretos e indiretos por funções</b>		<b>39 300 218</b>	<b>100,0%</b>

Verifica-se que as funções sociais apresentam o maior peso relativo no total dos custos diretos e indiretos, com 52,1%, enquanto as funções gerais representam 21,1%, as outras funções 16,0% e as funções económicas 10,8%.

Conforme referido, o Município de Amarante encontra-se ainda em fase de implementação do sistema, sendo possível já em 2022 a obtenção de informação do total dos gastos diretos e indiretos por funções, assim como, utiliza as aplicações informáticas na gestão de gastos por atividades, através da elaboração de fichas de atividade, com imputação de custos diretos às mesmas.



## 5. PROPOSTA DE APROVAÇÃO E APLICAÇÃO DE RESULTADOS E PONTO 4.1 DA INSTRUÇÃO N.º1/2019 DO TDC

O Relatório de Gestão e Contas e os demais documentos de prestação de contas foram elaborados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e respetivas Normas de Contabilidade Pública e com as instruções do Tribunal de Contas, retratando de forma clara e apropriada, nos aspetos materialmente relevantes, a posição financeira e o resultado das operações da entidade contabilística Município de Amarante.

Pelo referido, e tendo em conta que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 se apurou um resultado líquido do exercício positivo, no montante de 1.188.257,14 €, propõe-se:

- que seja aprovado o Relatório de Gestão e Contas e os demais documentos de prestação de contas;
- que o resultado líquido do exercício seja aplicado 100% em resultados transitados.

Estabelece o 4.1 da Instrução n.º 1/2019, do Tribunal de Contas que:

*“4.1 — Ata — A ata da reunião de aprovação das contas pelo órgão competente, a apresentar pelas entidades que aplicam o SNC-AP, deverá identificar os factos mais importantes constantes dos documentos de prestação de contas, abrangendo, de acordo com as situações aplicáveis, nomeadamente os seguintes:*

*Total do ativo, património líquido/capital próprio/fundo social e passivo (Balanço);*

*Rendimentos e gastos (DR);*

*Resultado líquido;*

*Recebimentos e pagamentos (DFC);*

*Desempenho orçamental (recebimentos e pagamentos) (DDO);*

*Saldos iniciais e finais do desempenho orçamental (de operações orçamentais e de operações de tesouraria).”*

Assim, apresenta-se de seguida informação nestes termos, em conformidade com a constante dos documentos de prestação de contas:

### **Balanço**

Total do ativo: 162.065.898,04€

Total património líquido/capital próprio/fundo social: 125.634.322,25€

Total passivo: 36.431.575,79€

### **Demonstração de Resultados (DR)**

Total de Rendimentos: 40.477.496,28€

Total de Gastos: 39.289.239,14€



**Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC)**

Total de Recebimentos: 48.001.597,18 €

Total de Pagamentos: 48.930.420,99 €

**Desempenho orçamental (DDO)**

Total de Recebimentos: 48.001.597,18 €

Total de Pagamentos: 48.930.420,99 €

**Saldos iniciais e finais do desempenho orçamental**

Saldo inicial de operações orçamentais: 6.668.939,73€

Saldo final de operações orçamentais: 5.740.115,92€

Saldo inicial de operações de tesouraria: 1.890.180,06€

Saldo final de operações de tesouraria: 2.255.556,31€

### CAPITULO III – REPORTING DE ATIVIDADES

Depois de dois anos fortemente marcados pela pandemia COVID-19 com consequências nefastas na vida das pessoas e das instituições, o ano de 2022 registou já o retomar de alguma normalidade no quotidiano das pessoas e instituições. Contudo, em 2022 verifica-se o início do conflito entre a Ucrânia e a Rússia, com efeitos também devastadores a diversos níveis.

Para além dos efeitos diretos sobre os cidadãos e instituições impostos pela pandemia COVID-19, que ainda se fizeram sentir em 2022, a guerra na Ucrânia veio acrescentar maior instabilidade e imprevisibilidade, com alterações constantes nos preços de bens e serviços.

As taxas de inflação atingem valores na ordem dos 10%, os custos da energia, gás e combustíveis sobem para valores nunca antes registados, duplicando e triplicando os valores verificados há dois anos, em que os custos com a aquisição de bens essenciais se situam em níveis que colocam em causa a sustentabilidade de muitas famílias e instituições, as taxas de juro, sobretudo as que estão associadas a empréstimos para habitação, dispararam para valores incomportáveis para o orçamento de um grande número de famílias portuguesas.

Assim, as atividades desenvolvidas pelo município em 2022 foram também marcadas por este quadro de instabilidade e imprevisibilidade, associado ao quadro pandémico que ainda atravessamos ao que se adicionou a guerra na Ucrânia, tendo-se introduzido os necessários ajustamentos ao longo do ano.

Não obstante a necessidade de reorientação estratégica das políticas municipais, em consequência do quadro pandémico e macroeconómico que atravessamos, continuamos com determinação e responsabilidade a desenvolver projetos e ações determinantes para o desenvolvimento e a competitividade do nosso território, nomeadamente no âmbito do Portugal 2020.

Em conformidade com o estabelecido na lei, ao longo de 2022 foi apresentada à Assembleia Municipal informação da atividade do município, que neste capítulo se resume.





## DINAMIZAÇÃO E COESÃO SOCIAL



O Objetivo da Dinamização e Coesão Social absorveu 6% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 1.963.342 euros.

Neste objetivo foram alocadas verbas no âmbito das medidas de combate à COVID-19, de apoio às famílias e instituições, assim como na área da habitação social e intervenção social e familiar.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Subsídio ao arrendamento
- Fundo Municipal de Emergência Social
- Apoio Familiar: Tarifa Social e Familiar
- Dinamização da Rede Social
- Recuperação do Bairro Cancela de Abreu
- Beneficiação dos Edifícios do Bairro de São Lázaro
- Estratégia Local de Habitação (ELH)
- Projeto "Aproximidade"
- Campo Interativo
- Apoio às Instituições Sociais
- Medidas de apoio ao emprego
- Clube de férias de Amarante
- Dinamização da Universidade Sénior
- Campanha "Amarante de Igual para Igual"
- Programa "Cidadãos, Igualdade, Direitos e Valores" (CERV)
- Projeto "Acompanhar e Reparar"
- Voluntariado de Emergência Social
- Resposta de Apoio à Comunidade
- Projeto 'TU (IN)PORTAS', intervir e avaliar os riscos psicossociais
- Iniciativa "Cuide do seu coração"
- Dinamização do CIAC – Centro de Informação Autárquico ao Consumidor

## EDUCAÇÃO



O Objetivo da Educação absorveu 8% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 2.500.448 euros.

No domínio da educação, no âmbito do processo de transferência de competências da administração central para a administração local, o município desenvolveu as ações necessárias e adequadas à sua consolidação

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Consolidação do processo de transferência de competências da administração central para a administração local, em matéria de educação
- Transportes escolares
- Fornecimento de refeições aos alunos do pré-escolar, ensino básico e do secundário
- Ação social escolar - Protocolos com entidades parceiras
- Projetos para edifícios escolares
- Apoio na aquisição de material escolar a alunos carenciados
- Educação alimentar/Incentivo ao consumo de fruta
- Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE- Colaboração com a Comunidade Intermunicipal Tâmega e Sousa- CIM)
- Projeto "Inglês no Pré-Escolar"

## COESÃO TERRITORIAL



O Objetivo da Coesão Territorial absorveu 25% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 7.594.013 euros.

Em 2022 continuou a desenvolver-se as necessárias iniciativas conducentes à consolidação do processo de exercício de competências, por parte do município, em matéria de Serviço Público de Transporte de Passageiros, visando proporcionar a todos os

amarantinos serviços de mobilidade de qualidade.

Realçar também a execução de diversas intervenções de requalificação e pavimentação de arruamentos.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Acordos de Execução e Contratos de Cooperação com as Juntas de Freguesia





- Requalificação e pavimentação de diversos arruamentos
- Arranjos e reparações em vias municipais
- Requalificação da Avenida General Silveira
- Requalificação da estrada Fregim-Pidre
- Sinalização vertical/horizontal
- Ampliação e/ou reforço da rede de iluminação pública no Concelho
- Apoio às Associações do Município em ações correntes e projetos de investimento
- Parcerias em projetos com as Associações de Municípios e Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa
- Serviço Público de Transporte de Passageiros (SPTP)

#### ECONOMIA, INOVAÇÃO E EMPREGO



AMARANTE TECH HUB



Objetivo da Economia, Inovação e Emprego absorveu 2% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 598.905 euros.

Este domínio, de grande relevância na estratégia de desenvolvimento do concelho de Amarante, continuou em 2022 a registar o desenvolvimento de projetos e ações que se entendem determinantes para a afirmação do território.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Comparticipação em iniciativas de Dinamização do Comércio Tradicional – Campanha “Viva a economia local”
- Ações no âmbito da Economia, Inovação e Emprego
- Projetos de apoio ao sector Agroalimentar, nomeadamente o UVVA
- Infraestruturação na Zona Industrial de Aboadela
- Ações no âmbito do Projeto *BeePathNet*
- Projeto “Amarante Tech Hub”
- Campeonato Nacional de Cibersegurança
- Projeto “Amarante das Profissões”
- iPlace conference
- Comparticipação em projetos comunitários e internacionais
- Programa de estágios “Indústria do Futuro Amarante”

## TURISMO



O Objetivo do Turismo absorveu 4% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 1.281.641 euros.

Com o retomar de alguma normalidade, após efeitos nefastos causados pela pandemia COVID-19 em todos os setores da economia, particularmente no setor do turismo, em 2022 desenvolveram-se projetos e ações que potenciem cada vez mais os recursos endógenos do concelho e contribuam para a afirmação

turística do concelho e conseqüentemente reforcem a competitividade e a economia.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Programas/Atividades de dinamização e Promoção Turística
- PROVERE - Valorização do Cluster turístico das Serras do Marão e Aboboreira
- Atividades promocionais e imagem institucional do Município
- Campanha de turismo de Amarante "Natureza Encantada"
- iPlace - Rede de Planeamento de Ações
- Criação e participação em projetos internacionais de turismo
- Campanha de turismo de Amarante "Reflexos da Paisagem"

## CULTURA



O Objetivo da Cultura absorveu 13% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 3.826.454 euros.

Também no domínio da cultura, em 2022 se registou o retomar de alguma normalidade da atividade em 2022 permitindo o desenvolvimento da regular programação cultural.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Aquisição, conservação preventiva e restauro de Obras de Arte
- Simpósio de escultura urbana
- Aquisição de fundos documentais
- Apoio às Associações do Município em atividades correntes e de investimento



- Exposição biobibliográfica "Maria Eulália de Macedo: Devo à vida o ter tido vida"
- Ateliê de Páscoa "Se Eu Fosse... Amadeo"
- Iniciativa, "SAB'ARTE' – O Dia Internacional dos Monumentos e Sítios... 'docinhos'"
- Exposição "António Cardoso, Diretor... 'desde que nasci...'"
- Evento "Sons no Museu"
- Exposição "Isto não é só um quadro: António Cardoso para além da evidência"
- Apresentação o livro "Barcos do Tâmega" de António Aires
- f/est Amarante – Festival Internacional de Fotografia, exposição "Magnum Photos 75 years"
- Festas do junho
- Iniciativa SAB'Arte – "Uma mão cheia... de doces conventuais"
- Exposição "As Bravas" e ação "As Bravas: Um manifesto"
- Exposição "Porto – Paris – Nova Iorque"
- Iniciativa SAB'Arte - "Amadeo e o Violino"
- Ateliê de verão "Amadeo e o cavalo"
- Iniciativa SAB'Arte – "O amor alimenta"; "Registo com sentido..." e "Estados de Alma"
- Exposição "MUSE"
- T'Amarante – Festival de Teatro de Amarante
- Sessões de "Cinema ao Luar"
- Ateliê "À descoberta do Românico"
- Exposição de fotografia "Cuidadores do Património"
- Exposição de pintura "Nós e o Mar"
- Início às comemorações do centenário de Agustina Bessa-Luís
- Iniciativa SAB'Arte – "Brincar com o mundo das letras... de Agustina Bessa-Luís"
- Peça teatral "Memória de Giz"
- No Centenário do nascimento de Agustina Bessa-Luís, exposições: "Feminino, uma história ficcionada"; "a super-menina: espessos, letras e livros", e "O rosto do pensamento"
- Cerimónia de Evocação do Conselheiro António Cândido
- Ciclo "Orquestra vai ao Museu"
- Centenário de nascimento de Agustina Bessa-Luís, o Projeto Educativo, "Encontros com... Agustina Bessa-Luís".
- f/est Amarante – Festival Internacional de Fotografia, exposição "As I Was Dying" de Paolo Pellegrin

- Concertos da Orquestra do Norte
- Ações de dinamização da Biblioteca Municipal
- Recuperação do Solar dos Magalhães
- Recuperação do Cine-Teatro de Amarante

## JUVENTUDE E DESPORTO



O Objetivo da Juventude e Desporto absorveu 4% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 1.323.869 euros.

A retoma da atividade em 2022 verificou-se também no domínio da Juventude e Desporto, através da concretização de projetos e ações que materializam a estratégia municipal neste domínio.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Programa de apoio ao Voluntariado Jovem
- Programa "Pre'Ocupa-te"
- Orçamento participativo jovem
- Realização de iniciativas no âmbito da juventude
- Elaboração de estudos e projetos
- Ações correntes no âmbito do ensino e apoio das atividades desportivas
- Apoio às associações do Município em ações correntes
- Apoio às associações do Município em investimentos
- Ampliações, reparações e requalificações em recintos desportivos
- "Alameda FEST"
- Realização do HÁ FEST! – Festival da Juventude de Amarante
- Apoio à realização do WRC Vodafone Rally de Portugal
- II Conferência Municipal da Juventude. "Next Level – Online Contigo"
- Requalificação das Piscinas Municipais de Vila Meã
- Band'Arte Camp
- Evento de Park Sesh

## ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E REABILITAÇÃO URBANA



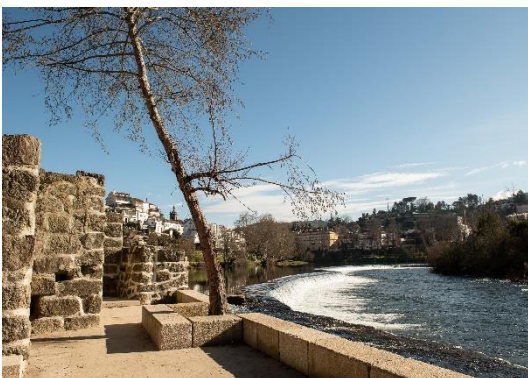
O Objetivo do Ordenamento do Território e Reabilitação Urbana absorveu 12% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 3.597.679 euros.

Em 2022 a concretização das ações previstas no âmbito da candidatura "Mobilidade Urbana Sustentável de Amarante (PAMUS)" continuaram a merecer particular relevância, pelos efeitos que induzirá na melhoria das condições de mobilidade urbana e de ordenamento do território.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Mobilidade Urbana Sustentável de Amarante (PAMUS)
- Elaboração de estudos de mobilidade, circulação e tráfego
- Ações no âmbito do Plano de Urbanização Cidade de Amarante
- Intervenções de Regeneração urbana;
- Arranjos urbanísticos
- Aquisição de terrenos
- Disponibilização do serviço, BUPi – Balcão Único do Prédio
- Ações no âmbito do Cadastro Simplificado
- Requalificação da Avenida General Silveira

## AMBIENTE



O Objetivo do Ambiente absorveu 8% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 2.424.527 euros.

Neste objetivo, continuou o esforço financeiro conducente ao reforço da sustentabilidade ambiental e da melhoria da qualidade urbana em benefício de todos os amarantinos e daqueles que nos visitam, importa destacar as Intervenções estruturais de desobstrução, reabilitação fluvial e contenção de cheias (POSEUR).

Registar também o constante investimento na aquisição de equipamentos destinados a respostas na área ambiental.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Tratamento dos resíduos sólidos domésticos
- Ações de limpeza urbana



- Limpeza e desmatamentos de arruamentos, passeios, muros, parques, taludes e zonas ribeirinhas
- Projetos no âmbito da Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas
- Intervenções estruturais de desobstrução, reabilitação fluvial e contenção de cheias (POSEUR)
- Inauguração do Trilho dos Castanheiros e do Trilho das Azenhas
- Obras de construção/requalificação dos espaços verdes
- Serviços diversos relativos a animais do CRO, recolha e tratamento de animais
- 5.º Seminário Anual “adapt.local.21.”

## SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS



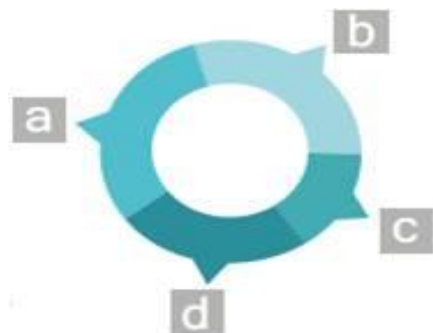
O Objetivo da Segurança e Ordem Públicas absorveu 2% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 489.106 euros.

Em linha com o registado em anos anteriores, continuou-se a alocar verbas destinadas à realização de ações no domínio da Segurança e Ordem Públicas.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Participação nas equipas de Intervenção Permanente
- Participações em ações correntes – Bombeiros
- Participações em investimentos e/ou infraestruturas
- Construção, manutenção ou reabilitação de diversos muros e/ou caminhos florestais
- Diversas intervenções no âmbito da rede de faixas de gestão de combustíveis, realizadas pelas equipas de sapadores florestais
- Ações programadas no âmbito da silvicultura preventiva
- Ações no âmbito da defesa da floresta contra incêndios (DFCI)
- Ações no âmbito do serviço, BUPi – Balcão Único do Prédio

## Governância da Câmara



O Objetivo da Governância da Câmara absorveu 16% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 4.737.256 euros.

O município continua a alocar importantes recursos à modernização e qualificação contínua dos serviços, com o objetivo de prestar serviços de qualidade aos munícipes e, nesta linha, em 2022 desenvolveram-se diversas ações no âmbito da candidatura ao Norte 2020 “Amarante Transformação Digital”



Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Aquisição, instalação e manutenção de equipamento informático
- Realização de estudos e trabalhos de consultoria
- Assistência técnica de equipamentos
- Formação e capacitação da CMA
- Encargos com instalações
- Aquisição de terrenos
- Requalificação de edifícios municipais
- Renovação da Frota Automóvel
- Iluminação Pública
- Projeto “Amarante Transformação Digital”

Finalmente importa assinalar que embora em 2022 ainda se tenha registado um quadro de grande instabilidade associado à pandemia COVID-19 à guerra na Ucrânia e os efeitos nefastos da elevada taxa de inflação, que motivaram a necessidade de reorientação estratégica e de ajustamento constante das Grandes Opções do Plano, tendo em consideração o programa do Executivo para 2022, conclui-se que os objetivos estratégicos foram conseguidos.

**Quadro 35 - Execução Orçamental das GOP's por Objetivos Estratégicos**

DESTINO	Montante Previsto	Montante Executado	Execução Financeira %	Peso relativo executado %	Peso relativo previsto %
Dinamização e Coesão Social	2 571 210,00	1 963 341,56	76,36%	6,47%	7,08%
Educação	2 873 025,38	2 500 448,27	87,03%	8,24%	7,91%
Coesão Territorial	8 738 961,41	7 594 012,87	86,90%	25,03%	24,06%
Economia, Inovação e Emprego	767 790,96	598 905,40	78,00%	1,97%	2,11%
Turismo	1 452 800,00	1 281 640,81	88,22%	4,22%	4,00%
Cultura	4 201 430,00	3 826 453,79	91,08%	12,61%	11,57%
Juventude e Desporto	1 900 900,00	1 323 868,88	69,64%	4,36%	5,23%
Ordenamento do Território e Reabilitação Urbana	4 423 625,00	3 597 678,94	81,33%	11,86%	12,18%
Ambiente	2 837 100,00	2 424 526,80	85,46%	7,99%	7,81%
Segurança e Ordem Públicas	669 550,00	489 106,02	73,05%	1,61%	1,84%
Governância da Câmara	5 879 026,00	4 737 255,72	80,58%	15,62%	16,19%
<b>TOTAL</b>	<b>36 315 418,75</b>	<b>30 337 239,06</b>	<b>83,54%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>





## **FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO**

*O país e o mundo parecem aparentemente ter ultrapassado o Covid-19, tendo-se passado de classificação de Pandemia para Endemia, sendo neste momento os impactos da pandemia muito menores que os registados em 2020 e 2021:*

*Depois do flagelo o Covid-19, que afetou todo o mundo com impactos significativos a nível económico e social que parecem aparentemente ter ultrapassado, no início de 2022 surgiu um novo acontecimento, a guerra provocada pela invasão da Rússia à Ucrânia, voltando a gerar um elevado grau de incerteza, a nível social e económico, com efeitos previsíveis consideráveis no custo da energia, combustíveis e bens alimentares, sendo que este facto gerou implicações no relato financeiro.*

Em 2023, com os níveis elevados das taxas de inflação que ainda se verificam, se necessário serão implementadas as medidas de ajustamento em função do evoluir da situação, sendo o impacto das mesmas objeto de relato no âmbito da prestação de contas do exercício 2023.



**DOCUMENTOS DE  
PRESTAÇÃO DE CONTAS**



<b>DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS</b>		
<b>N.º</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>Documento TC</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>		
1	Balanço	A1
2	Demonstração de resultados por natureza	A1
3	Demonstração das alterações no património líquido	A1
4	Demonstração de fluxos de caixa	A1
5	Anexo às demonstrações Financeiras	A1
	Q0 - Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP	A4
	Q1 - Desagregação de caixa e depósitos	A1
	Q3.1 – Ativos intangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas	A1
	Q3.2 - Quantia escriturada e variações do período	A1
	Q3.2A - Ativos intangíveis - Adições	A1
	Q4. - Acordos de concessão de serviços	A1
	Q5.1 – Ativos fixos tangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas	A1
	Q5.2 – Ativos fixos tangíveis - Quantia escriturada e variações do período	A1
	Q5.2A - Ativos fixos tangíveis - Adições	A1
	Q5.2B - Ativos fixos tangíveis - Diminuições	A1
	Q7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários	A1
	Q8.1 – Propriedades de investimento - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas	A1
	Q8.2 – Propriedades de investimento - Quantia escriturada e movimentos do período (modelo do custo)	A1
	Q10.1 – Inventários	A1
	Q10.2 – Inventários - movimentos do período	A1
	Q13 - Rendimentos com contraprestação	A1
	Q14 - Rendimentos sem contraprestação	A1
	Q15 – Provisões	A1
<b>DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS</b>		
1	Demonstração do desempenho orçamental	A1
2	Demonstração de execução orçamental da receita	A1
3	Demonstração de execução orçamental da despesa	A1
4	Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos	A1
5	Anexo às demonstrações orçamentais	
5.1	Alterações orçamentais da receita	A1
5.2	Alterações orçamentais da despesa	A1
5.3	Alterações ao plano plurianual de investimentos	A1
5.4	Operações de tesouraria	A1
5.5	Contratação administrativa – Situação dos contratos	A1
5.6	Contratação administrativa – Adjudicações por tipo de procedimento	A1
5.7	Transferências e subsídios concedidos	A1
5.8	Transferências e subsídios recebidos	A1
	Certificação legal de contas	A1
<b>OUTROS DOCUMENTOS</b>		
	Declaração de compromissos plurianuais	-



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras apresentadas no presente relatório referem-se ao exercício de 2022, de 01.01.2022 a 31.12.2022, cuja preparação foi realizada em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), na sua versão atualizada, e aprovada pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

1. Balanço
2. Demonstração de Resultados
3. Demonstração das alterações no património líquido
4. Demonstração dos fluxos de caixa
5. Anexo às demonstrações financeiras



## 1 BALANÇO

**BALANÇO**

MUNICÍPIO DE AMARANTE

Período: 2022/01/01 - 2022/12/31

Unidade Monetária: euro

Rubricas	Notas	DATAS	
		2022	2021
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	142 115 701,43	132 775 394,94
Propriedades de investimento	8	106 527,82	100 016,75
Ativos intangíveis	3	527 520,27	634 812,13
Participações financeiras	18	4 950 253,82	4 952 607,17
Cientes, contribuintes e utentes		507,40	1 328,22
		<b>147 700 510,74</b>	<b>138 464 159,21</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	10	38 271,70	26 392,09
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Cientes, contribuintes e utentes		39 772,82	84 859,83
Estado e outros entes públicos		30 498,27	219,80
Outras contas a receber		6 119 122,75	5 980 009,55
Diferimentos		142 049,53	96 939,18
Caixa e depósitos	1	7 995 672,23	8 559 119,79
		<b>14 365 387,30</b>	<b>14 747 540,24</b>
<b>Total Ativo</b>		<b>162 065 898,04</b>	<b>153 211 699,45</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património/Capital	18	89 218 446,67	89 218 446,67
Reservas	18	2 751 609,00	2 751 609,00
Resultados transitados	18	-127 298,97	-1 393 757,66
Ajustamentos em ativos financeiros	18	710 116,68	710 116,68
Outras variações no património líquido	18	31 893 191,73	27 183 632,66
Resultado líquido do período		1 188 257,14	1 176 458,69
<b>Total Património Líquido</b>		<b>125 634 322,25</b>	<b>119 646 506,04</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	15	756 858,18	652 550,16
Financiamentos obtidos	6/7	20 427 808,91	18 694 369,88
Fornecedores de investimentos	18	499 399,99	
Diferimentos		7 522 476,34	7 485 248,22
Outras contas a pagar		2 165 276,84	
		<b>31 371 820,26</b>	<b>26 832 168,26</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		146 858,86	214 069,84
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		83 470,40	
Estado e outros entes públicos		321 819,99	313 168,52
Financiamentos obtidos	6/7	1 798 480,46	2 237 224,30
Fornecedores de investimentos	18	300 300,01	13 502,34
Outras contas a pagar		2 408 825,81	3 955 060,15
		<b>5 059 755,53</b>	<b>6 733 025,15</b>
<b>Total Passivo</b>		<b>36 431 575,79</b>	<b>33 565 193,41</b>
<b>Total Património Líquido e Passivo</b>		<b>162 065 898,04</b>	<b>153 211 699,45</b>

## **2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA**



**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS**

MUNICÍPIO DE AMARANTE

Período: 2022/01/01 - 2022/12/31

Unidade Monetária: euro

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	13	9 798 152,44	9 423 159,70
Vendas	13	65 239,37	33 520,65
Prestações de serviços e concessões	13	3 863 664,72	2 963 109,86
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	22 760 778,35	21 283 969,52
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	13	20 225,08	5 506,45
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-1 199 946,06	-586 456,25
Fornecimentos e serviços externos		-11 040 173,37	-8 479 889,93
Gastos com pessoal		-14 686 605,63	-14 021 025,84
Transferências e subsídios concedidos		-4 976 454,79	-4 147 252,92
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-137 115,85	48 946,02
Provisões (aumentos/reduções)	14	-104 308,02	-549 418,53
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-2 353,35	-2 304,22
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	13	3 946 153,26	1 765 223,50
Outros gastos		-626 936,69	-562 442,88
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>7 680 319,46</b>	<b>7 174 645,13</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-6 302 171,73	-5 857 925,28
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>1 378 147,73</b>	<b>1 316 719,85</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		23 283,06	30,96
Juros e gastos similares suportados		-213 173,65	-140 292,12
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>1 188 257,14</b>	<b>1 176 458,69</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1 188 257,14</b>	<b>1 176 458,69</b>

### **3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES AO PATRIMÓNIO LÍQUIDO**

**DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO**

(MUNICÍPIO DE AMARANTE)

Período: 2022/01/01 - 2022/12/31

Unidade Monetária: euro

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido											Interesses que não controlam	Total do património líquido	
		Capital / Património subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas Decorrentes da Transferencia de Ativos	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL			
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>(1)</b>	89 218 446,67		2 751 609,00			-1 393 757,66	710 116,68			27 183 632,66	1 176 458,69	119 646 506,04		119 646 506,04
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>															
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização															
Excedentes de revalorização e respetivas variações															
Transferências e subsídios de capital											1 902 394,00		1 902 394,00		1 902 394,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido							1 266 458,69				2 807 165,07	-1 176 458,69	2 897 165,07		2 897 165,07
Correção de erros materiais															
	<b>(2)</b>						1 266 458,69				4 709 559,07	-1 176 458,69	4 799 559,07		4 799 559,07
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>(3)</b>											1 188 257,14	1 188 257,14		1 188 257,14
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>(4)=(2)+(3)</b>											11 798,45	5 987 816,21		5 987 816,21
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>															
Subscrições de capital/património															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
Subscrições de prémios de emissão															
	<b>(5)</b>														
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO</b>	<b>(6)=(1)+(2)+(3)+(5)</b>	89 218 446,67		2 751 609,00			-127 298,97	710 116,68			31 893 191,73	1 188 257,14	125 634 322,25		125 634 322,25

## **4 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período: 2022/01/01 - 2022/12/31

Unidade Monetária: euro

Rubricas	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		4 171 878,58 €	1 864 478,24 €
Recebimentos de contribuintes		3 224 832,55 €	3 063 734,69 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		22 833 128,59 €	21 269 368,17 €
Recebimentos de utentes		1 403 743,34 €	1 112 037,10 €
Pagamentos a fornecedores		-10 121 872,31 €	-9 100 920,01 €
Pagamentos ao pessoal		-14 503 953,38 €	-13 863 121,22 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-2 239 215,58 €	-2 307 139,64 €
Caixa gerada pelas operações		4 768 541,79 €	2 038 437,33 €
Outros recebimentos/pagamentos		6 343 431,84 €	10 184 201,68 €
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>		<b>11 111 973,63 €</b>	<b>12 222 639,01 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-11 271 739,94 €	-14 396 047,08 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-3 946 600,89 €	-3 833 031,42 €
Pagamentos - Propriedades de investimento		-300 300,01 €	
Pagamentos - Investimentos financeiros			-25 986,09 €
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		198 500,16 €	50 525,85 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		789 657,01 €	1 712 992,94 €
Recebimentos - Transferências de capital		1 902 394,00 €	2 218 447,00 €
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>		<b>-12 628 089,67 €</b>	<b>-14 273 098,80 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		2 904 472,55 €	6 785 175,07 €
Recebimentos - Financiamentos obtidos		20 286,79 €	15 000,00 €
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-1 774 281,33 €	-1 686 299,49 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-197 809,53 €	-140 453,42 €
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)</b>		<b>952 668,48 €</b>	<b>4 973 422,16 €</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>		<b>-563 447,56 €</b>	<b>2 922 962,37 €</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe</b>		<b>8 559 119,79 €</b>	<b>5 636 157,42 €</b>
<b>Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do perío</b>		<b>7 995 672,23 €</b>	<b>8 559 119,79 €</b>
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período</b>		<b>8 559 119,79 €</b>	<b>5 636 157,42 €</b>
Saldo da gerência anterior (SGA)		8 559 119,79 €	5 636 157,42 €
SGA De execução orçamental		6 668 939,73 €	4 322 507,09 €
SGA De operações de tesouraria		1 890 180,06 €	1 313 650,33 €
<b>Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período</b>		<b>7 995 672,23 €</b>	<b>8 559 119,79 €</b>
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		7 995 672,23 €	8 559 119,79 €
SGS De execução orçamental		5 740 115,92 €	6 668 939,73 €
SGS De operações de tesouraria		2 255 556,31 €	1 890 180,06 €

## **5 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Procurando dar cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, designadamente no que se refere à Norma de Contabilidade Pública 1, resumem-se nas notas seguintes as políticas contabilísticas significativas, assim como outras notas explicativas e esclarecedoras de alguns aspetos relevantes para uma melhor compreensão da conta apresentada para o período de relato. As notas relativamente às quais se considere não haver informação que justifique a sua divulgação ou que não sejam significativas para a compreensão das demonstrações financeira, não serão apresentadas.

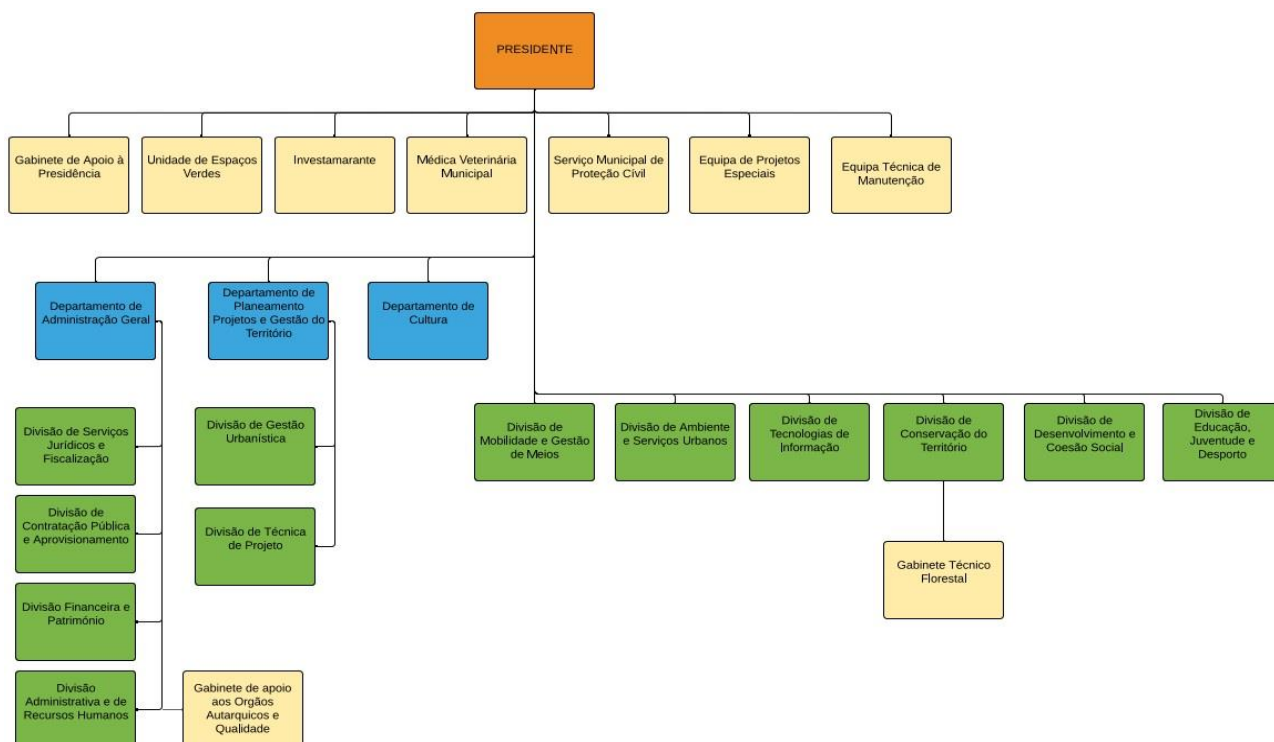
### Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

#### 1.1 Identificação da entidade e período de relato

- a. Designação: Município de Amarante
- b. Número de Contribuinte: 501 102 752
- c. Endereço postal: Alameda Teixeira de Pascoaes, 4600-011 Amarante
- d. Período de relato: 01.01.2022 a 31.12.2022

#### 1.1.1 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional do Município de Amarante em 31 de dezembro de 2022, é a constante do organograma seguinte:







### **1.1.2 Legislação**

Regime Financeiro: Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro

Regime Jurídico: Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

### **1.1.3 Descrição Sumária das Atividades**

Nos termos do art.º 23º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, as atribuições dos municípios são:

1 - Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias.

2. Os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos seguintes domínios:

a) Equipamento rural e urbano;

b) Energia;

c) Transportes e comunicações;

d) Educação, ensino e formação profissional;

e) Património, cultura e ciência;

f) Tempos Livres e Desporto;

g) Saúde;

h) Acção Social;

i) Habitação;

j) Protecção Civil;

l) Ambiente e saneamento básico

m) Defesa do Consumidor

n) Promoção do desenvolvimento

o) Ordenamento do território e urbanismo

p) Polícia Municipal

q) Cooperação externa



### 1.1.4 Recursos humanos

#### a. Identificação dos responsáveis

Responsáveis pela gerência do exercício findo de 2022, de 1 de janeiro a 31 de dezembro:

Nome	Período de responsabilidade
José Luís Gaspar Jorge	01-01-2022 a 31-12-2022
António Jorge Vieira Ricardo	01-01-2022 a 31-12-2022
Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista	01-01-2022 a 31-12-2022
António Manuel Pinto Ribeiro	01-01-2022 a 17-03-2022
Adriano Teixeira Alves dos Santos	01-01-2022 a 31-12-2022
Ana Cristina Torres Varejão dos Reis	21-03-2022 a 31-12-2022
Hugo Miguel Costa Carvalho	01-01-2022 a 31-12-2022
Carlos Gonçalo Teixeira Pereira	01-01-2022 a 31-12-2022
Sílvia Isabel Brochado Araújo	01-01-2022 a 31-12-2022
Carlos Manuel Azevedo Pereira	01-01-2022 a 31-12-2022
Manuel Alexandre Machado Oliveira	31-01-2022, 07-02-2022, 14-03-2022, 04-04-2022, 02-05-2022, 16-05-2022, 30-05-2022, 06-06-2022, 20-06-2022, 04-07-2022, 19-09-2022, 17-10-2022, 31-10-2022, 07-11-2022, 21-11-2022, 19-12-2022
Olívia da Conceição Andrade de Carvalho	17-01-2022, 31-01-2022, 30-05-2022, 22-08-2022, 05-09-2022, 19-12-2022

#### b. Identificação relativa a pessoal

A 31 de dezembro de 2022 o quadro de pessoal do Município integrava 831 trabalhadores-

## 1.2 Referencial contabilístico e Demonstrações Financeiras

### a. Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação, tendo sido aplicadas subsidiariamente, de acordo com o artigo 13.º, pela ordem seguinte:

- i. Normas Internacionais de Contabilidade Pública em vigor;
- ii. Sistema de Normalização Contabilística;
- iii. Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
- iv. Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board.

Foram ainda aplicados os requisitos das NCP e de relato financeiro relevantes para a entidade.



As notas relativamente às quais se considere não haver informação para que se justifique a sua divulgação, ou que não sejam significativas para a compreensão das demonstrações financeiras, não serão aplicáveis no presente anexo.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam as presentes demonstrações financeiras, quaisquer eventos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, e que tenham produzido efeitos materialmente relevantes.

#### **b. Comparabilidade das demonstrações financeiras**

Conforme referido em a), as demonstrações financeiras referentes ao ano de 2022 foram elaboradas em conformidade com o SNC-AP.

Considerando que o município aplica o SNC-AP desde 1 de janeiro de 2020, nas demonstrações financeiras de 2022 a comparabilidade está assegurada.

#### **e. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários**

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

##### **Q1 – Desagregação de caixa e depósitos**

<b>Conta</b>	<b>2022</b>		<b>2021</b>	
<b>Caixa</b>		<b>417,82</b>		<b>648,91</b>
<b>Depósitos à ordem</b>		<b>5 739 698,10</b>		<b>6 668 290,82</b>
Depósitos bancários à ordem	5 739 698,10		6 668 290,82	
<b>Outros depósitos</b>		<b>2 255 556,31</b>		<b>1 890 180,06</b>
Depósitos consignados	90 279,47		53 824,99	
Depósitos de garantias e caucões	2 165 276,84		1 836 355,07	
<b>Total</b>		<b>7 995 672,23</b>		<b>8 559 119,79</b>

Os saldos de caixa e seus equivalentes são constituídos por saldos de gerência.

O valor apresentado em depósitos de garantias e caucões respeita a valores retidos no âmbito de procedimentos concursais para garantia da boa execução dos contratos.



## Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

O balanço e a demonstração de resultados de 2022 foram preparadas de acordo com o SNC-AP assim como a informação relativa ao ano anterior, garantindo-se desta forma a comparabilidade das demonstrações financeiras.

### 2.1 Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são aprestadas em Euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

#### **Apresentação apropriada e conformidade com as NCP**

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

#### **Informação comparativa**

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza de reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

#### **Consistência de Apresentação**

Sempre que possível, as Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.



## **Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

## **Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município de Amarante continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações, não obstante a pandemia que afetou o ano 2020 e 2021 com adaptação nos processos de trabalho do Município.

As demonstrações financeiras foram preparadas, a partir dos livros e registos contabilísticos, organizados elaborados de acordo com as NCP em vigor à data da elaboração das mesmas.

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 28 de março de 2023, os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 17.

Assim, a seleção da base de mensuração é relevante para as demonstrações financeiras, sendo as seguintes:

### **a. Ativos fixos tangíveis**

Os Ativos fixos tangíveis são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

Na transição do ano para o novo normativo contabilístico, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2).

A quantia depreciável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta ou pelo método das quotas degressivas, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

### **b. Propriedades de investimento**

São contabilizados como propriedades de investimento os terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as



vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

O órgão executivo considera que o justo valor das propriedades de investimento corresponde ao seu valor líquido contabilístico.

### **c. Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

### **d. Investimentos financeiros**

Os investimentos financeiros foram mensurados, atendendo ao previsto na NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos.

Nesta componente do ativo, registre-se que se passou a utilizar o método de equivalência patrimonial relativamente à entidade Instituto Empresarial do Tâmega, tendo-se procedido ao devido ajustamento do critério de mensuração, ao novo referencial contabilístico.

Os restantes investimentos financeiros relevados no balanço encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das perdas por imparidades.

O Município detém ainda participações em entidades não societárias, cuja participação não se encontra revelada no balanço, dado não cumprirem os critérios de reconhecimento previstos no SNC-AP.

### **e. Acordos de concessão de serviços: Concedente**

De acordo com a “NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente” os acordos de concessão de serviços devem ser reconhecidos quando o Município de Amarante controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.



*Até à presente data o Município não obteve as informações necessárias e suficientes junto das Entidades Concessionárias, para concluir a análise dos direitos, obrigações e eventuais responsabilidades emergentes dos contratos de concessão de serviços no âmbito da Norma Contabilística Pública 4 – Acordos de Concessão.*

#### **f. Imparidades de ativos**

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos anualmente para determinar a existência de imparidade. Em caso de existência de tais indícios, procede-se à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a existência e extensão da perda por imparidade.

#### **g. Inventários**

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O sistema de inventário adotado é o permanente, estando mensurado ao custo médio ponderado.

As quantidades existentes no final do período de relato foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física.

#### **h. Locações**

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

#### **i. Instrumentos financeiros**

##### **i. Clientes e outras contas a receber**

As dívidas de clientes e outras contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo justo valor e,





subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber, por regra, seis meses após a data de vencimento.

## **ii. Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, dado o valor nominal não diferir significativamente do custo amortizado, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependente de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

Os custos de juros e outros gastos incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

## **iii. Fornecedores e outras contas a pagar**

As dívidas a fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal.

## **iv. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio**

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação.

## **v. Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica «Caixa e depósitos» correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

## **j. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são



reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Município de Amarante não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

#### **k. Benefícios dos empregados**

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego quer por decisão unilateral da entidade quer por mútuo acordo são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

#### **l. Regime do acréscimo**

Os gastos e rendimentos são registados na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas "Outras contas a receber, Outras contas a pagar ou Diferimentos".

#### **m. Rendimentos**

As matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, são abordadas tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

#### **n. Transferências e subsídios obtidos**



A dotação do OE atribuída anualmente ao município ao abrigo da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais – RFALEI), cuja transferência ocorre mensalmente, sendo o respetivo rendimento também reconhecido mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que se cumprirão as condições exigidas para a sua concessão.

As transferências/subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimento do próprio período, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica Imputação de subsídios e transferências para investimentos) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

#### **o. Acontecimentos após a data de relato**

Os eventos ocorridos após a data de relato que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data de relato (acontecimentos que dão lugar a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data de relato que sejam indicativos de condições que surgiram após a data de relato (acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

#### **p. Erros materiais de períodos anteriores**

No período não foram efetuadas regularizações de erros materiais relativos a exercício anteriores.

### **2.1 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram



posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento;
- b) Análises de imparidade de ativos correntes;
- c) Estimativa de férias e subsídio de férias associados aos empregados;
- d) Estimativa de fornecimentos e serviços externos;
- e) Outros gastos com pessoal;
- f) Especialização de exercícios;
- g) Provisões.



### Nota 3 - Ativos intangíveis

Os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo, sendo depreciados pelo método da linha reta, durante o seu período de vida útil, em conformidade com o Classificador Complementar 2 (CC2) do SNC-AP.

#### a. Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

A quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, no início e no final do período de 2022, foi a seguinte:

##### Q3.1 – Ativos intangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	1 752 062,09	1 541 070,19		210 991,90	1 816 600,19	1 684 844,86		131 755,33
Programas de computador e sistemas de informação	797 851,18	760 921,34		36 929,84	1 124 798,49	852 323,83		272 474,66
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso	386 890,39			386 890,39	123 290,28			123 290,28
<b>TOTAL</b>	<b>2 936 803,66</b>	<b>2 301 991,53</b>		<b>634 812,13</b>	<b>3 064 688,96</b>	<b>2 537 168,69</b>		<b>527 520,27</b>

#### b. Quantia escriturada e variações do período

A quantia escriturada, no início e no final do período de 2022, foi a seguinte:

##### Q3.2 - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS (1)	Quantia Escriturada Inicial (2)	Variações								Quantia Escriturada Final (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por Imparidade (7)	Diferenças cambiais (8)	Amortizações por período (9)	Diminuições (10)	
<b>Ativos Intangíveis</b>										
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento	210 991,90	20 627,10	43 911,00					-143 774,67		131 755,33
Programas de computador e sistemas de informação	36 929,84	87 035,81	239 911,50					-91 402,49		272 474,66
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso	386 890,39	1 201 070,88	-1 464 670,99							123 290,28
<b>TOTAL</b>	<b>634 812,13</b>	<b>1 308 733,79</b>	<b>-1 180 848,49</b>					<b>-235 177,16</b>	<b>0,00</b>	<b>527 520,27</b>



### i. Ativos intangíveis | Adições

Durante o período do relato, verificaram-se as seguintes adições em ativos fixo intangíveis:

#### Q3.2A - Ativos intangíveis - Adições

RUBRICAS (1)	Adições									
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou troca (5)	Doação, herança, legado/perdido a favor do (6)	Dação em pagamento (7)	Locação financeira (8)	Fusão, cisão, reestruturação (9)	Outras (10)	Total (11)=(2)+(3)+ (4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10) (11)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento		20 627,10								20 627,10
Programas de computador e sistemas de informação		87 035,81								87 035,81
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso		1 201 070,88								1 201 070,88
<b>TOTAL</b>		<b>1 308 733,79</b>								<b>1 308 733,79</b>

### ii. Ativos intangíveis | Diminuições

Durante o período de relato, verificaram-se as seguintes diminuições em ativos fixo intangíveis:

#### Q3.2B - Ativos intangíveis - Diminuições

RUBRICAS (1)	Diminuições				
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Fusão, cisão, reestruturação (4)	Outras (5)	Total (6)=(2)+(3)+(4)+(5) (6)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Goodwill					
Projetos de desenvolvimento					
Programas de computador e sistemas de informação					
Propriedade industrial e intelectual					
Outros					
Ativos intangíveis em curso					
<b>TOTAL</b>					<b>0,00</b>



## Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos.

### Q4. - Acordos de concessão de serviços

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia, S.A.		20A				
Exploração em regime de parceria de sistemas municipais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais	Águas do Norte, SA		30A				

Apesar de solicitados, não foram recebidos oportunamente elementos das concessionárias que permitissem operar quaisquer movimentos contabilísticos ou divulgações adicionais.

## Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e a partir do momento em que os ativos fixos tangíveis se encontrem disponíveis para utilização, os mesmos serão depreciados pelo método da linha reta, durante o seu período de vida útil, em conformidade com o Classificador Complementar 2 (CC2) do SNC-AP.

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

### a. Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante o período de relato, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, assim como as respetivas depreciações acumuladas, foi a seguinte:

#### Q5.1 – Ativos fixos tangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Depreciações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Depreciações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>								
Terrenos e recursos naturais	2 112 433,59			2 112 433,59	2 152 156,71			2 152 156,71
Edifícios e outras construções	9 403 654,28	3 477 783,80		5 925 870,48	11 077 625,82	3 903 559,77		7 174 066,05
Infraestruturas	62 449 491,29	37 937 214,16		24 512 277,13	68 879 659,71	41 342 571,24		27 537 088,47
Património histórico, artístico e cultural	883 634,50			883 634,50	1 094 054,50			1 094 054,50
Outros								
Bens de domínio público em curso	3 179 660,72			3 179 660,72	2 559 470,60			2 559 470,60
	<b>78 028 874,38</b>	<b>41 414 997,96</b>		<b>36 613 876,42</b>	<b>85 762 967,34</b>	<b>45 246 131,01</b>		<b>40 516 836,33</b>
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	17 882 053,28	12 943,81		17 869 109,47	18 931 900,09	12 943,81		18 918 956,28
Edifícios e outras construções	82 476 187,19	23 981 814,17		58 494 373,02	85 315 641,91	25 440 234,68		59 875 407,23
Equipamento básico	6 673 761,00	5 884 353,40		789 407,60	7 193 307,05	6 121 785,85		1 071 521,20
Equipamento de transporte	4 587 362,51	2 942 226,85		1 645 135,66	4 959 724,18	3 250 878,68		1 708 845,50
Equipamento administrativo	2 022 734,04	1 708 218,61		314 515,43	1 758 655,48	1 432 969,61		325 685,87
Equipamentos biológicos								
Outros	1 827 319,13	1 503 321,02		323 998,11	1 938 154,14	1 568 441,80		369 712,34
Ativos fixos tangíveis em curso	16 724 979,23			16 724 979,23	19 328 736,68			19 328 736,68
	<b>132 194 396,38</b>	<b>36 032 877,86</b>		<b>96 161 518,52</b>	<b>139 426 119,53</b>	<b>37 827 254,43</b>		<b>101 598 865,10</b>
<b>TOTAL</b>	<b>210 223 270,76</b>	<b>77 447 875,82</b>		<b>132 775 394,94</b>	<b>225 189 086,87</b>	<b>83 073 385,44</b>		<b>142 115 701,43</b>





## b. Quantia escriturada e variações do período

### Q5.2 – Ativos fixos tangíveis - Quantia escriturada e variações do período

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	Quantia Escriturada Inicial (2)	Variações no período								Quantia Escriturada Final (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+ +(10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por Imparidade (7)	Depreciações do período (8)	Diferença s cambiais (9)	Diminuições (10)	
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>										
Terrenos e recursos naturais	2 112 433,59	39 723,12								2 152 156,71
Edifícios e outras construções	5 925 870,48	103 034,99	1 570 936,55				-425 775,97			7 174 066,05
Infraestruturas	24 512 277,13	236 342,11	6 200 186,31				-3 405 410,08		-6 307,00	27 537 088,47
Património histórico, artístico e cultural	883 634,50	11 160,00	199 260,00							1 094 054,50
Outros										
Bens de domínio público em curso	3 179 660,72	1 654 441,24	-2 274 631,36							2 559 470,60
	36 613 876,42	2 044 701,46	5 695 751,50				-3 831 186,05		-6 307,00	40 516 836,33
<b>Ativos fixos em concessão</b>										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>										
Terrenos e recursos naturais	17 869 109,47	1 196 084,29							-146 237,48	18 918 956,28
Edifícios e outras construções	58 494 373,02	2 671 260,91	172 632,94				-1 462 859,64			59 875 407,23
Equipamento básico	789 407,60	394 368,28	154 683,41				-266 938,09			1 071 521,20
Equipamento de transporte	1 645 135,66	372 361,67					-308 651,83			1 708 845,50
Equipamento administrativo	314 515,43	134 089,30					-122 918,86			325 685,87
Equipamentos biológicos										
Outros	323 998,11	77 950,16	38 574,77				-70 810,70			369 712,34
Ativos fixos tangíveis em curso	16 724 979,23	10 421 359,08	-7 624 607,35						-192 994,28	19 328 736,68
	96 161 518,52	15 267 473,69	-7 258 716,23				-2 232 179,12		-339 231,76	101 598 865,10
<b>TOTAL</b>	132 775 394,94	17 312 175,15	-1 562 964,73				-6 063 365,17		-345 538,76	142 115 701,43

Face a limitações do programa informático do património não nos é possível identificar com o devido rigor os ativos fixos em concessão relevados no balanço e a desagregação adequada das transferências internas à entidade.

De referir também que os bens de domínio público considerados nas demonstrações financeiras não incluem os resultantes de empreitadas e aquisições de terrenos anteriores a 2003 por não ter sido possível ainda terminar o respetivo trabalho de inventariação.

Registrar ainda que existem bens do ativo fixo tangível que não estão inventariados, nomeadamente os transferidos no âmbito da delegação de competências da educação.



**i. Ativos fixos tangíveis | Adições**

Durante o período do relato, verificaram-se as seguintes adições em ativos fixo tangíveis:

**Q5.2A - Ativos fixos tangíveis - Adições**

RUBRICAS (1)	Adições										
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou troca (5)	Expropriação (6)	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento (8)	Locação financeira (9)	Fusão, cisão, reestruturação (10)	Outras (11)	Total (12)=(2)+(3)+(4) +(5)+(6)+(7)+(8) +(9)+(10)+(11)
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>											
Terrenos e recursos naturais		-7 698,76		945,00						46 476,88	39 723,12
Edifícios e outras construções		103 034,99									103 034,99
Infraestruturas		236 342,11									236 342,11
Património histórico, artístico e cultural		11 160,00									11 160,00
Outros											
Bens de domínio público em curso		1 654 441,24									1 654 441,24
		<b>1 997 279,58</b>								<b>46 476,88</b>	<b>2 044 701,46</b>
<b>Ativos fixos em concessão</b>											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>											
Terrenos e recursos naturais		1 196 084,29									1 196 084,29
Edifícios e outras construções		2 671 260,91									2 671 260,91
Equipamento básico		394 368,28									394 368,28
Equipamento de transporte		259 468,33						112 893,34			372 361,67
Equipamento administrativo		128 410,93								5 678,37	134 089,30
Equipamentos biológicos											
Outros		77 950,16									77 950,16
Ativos fixos tangíveis em curso		10 421 359,08									10 421 359,08
		<b>15 148 901,98</b>						<b>112 893,34</b>		<b>5 678,37</b>	<b>15 267 473,69</b>
<b>TOTAL</b>		<b>17 146 181,56</b>					<b>0,00</b>	<b>112 893,34</b>		<b>52 155,25</b>	<b>17 312 175,15</b>



## ii. Ativos fixos tangíveis | Diminuições

No período de relato, verificaram-se as seguintes diminuições em ativos fixos tangíveis:

### Q5.2B - Ativos fixos tangíveis - Diminuições

RUBRICAS (1)	Diminuições					
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Devolução ou reversão (4)	Fusão, cisão, reestruturação (5)	Outras (6)	Total (7)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas					-6 307,00	-6 307,00
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
					<b>-6 307,00</b>	<b>-6 307,00</b>
<b>Ativos fixos em concessão</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>						
Terrenos e recursos naturais	-146 237,48					-146 237,48
Edifícios e outras construções						0,00
Equipamento básico						0,00
Equipamento de transporte						0,00
Equipamento administrativo						0,00
Equipamentos biológicos						0,00
Outros						0,00
Ativos fixos tangíveis em curso					-192 994,28	-192 994,28
	<b>-146 237,48</b>				<b>-192 994,28</b>	<b>-339 231,76</b>
<b>TOTAL</b>	<b>-146 237,48</b>				<b>-199 301,28</b>	<b>-345 538,76</b>

## Nota 6 - Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação. Caso contrário são classificados como locações operacionais

### a. Locações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022, o Município de Amarante mantém os seguintes bens em regime de locação financeira, como locatária:

LOCADOR		Início da locação*	Reconhecimento inicial da locação			Pagamentos da locação						Passivo remanescente		Valor líquido do ativo locado no final de N	
Designação	NIPC		Começo do prazo da locação**	Passivo	Ativo	Encargos financeiros			Redução do passivo pendente			Rendas contingentes	No início de N		No final de N
						Até N	Em N	Previstos após N	Até N	Em N	Previstos após N				
CGD	500960046	03/02/2021	01/05/2021	201 597,00	201 597,00	626,91	680,81	1 450,00	36 780,33	49 213,27	152 383,73		164 816,67	115 603,40	134 397,96
CGD	500960046	03/02/2021	01/05/2021	165 927,00	165 927,00	515,97	560,37	1 193,00	30 272,49	40 505,61	125 421,39		135 654,51	95 148,90	110 618,04
CGD	500960046	03/02/2021	01/05/2021	159 777,00	159 777,00	496,87	539,60	1 149,00	29 150,48	39 004,30	120 772,70		130 626,52	91 622,22	106 518,00
CGD	500960046	20/05/2021	20/08/2021	248 460,00	248 460,00	376,60	952,80	1 115,00	40 421,74	80 884,24	167 575,76		208 038,26	127 154,02	186 344,94
CGD	500960046	31/08/2021	20/11/2021	216 926,74	216 926,74	290,79	1 596,06	1 293,00	17 603,99	70 297,88	146 628,86		199 322,75	129 024,87	155 464,26
CGD	500960046	03/09/2021	01/12/2021	134 687,66	134 687,66	165,32	935,91	803,00	10 927,18	43 664,31	91 023,35		123 760,48	80 096,17	96 526,17
CGD	500960046	31/03/2021	10/04/2022	51 610,63	51 610,63	0,00	336,78	490,00	0,00	12 511,92	39 098,71		0,00	39 098,71	38 707,99
BCP - MILLENNIUM	501525882	07/11/2021	07/02/2022	152 961,62	152 961,62	0,00	873,40	1 166,00	0,00	49 643,28	103 318,34		152 961,62	103 318,34	105 160,82
BCP - MILLENNIUM	501525882	25/02/2022	15/01/2023	112 893,34	112 893,34	0,00		1 843,00	0,00	0,00	112 893,34		0,00	112 893,34	105 837,46
<b>TOTAL</b>				<b>1 444 840,99</b>	<b>1 444 840,99</b>		<b>6 475,73</b>	<b>10 502,00</b>	<b>165 156,21</b>	<b>385 724,81</b>	<b>1 059 116,18</b>		<b>1 115 180,81</b>	<b>893 959,97</b>	<b>1 039 575,63</b>



### Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

"Atualmente, no que concerne aos financiamentos obtidos estão mensuradas pelo seu valor nominal considerando que o efeito do valor temporal do dinheiro não é materialmente relevante. O Município tem conseguido financiamentos em maturidades semelhantes ou superiores com taxa de juro inferior a 1% e mesmo zero no caso dos empréstimos BEI e subvenções reembolsáveis."

Considerando a imaterialidade da adoção do critério do custo amortizado relativamente aos empréstimos bancários obtidos, não se procedeu a qualquer alteração.

Os custos de juros e outros gastos incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

Informação no ANEXO I - Q7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários.

### Nota 8 - Propriedades de investimento

O modelo utilizado para reconhecimento das propriedades de investimento é o modelo de custo, isto é, no custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Ver também a Nota 2

#### a. Variação das depreciações e perdas por imparidades acumulada

Durante o período de relato, a quantia escriturada relativa a propriedades de investimento, assim como as respetivas depreciações acumuladas, foi a seguinte:

#### Q8.1 – Propriedades de investimento - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Depreciações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Depreciações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Bens de Domínio Público								
Terrenos e Recursos Naturais								
Edifícios e Outras Construções								
Outras Propriedades de Investimento	169 159,39	69 142,64	0,00	100 016,75	183 738,99	77 211,17	0,00	106 527,82
Propriedades de Investimento em Curso								
<b>TOTAL</b>	<b>169 159,39</b>	<b>69 142,64</b>	<b>0,00</b>	<b>100 016,75</b>	<b>183 738,99</b>	<b>77 211,17</b>	<b>0,00</b>	<b>106 527,82</b>



### b. Quantia escriturada e variações do período

As propriedades de investimento sofreram, durante o período do relato, as seguintes variações:

#### Q8.2 – Propriedades de investimento - Quantia escriturada e movimentos do período (modelo do custo)

RUBRICAS (1)	Quantia Escriturada Inicial (2)	Variações							Quantia Escriturada Final (10)=-{(2)+{(3)+{(4) +{(5)+{(6)+{(7)+{(8)+ (9)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por Imparidade (7)	Amortizações do período (8)	Diminuições (9)	
Bens de Domínio Público									
Terrenos e Recursos Naturais									
Edifícios e Outras Construções	100 016,75		10 140,47				-3 629,40		106 527,82
Outras PI									
PI em Curso									
<b>TOTAL</b>	<b>100 016,75</b>		<b>10 140,47</b>				<b>-3 629,40</b>		<b>106 527,82</b>

### Nota 9 – Imparidades de ativos

Segue-se a informação sobre a quantia recuperável dos ativos.

#### Q9 – Imparidades de ativos

Ativo	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Participações financeiras		5 825 571,45	875 317,63	4 950 253,82
Clientes, contribuintes e utentes		417 567,28	377 287,06	40 280,22
Outras contas a receber		6 482 564,96	363 442,21	6 119 122,75
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>12 725 703,69</b>	<b>1 616 046,90</b>	<b>11 109 656,79</b>

No período foram constituídas imparidades para *participações financeiras* no montante de € 2.353,35.

Relativamente aos *clientes, contribuintes e utentes* foram constituídas no período perdas por imparidade no montante de € 80.877,54.

Por sua vez, os *outros devedores* registaram no período um acréscimo das perdas por imparidade no montante de € 56.238,31.



## Nota 10 - Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O sistema de inventário adotado pelo Município é o permanente, estando mensurado ao custo médio ponderado.

### b. Inventários

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários:

#### Q10.1 – Inventários

Rubrica (1)	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4)=(2)-(3)
Mercadorias			
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	38 271,70		38 271,70
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
<b>Total</b>	<b>38 271,70</b>		<b>38 271,70</b>

### c. Inventários - movimentos do período

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários:

#### Q10.2 – Inventários - movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/ gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Mercadorias		53 990,43	53 990,43						0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	26 392,09	1 157 835,24	1 145 955,63						38 271,70
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
<b>TOTAL</b>	<b>26 392,09</b>	<b>1 211 825,67</b>	<b>1 199 946,06</b>						<b>38 271,70</b>



### Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

Esta nota reporta-se ao tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Os rendimentos provenientes de transações com contraprestação, e relevados durante o período de relato, têm a seguinte decomposição:

#### Q13 - Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
<b>Taxas</b>					
Mercados e Feiras	47 651,52				
Loteamentos e obras	629 355,43				
Ocupação da via pública	132 165,38				
Licença sobre o ruído	6 226,16				
Outras	575 286,90				
<b>Vendas</b>					
Outras	65 239,37				
<b>Prestação de serviços</b>					
Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias	595,00				
Cemitérios	28 905,33				
Mercados e Feiras	12 520,89				
Serviços Sociais	245 870,92				
Outros	2 052 822,46				
Outros subcontratos ou concessões	1 522 950,12				
<b>Juros</b>					
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	23 283,06				
<b>Outros</b>					
Outros	459 715,72				
<b>TOTAL</b>	<b>5 802 588,26</b>				

Considerando que o município se encontra a desenvolver trabalhos de avaliação de dívidas registadas de períodos anteriores, muitas delas prescritas, optou-se pela não inclusão na coluna quantias a receber.





### Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação, e relevados durante o período de relato, têm a seguinte decomposição:

#### Q14 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
<b>Impostos diretos</b>					
Derrama	574 350,96				
Imposto municipal sobre imóveis	4 465 584,46				
Imposto único de circulação	1 415 765,58				
<b>Impostos indiretos</b>					
Ocupação da via pública	12 314,70				
Taxa municipal de direitos de passagem	16 122,24				
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	1 794 236,07				
Outros	154,79				
<b>Multas e outras penalidades</b>					
Multas e outras penalidades	128 938,25				
<b>Transferências sem condições</b>					
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	15 419 974,00				
Fundo Social Municipal (FSM)	1 432 542,00				
Participação IRS	1 489 328,00				
Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	3 839 216,93				
Participação do IVA	158 657,88				
Outras	30 923,40				
Serviços e Fundos Autónomos	154 924,57				
Administração Local	46 168,68				
Subsídios com condição	189 042,89				
<b>TOTAL</b>	<b>31 168 245,40</b>				

Considerando que o município se encontra a desenvolver trabalhos de avaliação de dívidas registadas de períodos anteriores, muitas delas prescritas, optou-se pela não inclusão na coluna quantias a receber.

No âmbito das transações sem contraprestação, o município adota as políticas e métodos contabilísticos previstos na NCP 14. Para o efeito, consideram-se transações sem contraprestação:

- i. transações em que a entidade recebe recursos, mas não dá como retorno qualquer retribuição, ou dá apenas uma retribuição simbólica;
- ii. transações em que a entidade pode proporcionar uma retribuição, diretamente como contrapartida dos serviços recebidos, mas essa retribuição não se aproxima do justo valor dos recursos recebidos.

As transações sem contraprestação podem estar sujeitas a especificações relativas a um ativo transferido, podendo estas ser condições ou restrições. As especificações são obrigatórias por força de processos legais ou administrativos. Se uma



cláusula estabelecida por lei ou regulamento, ou outro acordo vinculativo, não for suscetível de ser obrigatória, não é uma especificação. As obrigações construtivas não têm origem em especificações e são enquadradas na NCP 15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As condições sobre ativos transferidos, exigem que a entidade consuma os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço do ativo conforme especificado, ou restitua os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço ao cedente, no caso de as condições serem violadas. As restituições sobre ativos transferidos não incluem um requisito de que o ativo transferido, ou outros benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, deva ser devolvido ao cedente caso o ativo não seja utilizado conforme especificado.

Registe-se que relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis e à Derrama, são impostos municipais cuja liquidação e cobrança em N é diferida face ao facto gerador N-1, se procedeu à sua especialização, no que respeita às transferências de participação no IRS e IVA, embora sejam apurados com base em receitas destes impostos de exercícios anteriores tem facto gerador para o Município no ano em que é liquidado e pago pelo Estado, pelo que os montantes foram contabilizados nesta conformidade.

Ver também a Nota 2

### Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente a Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, a quantia escriturada no início, no final, os aumentos e diminuições do período, são as que constam do quadro seguinte:

#### Q15 – Provisões

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (11)=(2)+(6)-(10)
		Reforços (3)	Aumentos da quantia descontada (4)	Outros aumentos (5)	Total aumentos (6)=(3)+(4)+(5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outras diminuições (9)	Total diminuições (10)=(7)+(8)+(9)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	652 550,16	115 286,39			115 286,39		10 978,37		10 978,37	756 858,18
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
<b>Total</b>	<b>652 550,16</b>	<b>115 286,39</b>			<b>115 286,39</b>		<b>10 978,37</b>		<b>10 978,37</b>	<b>756 858,18</b>

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 756.858,18€, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.



### Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

O país e o mundo parecem aparentemente ter ultrapassado o Covid-19, tendo-se passado de classificação de Pandemia para Endemia, sendo neste momento os impactos da pandemia muito menores que os registados em 2020 e 2021:

Depois do flagelo o Covid-19, que afetou todo o mundo com impactos significativos a nível económico e social que parecem aparentemente ter ultrapassado, no início de 2022 surgiu um novo acontecimento, a guerra provocada pela invasão da Rússia à Ucrânia, voltando a gerar um elevado grau de incerteza, a nível social e económico, com efeitos previsíveis consideráveis no custo da energia, combustíveis e bens alimentares, sendo que este facto gerou implicações no relato financeiro.

Em 2023, com os níveis elevados das taxas de inflação que ainda se verificam, se necessário serão implementadas as medidas de ajustamento em função do evoluir da situação, sendo o impacto das mesmas, objeto de relato no âmbito da prestação de contas do exercício 2023.

### Nota 18 – Instrumentos Financeiros

#### a. Políticas contabilísticas adotadas e bases de mensuração

É política do Município reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ver também Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

#### b. Quantia escriturada dos ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros a 31.12.2022 têm a seguinte composição:

#### Q18.2 – Quantia escriturada dos ativos e passivos financeiros

Descrição	Quantia escriturada
<b>Ativos financeiros</b>	
Devedores por transferências e subsídios	
Devedores por empréstimos bonificados	
Clientes, contribuintes e utentes	39 772,82
Outras contas a receber	6 119 122,75
Ativos financeiros detidos para negociação	
Outros ativos financeiros	
Caixa e depósitos	7 995 672,23
<b>Passivos financeiros</b>	
Credores por transferências e subsídios concedidos	
Fornecedores	146 858,86
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	83 470,40
Financiamentos obtidos	22 226 289,37
Fornecedores de investimentos	799 700,00
Outras contas a pagar	4 574 102,65



**c. Quantia escriturada do património líquido**

No período o património líquido verificou as seguintes alterações:

**Q18.3 – Quantia escriturada do património líquido**

Descrição	Quantia inicial (1)	Adições (2)	Diminuições (3)	Quantia final (4)=(1)+(2)-(3)
Património/Capital	89 218 446,67			89 218 446,67
Outros instrumentos de capital próprio				0,00
Prémios de emissão				0,00
Reservas	2 751 609,00			2 751 609,00
Resultados transitados	-1 393 757,66	1 266 458,69		-127 298,97
Ajustamentos em ativos financeiros	710 116,68			710 116,68
Excedentes de revalorização				0,00
Outras variações no património líquido	27 183 632,66	7 199 617,55	2 490 058,48	31 893 191,73

Os movimentos do período respeitam a:

**Património/Capital**

Sem movimento no período.

**Reservas**

Sem movimento no período.

**Resultados Transitados**

A conta de *Resultados Transitados* foi movimentada pela transferência e aplicação do resultado líquido do exercício de 2021 e incrementada ainda pelo montante de 90.000 euros referentes ao registo da decisão judicial do processo de desfalque.

**Ajustamentos em ativos financeiros**

Sem movimento no período.

**Outras variações no património líquido**

Nesta componente estão registados os movimentos relacionados com transferências/subsídios recebidos, conforme descrito na Nota 2.



**d. Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos**

No quadro seguinte apresentam-se os investimentos financeiros e relação das entidades societárias e não societárias.

**Q18.3 – Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos**

Rubricas	Fração do capital detido à data do relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
			Compras	Reversões de perdas por imparidades	Outros	Alienações	Perdas por imparidades	Outras	
CARNAGRI - Matadouro Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, SA	2,10%	109 048,51					2 353,35	106 695,16	
Agência de Desenvolvimento Regional do Entre Douro e Tâmega,		12 070,87						12 070,87	
Resinorte - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	3,06%	244 470,00						244 470,00	
Promoção e Gestão de Parques Empresariais do Entre Douro e Tâmega SA	5,00%	100 000,00						100 000,00	
Instituto Empresarial do Tâmega (IET)	49,26%	1 154 737,29						1 154 737,29	
DOLMEN - Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega, CRL	0,70%	1 250,00						1 250,00	
Escola Profissional do Entre Douro e Tâmega, SA		0,00						0,00	
Águas do Norte, S.A.	0,61%	1 771 530,00						1 771 530,00	
Águas do Douro e Paiva, SA	2,99%	624 000,00						624 000,00	
Fundo de Apoio Municipal		935 500,50						935 500,50	
AMBT-Associação de Municípios do Baixo Tâmega	20,00%							0,00	
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	0,39%							0,00	
Tâmega e Sousa (CIM do Tâmega e Sousa)	9,09%							0,00	
Turismo do Porto e Norte	n.a							0,00	
TRIAVE - Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Ave - Tâmega e Sousa								0,00	
RUTIS - Associação Rede de Universidades de 3ª Idade								0,00	
ATP - Associação de Turismo do Porto								0,00	
Associação Adapt.Local								0,00	
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular – Galicia								0,00	
<b>TOTAL</b>								<b>4 950 253,82</b>	

No período findo em 31 de dezembro de 2022 não foi possível reconhecer os efeitos do método de equivalência patrimonial relativamente à participação do Município na entidade “IET – Instituto Empresarial do Tâmega”, uma vez que as demonstrações financeiras desta entidade não foram disponibilizadas ao Município.



### Nota 19 – Benefícios dos empregados

Estabelece a NCP 19 que as responsabilidades por benefícios de curto prazo, nos quais se incluem remunerações certas e permanentes (salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias, subsídio de natal, e despesas de representação), abonos variáveis ou eventuais e contribuições para regimes de proteção obrigatórios, são mensurados numa base não descontada, uma vez que não existe a possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial.

Assim, as obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas pela quantia não descontada:

- i. como um passivo, em acréscimo de gastos, das quantias relativas aos direitos, nomeadamente de férias e subsídio de férias do período, que são somente pagas durante o período de relato seguinte.
- ii. como um gasto, exceto se outra norma (NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis e NCP 10 - Inventários) exija ou permita a inclusão destes benefícios no custo de um ativo;
- iii. como um ativo, em gasto antecipado, se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, na extensão em que o pré-pagamento conduza, por exemplo, a uma redução em pagamentos ou a uma devolução de dinheiro;

Ver também Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros | k. Benefícios dos empregados.

Foram reconhecidos no período do relato, como passivos relativos a benefícios de curto prazo respeitantes a remuneração de férias e remuneração de subsídio de férias, em *Credores por acréscimos de gastos | Remunerações a liquidar*, no montante de 1.979.388,95€

### Nota 23 – Outras divulgações

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Amarante ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.



## **ANEXO I**

### **Q7.1 - EMPRÉSTIMOS OBTIDOS - EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS.**



### Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários

Município de Amarante  
Período de relato: 01-01-2022 a 31-12-2022

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Pagamentos efetuados						Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital		Fundamento legal (c)
						N.º de registo	Data		Contratado	Utilizado	Amortização do capital			Juros			Outros encargos (a)		Em 01.01	Em 31.12	
	N.º do contrato	Nome da instituição	Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Em 01.01	Em 31.12	Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)	Empréstimos contratados após 01/01/2014				
Curto Prazo																					
Total CP																					
Médio e Longo Prazo																					
Não isentos																					
	87001023891	Caixa Geral de Depósitos	1998.05.11	25	24	15333	1998.04.30	32 Habitação sociais	560 568,99	560 568,99	485 691,46	24 959,18	49 918,35					74 877,53	49 918,35	24 920,33	
	9015007092591	Caixa Geral de Depósitos	2011.05.26	12	11	550	2011.07.14	Vários Investimentos	1 055 910,00	1 055 910,00	831 925,52	127 016,12	96 968,36	36 939,74	3 552,11	8 325,24		223 984,48	96 968,36	105 591,00	
	9015007794691	Caixa Geral de Depósitos	2013.07.11	12	9	1149	2013.09.04	Zona Desportiva de Vila Meã - Estádio Municipal - Execução do Relvado Sintético incluindo Balneários	500 000,00	500 000,00	299 726,25	51 924,81	148 348,94	23 833,08	3 663,71	10 181,04		200 273,75	148 348,94	48 895,08	
	9015008163391	Caixa Geral de Depósitos	2015.05.13	12	7	1151	2015.09.10	Vários Investimentos	4 530 618,00	4 530 618,00	1 812 247,20	453 061,80	2 265 309,00	161 229,70	30 229,42	115 211,03		2 718 370,80	2 265 309,00	377 551,50	
	9015008471391	Caixa Geral de Depósitos	2016.07.28	12	6	1989	2016.12.20	Pavimentação do ex CM 1208 (atual EM 750) - Frião	362 383,00	362 383,00	96 074,92	35 585,35	230 722,73	10 301,44	2 552,05	11 144,40		266 308,08	230 722,73	30 198,58	
	9015008472191	Caixa Geral de Depósitos	2016.07.28	12	6	1991	2016.12.20	Reparação da EM 577 desde Bustelo à EN 15 - Bustelo	371 146,00	371 146,00	98 398,23	36 445,88	236 301,89	10 782,26	2 613,75	11 413,88		272 747,77	236 301,89	30 928,83	
	9015008474891	Caixa Geral de Depósitos	2016.07.28	12	6	2090	2016.11.16	Aquisição de Terrenos	344 000,00	344 000,00	99 617,13	33 773,42	210 609,45	10 899,27	2 533,33	9 752,72		244 382,87	210 609,45	28 666,67	
	9015008475691	Caixa Geral de Depósitos	2016.07.28	12	6	2010	2016.12.20	Arranjo Jardim Baden-Powell	141 500,00	141 500,00	37 514,47	13 895,06	90 090,47	4 859,32	996,49	4 351,58		103 985,53	90 090,47	11 791,67	
	9015008477291	Caixa Geral de Depósitos	2016.07.28	12	6	2008	2016.10.20	Construção, manutenção ou reabilitação de diversos muros e/ou caminhos florestais	400 000,00	400 000,00	115 833,93	39 377,94	244 788,13	13 449,23	2 717,82	11 568,27		284 166,07	244 788,13	33 333,33	
	9015008478091	Caixa Geral de Depósitos	2016.07.28	12	6	2012	2016.11.16	Reparação da EM575 desde o entroncamento da EM769 até à Ponte s/ o Rio Marão (Ansilães)	96 376,00	96 376,00	27 909,03	9 462,06	59 004,91	3 245,80	709,75	2 732,34		68 466,97	59 004,91	8 031,33	
	9015008480291	Caixa Geral de Depósitos	2016.07.28	12	6	2087	2016.11.16	Requalificação da EN que liga Lamas a Belesse - Gouveia (S. Simão)	111 811,00	111 811,00	32 378,80	10 977,45	68 454,75	3 765,63	823,41	3 169,95		79 432,20	68 454,75	9 317,58	
	87010390291	Caixa Geral de Depósitos	2022.04.01	20	0	1319	2022.09.30	Construção do Pavilhão Gimnodesportivo de Vila Meã	1 500 000,00	0,00	0,00	0,00	1 500 000,00	0,00	0,00	89 408,91		0,00	0,00	0,00	
	1270016830005	Banco BPI	2010.05.17	12	12	371	2010.05.24	Vários Investimentos	4 461 883,00	4 461 883,00	4 227 032,92	234 850,08	0,00	419 779,61	608,14	0,00		234 850,08	0,00	426 179,36	
	1270016830007	Banco BPI	2013.04.09	12	9	1526	2013.04.15	Vários Investimentos	512 001,00	512 001,00	480 557,20	31 443,80	0,00	82 588,23	106,16	0,00		31 443,80	0,00	54 375,58	
	1270016830008	Banco BPI	2016.08.08	12	6	2018	2016.11.16	Pavimentação da Estrada Municipal 567, entre a Estrada Nacional 312 e o Largo de Pídre	339 963,00	339 963,00	101 988,84	33 996,28	203 977,88	10 788,29	2 172,09	7 782,78		237 974,16	203 977,88	28 330,25	
	1270016830009	Banco BPI	2016.08.08	12	5	2020	2017.01.05	Parque Linear Arq Sidónio Pardal	70 503,00	70 503,00	19 388,18	7 050,32	44 064,50	2 432,27	429,99	1 763,96		51 114,82	44 064,50	5 875,25	
	1270016830010	Banco BPI	2019.05.31	20	3	2198/2019	2019.10.15	Aquisição de terrenos e/ou outros imóveis	1 128 210,00	1 096 260,00	0,00	0,00	1 128 210,00	9 746,05	9 092,92	64 252,01		1 096 260,00	1 096 260,00	54 813,00	
	1270016830011	Banco BPI	2019.05.31	20	3	2219/2019	2019.10.15	Intervenções estruturais de desobstrução e reabilitação fluvial e contenção de cheias	797 953,29	571 060,39	0,00	0,00	797 953,29	1169,21	4 736,65	47 138,29		571 060,39	571 060,39	28 553,02	
	1270016830012	Banco BPI	2019.05.31	20	3	2199/2019	2019.10.15	Construção do Pavilhão Amadeo de Souza-Cardoso	987 920,00	987 920,00	13 657,18	54 631,56	919 631,26	3 778,41	7 771,02	56 453,66		974 262,82	919 631,26	49 396,00	
	1270016830013	Banco BPI	2018.08.27	20	2	2170/2019	2020.09.04	Aquisição do Património Imóvel das "Minas de Veleiros"	79 810,00	79 810,00	0,00	1 108,63	78 701,37	486,42	869,90	6 929,03		79 810,00	78 701,37	3 990,50	
	1270016830014	Banco BPI	2020.01.30	20	2	711/2020	2020.09.01	Vários Investimentos	4 396 950,00	3 800 527,91	0,00	0,00	4 396 950,00	3 080,61	25 538,27	205 169,70		2 786 123,19	3 800 527,91	190 026,40	
	1270016830015	Banco BPI	2020.11.05	20	1	3530/2020	2021.02.12	Vários Investimentos	4 600 000,00	3 432 683,80	0,00	0,00	4 600 000,00	6 495,54	30 629,24	209 370,76		2 191 131,80	3 432 683,80	171 634,19	
	56066475473-1327																				
	56066476267-2204	Crédito Agrícola	2017.05.25	20	4	3590/2017	2018.11.29	Aquisição de bem imóvel - Área 1	1 135 945,80	1 135 945,80	55 399,58	56 191,91	1 024 354,31	49 812,95	15 988,92	180 450,35		1 080 546,22	1 024 354,31	56 797,29	
	56066475151-1327																				
	56066475548-2204	Crédito Agrícola	2017.05.25	20	4	3591/2017	2018.11.29	Aquisição de bem imóvel - Área 2	1 022 722,80	1 022 722,80	49 877,80	50 591,15	922 253,85	44 847,97	14 395,24	162 464,36		972 845,00	922 253,85	51 136,14	
	56067658304																				
	56067658154	Crédito Agrícola	2017.05.25	20	3	2614/2017	2019.01.31	Aquisição de bem imóvel - Área 3	165 996,35	165 996,35	2 012,55	8 125,92	155 857,88	5 678,45	2 414,20	26 291,57		163 983,80	155 857,88	8 299,82	
	0003.13024384096	Banco Santander Totta	2019.04.05	20	3	1505/2019	2019.07.12	Bairro Cancela de Abreu - IFRRU/BEI	803 250,41	798 936,32	0,00	0,00	803 250,41	0,00	1 579,25	50 164,59		639 149,06	798 936,32	39 946,82	
	0003.13024376096	Banco Santander Totta	2019.04.05	20	3	1505/2019	2019.07.12	Bairro Cancela de Abreu - IFRRU/BST	923 835,56	918 873,86	0,00	0,00	923 835,56	3 843,79	5 102,80	59 577,00		735 099,09	918 873,86	45 943,69	
	0003.12593553096	Banco Santander Totta	2019.01.17	20	3	669/2019	2019.05.23	Reabilitação do Cine-Teatro - IFRRU/BST	1 439 676,16	883 212,62	0,00	0,00	1 439 676,16	5 787,98	6 446,64	139 916,79		720 089,78	883 212,62	44 160,63	
	0003.12593611096	Banco Santander Totta	2019.01.17	20	3	669/2019	2019.05.23	Reabilitação do Cine-Teatro - IFRRU/BEI	437 202,80	268 215,20	0,00	0,00	437 202,80	137,76	912,86	40 905,26		218 677,84	268 215,20	13 410,76	
SubTotal									<b>33 278 136,16</b>	<b>29 020 828,04</b>	<b>8 887 231,19</b>	<b>1 314 468,72</b>	<b>23 076 436,25</b>	<b>929 759,01</b>	<b>179 186,13</b>	<b>1 535 889,47</b>	<b>0,00</b>	<b>17 321 417,90</b>	<b>18 819 128,13</b>	<b>659 961,35</b>	<b>1 322 133,25</b>





### Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários

Município de Amarante

Período de relato: 01-01-2021 a 31-12-2021

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Pagamentos efetuados						Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital		Fundamento legal (c)	
						N.º de registo	Data		Contratado	Utilizado	Amortização do capital			Juros			Outros encargos (a)		Em 01.01	Em 31.12		Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)
	Até N	Ano N									Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N						
Médio e Longo Prazo																						
Isentos																						
	0003.12593595096	Banco Santander Totta	2019.01.17	20	3	669/2019	2019.05.23	Reabilitação do Cine-Teatro - IFRU/FEI/CPN	814 557,28	499 714,65	0,00	0,00	814 557,28	0,00	0,00	0,00			407 421,05	499 714,65	24 985,73	artigo nº52º, nº5, alínea a) da Lei nº.73/2013, de 3/09
	ID 230	ADC - Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	2019.04.30	15	3	1697/2019	2019.08.06	Reabilitação do Bairro Cancela de Abreu - Eficiência Energética	787 246,79	262 415,60	0,00	20 185,82	767 060,97	0,00	0,00	0,00			262 415,60	242 229,78	17 494,37	artigo nº52º, nº5, alínea a) da Lei nº.73/2013, de 3/09
	ID 232	ADC - Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	2019.04.30	15	3	1695/2019	2019.08.06	Reabilitação da Casa da Cadeia	46 733,86	46 733,86	0,00	3 594,92	43 138,94	0,00	0,00	0,00			46 733,86	43 138,94	3 115,59	artigo nº52º, nº5, alínea a) da Lei nº.73/2013, de 3/09
	ID 233	ADC - Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	2019.04.30	15	3	1699/2019	2019.08.06	Escola Básica de Figueiró	469 438,31	312 958,88	0,00	24 073,76	445 364,55	0,00	0,00	0,00			312 958,88	288 885,12	20 863,93	artigo nº52º, nº5, alínea a) da Lei nº.73/2013, de 3/09
	ID 238	ADC - Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	2019.04.30	15	3	1698/2019	2019.08.06	Escola Básica de Mancelos	511 549,16	341 032,78	0,00	26 233,30	485 315,86	0,00	0,00	0,00			341 032,78	314 799,48	22 735,52	artigo nº52º, nº5, alínea a) da Lei nº.73/2013, de 3/09
	ID 4608	ADC - Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	2020.02.13	15	2	922/2020	2020.10.22	Reabilitação do Solar de Magalhães	1 142 748,15	380 916,05	0,00	0,00	1 142 748,15	0,00	253,31	3 681,34			380 916,05	380 916,05	25 394,40	artigo nº52º, nº5, alínea a) da Lei nº.73/2013, de 3/09
	ID 4530	ADC - Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	2020.02.13	15	2	925/2020	2020.11.18	Mobilidade Urbana Sustentável - Amarante	1 496 218,21	498 739,40	0,00	0,00	1 496 218,21	0,00	331,66	4 820,04			498 739,40	498 739,40	33 249,29	artigo nº52º, nº5, alínea a) da Lei nº.73/2013, de 3/09
	ID 34	ADC - Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	2019.07.03	15	1	3619/2019	2021.01.21	Intervenções estruturais de desobstrução, reabilitação fluvial e contenção de cheias, em zonas de inundações frequentes e danos elevados em Amarante	734 333,54	244 777,85	0,00	0,00	734 333,54	0,00	0,00	13 351,81			244 777,85	244 777,85	16 318,52	artigo nº52º, nº5, alínea a) da Lei nº.73/2013, de 3/09
<b>SubTotal</b>									<b>6 002 825,30</b>	<b>2 587 289,07</b>	<b>0,00</b>	<b>74 087,80</b>	<b>5 928 737,50</b>	<b>0,00</b>	<b>984,97</b>	<b>21 859,19</b>			<b>2 494 995,47</b>	<b>2 513 201,27</b>	<b>0,00</b>	<b>164 157,36</b>
<b>Total MLP</b>									<b>39 280 961,46</b>	<b>31 608 117,11</b>	<b>8 887 231,19</b>	<b>1 388 556,52</b>	<b>29 005 173,75</b>	<b>929 759,01</b>	<b>179 771,10</b>	<b>1 557 742,66</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>19 816 413,37</b>	<b>21 332 329,40</b>	<b>659 961,35</b>	<b>1 486 290,61</b>
<b>Total Geral</b>									<b>39 280 961,46</b>	<b>31 608 117,11</b>	<b>8 887 231,19</b>	<b>1 388 556,52</b>	<b>29 005 173,75</b>	<b>929 759,01</b>	<b>179 771,10</b>	<b>1 557 742,66</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>19 816 413,37</b>	<b>21 332 329,40</b>	<b>659 961,35</b>	<b>1 486 290,61</b>

(a) Identificando cada um dos mesmos, designadamente, impostos, comissões e outros encargos e especificar

(b) Para efeitos deste cálculo, deverá tomar-se por referência os valores em dívida em 01/01/2014, constante do mapa 8.3.1 (empréstimos), que integra o correspondente processo de prestação de contas

(c) Empréstimos que não são considerados para efeitos de cálculo da Dívida Total